

**Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História**

Alexandre Nogueira Avelino

**O PATRONATO AMAZONENSE E O MUNDO DO TRABALHO:
A REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DO
TRABALHO NO AMAZONAS (1908-1919)**

2008

**Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em História
Mestrado em História**

Alexandre Nogueira Avelino

**O PATRONATO AMAZONENSE E O MUNDO DO TRABALHO:
A REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E AS REPRESENTAÇÕES ACERCA DO
TRABALHO NO AMAZONAS (1908-1919)**

Orientador: Prof. Dr. Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro.

*Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da Universidade
Federal do Amazonas como exigência para a
obtenção do título de “Mestre em História”.*

2008

FICHA CATALOGRÁFICA

Avelino, Alexandre Nogueira

O Patronato Amazonense e o Mundo do Trabalho: A Revista da Associação Comercial e as Representações Acerca do Trabalho no Amazonas (1908-1919) / Alexandre Nogueira Avelino. Manaus: [s.n.], 2008, 161p.

Orientador: Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Amazonas, Instituto de Ciências Humanas e Letras, Programa de Pós-Graduação em História

1. História Social. 2. História do Trabalho. 3. Movimentos Sociais.
4. História Operária. 5 História da Imprensa. 6. Amazonas – Sociedade e Cultura. 7. Amazonas – Política e Governo.
8. Amazonas – História – 1908-1919.

- I. Pinheiro, Luís Balkar Sá Peixoto
- II. Universidade Federal do Amazonas
- III. Título.

Dedicado à Simira Bindá Franco



TERMO DE APROVAÇÃO

A Dissertação foi submetida à Banca Examinadora composta pelos Professores Doutores Luís Balkar Sá Peixoto Pinheiro (Departamento de História – UFAM), Almir Diniz de Carvalho Júnior (Departamento de História – UFAM) e Reginaldo Gomes de Oliveira (Departamento de História - UFRR) em 10 de outubro de 2008, sendo ali aprovada.

ÍNDICE

<i>Tabelas</i>	5
<i>Imagens</i>	6
<i>Agradecimentos</i>	7
<i>Resumo</i>	8
<i>Abstract</i>	9
<i>Considerações Iniciais</i>	10
<i>Capítulo 1</i>	
<i>Origem e Caracterização do Patronato Amazonense</i>	24
<i>Capítulo 2</i>	
<i>O Trabalhador no Discurso Patronal</i>	68
<i>Capítulo 3</i>	
<i>A Ação Patronal Frente às Demandas dos Trabalhadores</i>	106
<i>Considerações Finais</i>	144
<i>Fontes</i>	148
<i>Bibliografia</i>	151
<i>Anexos</i>	156

TABELAS

1 – Principais Produtos Exportados da Amazônia até 1850:	29
2 – Valor das Exportações de Borracha no Amazonas:	40
3 – Preço de Venda do Quilo da Borracha (valores em Libra):	50
4 – Porcentagem de Imposto sobre a Borracha Exportada do Brasil:	62
5 – Participação do Café e da Borracha nas Exportações Brasileiras:	64
6 – Exportação Anual de Borracha no Amazonas (1853-1911)	66
7 – Porcentagem de Borracha do Tipo Fina Sobre o Total:	95
8 – Produção de Borracha no Congo	99
9 – Produção Asiática de Borracha (valores em toneladas)	115
10 – Área Cultivada e Capital Investido nos Seringais da Malásia	119
11 – Dados Populacionais Brasileiros em 1912	125

IMAGENS

1 – Dirigentes da Associação Comercial do Amazonas I	14
2 – Capa da Uma Revista da Associação Comercial do Amazonas	15
3 – Dirigentes da Associação Comercial do Amazonas II	25
4 – “Sociedade de Manaus”	31
5 – Armazéns de Cabotagem da Manáos Harbour	54
6 – e Espaços de Trabalho em Oficinas de Manaus	132

AGRADECIMENTOS

Todos sabemos a dificuldade que existe no desenvolvimento de um projeto de pesquisa institucional que nos obriga ao cumprimento de tarefas grandiosas em prazos cada vez mais estreitos. Se levamos ainda em consideração que tais atividades se desenvolvem sem auxílios financeiros e de forma paralela a outros afazeres profissionais, a finalização de uma dissertação chega a ser libertadora. É um prêmio que nos damos ao nosso próprio esforço e dedicação.

Ao fim dessa jornada, convém registrar o apoio recebido de pessoas e instituições, sem as quais as dificuldades teriam sido maiores e, no limite, intransponíveis. Assim, agradeço ao Programa de Pós-Graduação em História, pela acolhida e apoio acadêmico; à Secretaria Municipal de Educação pela liberação concedida para a realização da pesquisa arquivística e para a realização das disciplinas. Que tais ações possam servir de estímulo à Secretaria Estadual de Educação, até aqui insensível aos pleitos de seus funcionários quanto à qualificação que tanto nos exigem. Manifesto um agradecimento especial à Associação Comercial do Amazonas, na figura de Dona Hilma, bibliotecária atenciosa e dedicada, que não mediu esforços para permitir o acesso à coleção das Revistas e outros documentos daquela instituição. De igual forma e pelos mesmos motivos, registro também meu agradecimento ao Museu amazônico e seus funcionários.

No Departamento de História e no Programa de Pós-Graduação em História pude contar com a colaboração dedicada e atenciosa dos professores Maria Luiza Ugarte Pinheiro, Aloysio Nogueira de Melo (com quem partilhei a experiência de ser, além de seu aluno, colega de curso), Paulo Koguruma (†) e Almir Diniz de Carvalho Júnior. Estes dois últimos pela contribuição especial que me deram no momento da Qualificação.

Ao professor Luís Balkar pinheiro, agradeço o apoio e o acompanhamento da pesquisa durante o processo de orientação. Ao longo das disciplinas e mesmo na hora do cafezinho, pelos corredores, pude fazer grandes amizades e colher o apoio caloroso de meus colegas de turma, a quem aqui agradeço.

Externo aqui um agradecimento especial à minha família, parceira no processo de angústia e de desgaste emocional que tende a nos acompanhar nesse momento. Nesse abraço que lhes deixo e mesmo agora, na hora de defender a dissertação frente à banca Examinadora é com a imagem de minha avó Isaura Chaves e de minha mãe Sandra Conceição que busco as forças para vencer mais essa etapa de minha vida.

Por fim, Simira, como dedicar-lhe algo que, na verdade, foi pensado e feito sempre com a tua presença e apoio? Este trabalho é, assim, um pouco seu também.

RESUMO

A Associação Comercial do Amazonas (ACA) foi criada em 1871, num momento em que o patronato precisava pressionar o Estado local e as empresas concessionárias dos serviços públicos para assegurar vantagens econômicas que garantissem proteção e ajudar contra a concorrência estrangeira e para melhorar o transporte e baratear os custos da exportação da borracha para os ávidos mercados consumidores da Europa. Assim a ACA constituía-se como legítima representante dos interesses do patronato amazonense perante a sociedade, produzindo um discurso pela sua Revista que visava amenizar divergências internas e organizar estratégias que assegurassem o poder econômico e o prestígio político de seus membros. Em torno da instituição comercial o patronato, composto basicamente pelos proprietários das casas de comércio, donos de seringais e aviadores, soube elaborar um projeto ideológico baseado nas incertezas da economia da borracha no começo do século XX e na deficiência produtiva do extrativismo da borracha que garantisse, acima de tudo, o maior controle sobre a força de trabalho ajustando-a a um modelo de organização e eficiência baseado nos modelos europeus de produção e comércio; que tinha no elemento português o tipo trabalhador ideal, considerado mais barato e ordeiro para as pretensões burguesas. Vistos pela maioria das autoridades e dos patrões como uma *classe inferior*, os trabalhadores da cidade de Manaus e principalmente dos seringais do interior estariam, conforme os discursos da Revista da ACA (1908-1919), predispostos a vadiagem e aos vícios mundanos pela sua natureza rude e primitiva, associada ao estigma da indolência e da incapacidade de gerirem suas próprias vidas. Logo, seria necessário que o patronato agir-se com o máximo de arbítrio e repressão sobre os movimentos grevistas e qualquer outro tipo de protesto social entendido como ato de baderna que atrapalhava suas ambições econômicas e políticas, mesmo que tais manifestações fossem justificadas pela situação de miséria e fome por que passava a maioria dos trabalhadores ainda no período chamado de *Belle Époque*.

ABSTRACT

The Commercial Association of Amazonas (CAA) it was created in 1871, in one moment in that the patronage needed to place more pressure so much on the local State as well as on the concessionary companies of the public services. The objective was to assure economical advantages that guaranteed protection and to help against the foreign competition to improve the transport and to reduce the costs of the export of the eraser to the avid consuming markets of Europe. ACA was constituted like this as it legitimates representative of the interests of the patronage Amazonians before the society, producing a speech for your Magazine that sought to soften internal divergences and to organize strategies to assure the economical power and the political prestige of your members. Around the commercial institution the patronage, composed basically for the proprietors of the houses of trade, syringes owners and aviators, he knew how to elaborate an ideological project based on the uncertainties of the economy of the eraser at the beginning of the century XX and in the productive deficiency of the *extrativismo* of the eraser that guaranteed, above all, the largest control on the manpower adjusting her/ it to an organization model and efficiency based on the European models of production and I trade; that he/she had in the Portuguese element the ideal hard-working type, considered cheaper and orderly for the bourgeois pretensions. Seen by most of the authorities and of the bosses as an inferior class, the workers of the city of Manaus and mainly of the syringes of the interior they would be, according to the speeches of the Magazine of ACA (1908-1919), predisposed the *vadiagem* and to the mundane addictions for your rude and primitive nature, associated to the stigma of the indolence and of the incapacity of they manage your own lives. Therefore, it would be necessary that the patronage to act with the maximum of will and repression on the movements strikers and any other type of protest social expert as frolic act that disturbed your economical and political ambitions, even if such manifestations root justified for the poverty situation and hunger why still passed most of the workers in Belle Époque's called period.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS



Considerações Iniciais

No limiar do século XX Manaus se apressava para incorporar as novas tecnologias relacionadas ao ambiente do trabalho e dos espaços públicos, incluindo a incorporação das novas práticas de lazer e comportamento social. A cidade do começo do século XX foi sendo construída sob a égide do capitalismo comercial bancado pela monocultura de exportação da borracha.

O espantoso crescimento da procura internacional pelo produto verificado no terceiro quartel do século XIX foi mais que suficiente para financiar mudanças estruturais significativas na infra-estrutura da cidade. Os empreendimentos foram basicamente direcionados pelos setores ligados ao comércio importador e exportador, associado ao aparato político local. Boa parte desse setor empreendedor compunha os quadros de membros e dirigentes da Associação Comercial do Amazonas.

O crescimento econômico verificado até a segunda década do século XX não foi contínuo, mas ao contrário, o que se viu foi uma constante variação dos preços da borracha nos mercados externos provocados pela grande oferta do produto advindo principalmente dos novos centros exportadores de borracha localizados na Ásia¹. Para atender as novas demandas sociais, econômicas e políticas deste momento de expansão e, depois de crise financeira, foi necessário que a Associação Comercial do Amazonas reformulasse seu estatuto em 1908, atendendo as necessidades do contexto bem diferente daquele de sua criação em 1871.

O patronato ligado a Associação Comercial, que se compunha basicamente dos proprietários das casas de comércio e de donos de seringais, parecia sentir a necessidade de constituir todo um conjunto de princípios e idéias que norteassem suas ações naquela que parecia ser a última oportunidade de preservar suas posses e seu poder econômico relacionado, direta ou indiretamente, à borracha. Também era necessário que os patrões buscassem o apoio de instâncias maiores do poder político em seu auxílio, o que nem sempre era conseguido facilmente. Para a ACA era ficava cada vez mais evidente que,

¹ *“A borracha asiática já tem por si uma vantagem e é o custo diminuto da sua produção... não devemos dormir a sombra da prosperidade que nos bafeja”.* Revista da Associação Comercial do Amazonas, 05/01/1909, p. 01.

*a valorização de nossa borracha carece d'um elemento básico, que é a intervenção directa do Governo Federal... sem esse elemento, é claro que todas as tentativas não poderão alcançar nenhum êxito... Conseguimos, é certo, que o Banco do Brazil adiante também dinheiro a 9% sob caução do producto... Mas, embora todas essas vantagens, o facto é que todas essas condições de nossa praça não modificaram. Permanece sempre o desanimo.*²

Os segmentos populares resultaram alijados dos benefícios trazidos pelas mudanças. Trabalhadores, homens e mulheres, fossem do comercio ou das zonas de extratoras, constituíram-se em ferramentas necessárias para a implementação do projeto patronal de acumulação, via melhoria da indústria da borracha e do comercio. Eram, contudo, paradoxalmente vistos pelo patronato como empecilhos para o desenvolvimento econômico e para a melhoria da cidade.

É impossível desvincular a urbanização das cidades Amazônicas do final do século XIX da expansão da economia da borracha³, da mesma forma como é impossível estudar o pensamento e as atitudes do patronato amazonense sem levar em conta sua relação e seu olhar sobre o mundo do trabalho. Daí surgir o interesse de analisar como os patrões viam e entendiam o modo de vida dos trabalhadores amazonenses e que mecanismos utilizaram na readequação que impuseram a estes homens, visando adaptá-los às novas lógicas. O patronato também se encarregou de difundir o pensamento liberal-modernista de assepsia, higiene, produtividade, não sem a incorporação do velho ideário racial.

As demandas econômicas impunham a organização do ambiente de trabalho dentro e fora dos seringais com vistas a dar vazão à uma idéia consagrada entre os patrões de máxima eficiência produtiva a baixos custos. De igual forma, o processo que deu a Manaus um aspecto cosmopolita e moderno, foi também o mesmo que reforçou em seu interior praticas de exclusão e marginalização de uma intensa parcela da população⁴. Aos poucos, o seringal foi se tornando o “canteiro de obras” do pensamento patronal na sua busca de um modelo de trabalho baseado na figura idealizada de um trabalhador eficiente, pacato, barato e, de preferência, branco. Devia ter na imagem de seu patrão o limite certo entre o que ele podia e o que deveria fazer visando a melhoria de sua condição de vida, da economia extrativa e de toda a sociedade.

² *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/02/1911, p. 1.

³ SARGES, Maria Nazaré. “Belém: um olhar sobre o Paraíso dos Trópicos (1897-1911)”. In: MATOS, Maria Izilda e SOLLER, Maria Ângela (Orgs). *A Cidade em Debate*. São Paulo: Olho D'água, 1999, p. 49.

⁴ Veja-se a abordagem de: PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: Edua, 1999.

O enfoque que trazemos aqui vai ao sentido de argumentar que a cidade dos postais não representava em sua totalidade a cidade do dia a dia, onde imperavam práticas de trabalho opressivas, fosse no interior das catraias, nos armazéns do Porto de Manaus ou no beneficiamento da borracha, extraída à custa de longas e perigosas caminhadas pela selva. Essa outra cidade⁵ é, assim, desigual, doente, insalubre e precária para todos aqueles que não compartilhavam os mesmos círculos de influência e lazer uma minoria de famílias ricas e detentoras dos mais importantes cargos públicos locais.

E com base no painel histórico esboçado acima que temos a pretensão de investigar e responder algumas questões que para nós são cruciais: de que forma o patronato amazonense posicionou-se diante da crise da borracha amazônica no começo do século XX; como buscou *fazer-se* categoria ativa e atuante⁶; como se portou, mediado pela Associação Comercial do Amazonas, diante das evidentes dificuldades econômicas que emergiram com a concorrência asiática; como discutiu e buscou enfrentar a limitação política regional. Por fim, como se portou diante das pressões do incipiente movimento operário local que, por vezes, recusou seus ditames.

A nossa intenção não é somente classificar ou enumerar essas práticas patronais, mas entendê-las dentro do seu contexto, percebendo suas linhas de pensamento e atitudes. Entender de que forma o patronal foi construindo seu discurso para justificar suas práticas e perceber os momentos em que pareceu necessário aos patrões colocar o interesse financeiro acima das relações humanas.

Se uma História Operária está se reescrevendo desde o começo da década de 1990 visando enxergar o cotidiano, os hábitos, a cultura e a organização sindical dos trabalhadores brasileiros, muito pouco foi feito em relação aos patrões, em especial no seu modo de perceber e lidar com os trabalhadores. Para nós tal estudo remete a inerente necessidade de o historiador olhar para o passado visando ajudar sua melhor compreensão da sociedade em que vive. É uma busca de saber o que defender e

⁵ O fenômeno foi bastante amplo e comum em todo o Brasil. Cf: PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Uma Outra Cidade: O Mundo dos Excluídos no Final do Século XIX*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 2001.

⁶ THOMPSON, Edward Palmer. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 269-281.

preservar, tanto quanto de saber o que mudar e destruir ⁷. Afinal, a História serve para mudar o mundo.⁸

O contato com a documentação da firma J. G. de Araújo, no acervo do Museu Amazônico, em Manaus, fez despertar o nosso interesse pela compreensão do universo patronal, embora por meio de um viés diferenciado, ou seja, focando seu relacionamento com os trabalhadores. Uma posterior leitura da literatura, ainda pequena, possibilitou um aprofundamento teórico e metodológico que embasa esse projeto de pesquisa.

Ao procurar estudar o patronato amazonense fomos ao encontro de fazer o levantamento das fontes que pudessem propiciar os meios pelos quais poderíamos trabalhar na busca das respostas às nossas hipóteses preliminares. Optamos por analisar profundamente a *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, cujo acervo se encontra no prédio da referida associação.

A *Revista* foi de importância estratégica para a Associação. A presidência da ACA no período da primeira fase da *Revista* (1908-1919) compunha-se de personalidades oriundas do meio comercial: Rafael Benoliel(1908); W. Scholz (de 1908 a 1911); J. G. de Araújo (de 1911 a 1913); Luis Eduardo Rodrigues (de 1913 a 1919).

IMAGEM 1

DIRIGENTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS⁹



RAFAEL BENOLIEL

J. G. ARAÚJO

⁷ CHESNEAUX, Jean. *Devemos Fazer Tabua Rasa do Passado? Sobre a História e os Historiadores*. São Paulo: Ática, 1995, p. 22.

⁸ RODRIGUES, José Honório. *Vida e História*. São Paulo: Perspectiva, 1986, p. 17.

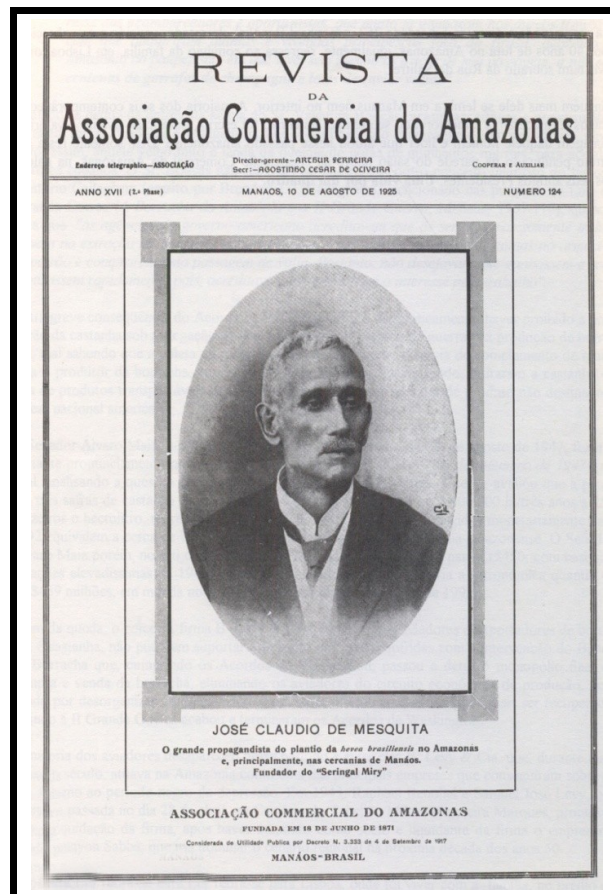
⁹ BENCHIMOL, Samuel. *Manás do Amazonas: memória empresarial*. Governo do Amazonas/UFAM/ACA, 1994.

A *Revista* foi interrompida em 1919, tendo tirado 118 números, e só voltou a ser publicada em 1925, sob a direção de Joaquim Carneiro da Motta. O período proposto para o nosso estudo está, de certa forma, relacionado à disponibilidade dessa fonte. Mas havia também o fato de ser este o instante de grande tensão social, política e econômica, tradicionalmente definida como o da crise da borracha.

Do ponto de vista historiográfico, o começo do século XX vai se mostrando um período rico para a compreensão da vivência dos trabalhadores na cidade de Manaus.¹⁰ Foi buscando participar desse projeto coletivo que propus a pesquisa a partir de um prisma diferenciado, ainda pouco explorado entre nós: o da História Operária filtrada pela fala patronal.

IMAGEM 2:

CAPA DA UMA REVISTA DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS



Fonte: BENCHIMOL, Samuel. *Manãos do Amazonas: memória empresarial*. Manaus: Gov. do Amazonas/UFAM/ACA, 1994.

¹⁰ Um panorama dessa construção coletiva aparece em: PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. "Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha, 1920-1945". *Canoa do Tempo*. Manaus, nº 1, 2006.

A *Revista da ACA*, como chamamos, é um rico material que, apesar da precariedade de alguns de seus números encadernados que se acham no interior da biblioteca da própria Associação, pode proporcionar futuras pesquisas para novas compreensões do segmento patronal, assim como das relações de trabalho no Amazonas.

Há uma nota explícita quanto a intenção da *Associação* em criar um instrumento de difusão de suas idéias. Nela, argumenta-se:

*O jornal que a Associação crear e fundar terá a denominação de Revista da Associação Comercial do Amazonas, será publicada mensalmente sob fiscalização do presidente, e direção dum redator chefe, nomeado pella Directoria. Sua distribuição será gratuita, o preço de sua venda avulsa será estabelecido pella Directoria.*¹¹

O conteúdo da *Revista* compunha-se basicamente de artigos de análise da conjuntura socioeconômica, boletins comerciais, informativos, artigos pessoais (na maioria de pessoas relacionadas ao comércio), informes, algumas notícias do meio político, além de estatísticas comerciais, cotações de gêneros de exportação e divulgação de eventos e conferências voltadas para a propaganda e/ou defesa da borracha.

A *Revista* era distribuída gratuitamente na sua sede na Rua Guilherme Moreira em Manaus. Alguns artigos eram comentados pela direção da revista, em reuniões prévias em sessões realizadas pela manhã ou à tarde, antes da publicação mensal. Todas as reproduções de artigos de outras revistas estrangeiras eram também aprovadas pela direção, desde que seguissem a mesma linha de pensamento da ação patronal amazonense.

O enfoque de nosso trabalho não está centrado na origem dos padrões ligados ao comércio e ao seringal, nem na busca de uma percepção/caracterização de uma espécie de “cultura de elite” que se impõe na cidade. Buscamos analisar o segmento patronal que compunha os quadros da Associação Comercial do Amazonas e a compreensão de todo o contexto dos seus relacionamentos com a sociedade local e, em especial, com os trabalhadores.

No rastro da abordagem thompsoniana, a historiografia do trabalho no Brasil tem nos ensinado que o foco na análise das classes deve estar centrado na ação ou no agir humano, isto é, na capacidade de homens e mulheres intervirem nos seus destinos,

¹¹ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/07/1908, p. 2.

atuando não como entidades abstratas, mas realizando escolhas objetivas dentro de determinado contexto¹². Em Manaus o patronato precisou fazer escolhas. No seu *fazer-se* cotidiano, os patrões elaboram estratégias de ação e desenvolveram valores que suscitaram conflitos diretos com diversos segmentos, dentre eles os trabalhadores. Também foram capazes de gerar impasses internos, opondo facções do próprio segmento patronal, como na contenda entre comerciantes locais e as firmas estrangeiras concessionárias de diversos serviços públicos.

Seguindo Thompson, lembramos que o fazer-se da uma classe não ocorre apenas na identificação do outro, do rival, mas no cotidiano, num processo de auto-descoberta, que envolve a percepção de solidariedades, forças e fraquezas e de elaboração de estratégias para superá-las a fim melhor se posicionar no palco social.¹³

Assim, o patronato estaria sendo percebido não apenas pela condição de contrário ao seu outro, os trabalhadores, mas como uma categoria que se fazia na sua dualidade de interesses e em relação ao conjunto da sociedade na busca de uma identidade coletiva, ao mesmo tempo individual e emblemática.

Ângela de Castro Gomes, uma das mais importantes estudiosas do assunto, comenta que as associações patronais, desempenhavam, em âmbito nacional, o papel de instituições que agiam em nome dos interesses do comércio e da indústria não só face as pressões do movimento operário, mas principalmente diante do Estado¹⁴. Entendemos assim que instituição de uma Associação Comercial do Amazonas configurava-se, naquele momento, como uma via de acesso aos canais de poder e também como um elemento aglutinador e gerenciador de interesses dos patrões em todo o Estado.

Em nosso estudo do patronato amazonense percebemos que a sua compreensão como classe social não passava necessariamente pela construção de um discurso uniformizador, mas resultava, em boa medida, da prática diária de vivência de seus conflitos com o Estado e com os trabalhadores, das rivalidades e choque de opiniões contrárias as suas. No devir patronal está a noção de que as classes existem não apenas

¹² BATALHA, Cláudio H. M. "Formação da Classe Operária e Projetos de Identidade Coletiva". In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília (Orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003: p. 196.

¹³ THOMPSON, Op. Cit., p. 269-281.

¹⁴ CASTRO GOMES, Ângela de. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 117.

pela sua condição material ou lugar em que ocupam no processo de produção de riqueza, mas nos antagonismos que marcam sua história, na busca de interesses mútuos e conflituosos que se acham sempre em volta de uma rede de complexas associações.

Entendido como intrínseco à Associação Comercial do Amazonas e em relação com o meio social da cidade e com os trabalhadores, analisamos os patrões como uma categoria que buscava a criar identidade através do associativismo e do corporativismo, mas também pela legitimação pública, o que em muito ajudava os discurso veiculados pela *Revista*.

Esse discurso não se realizava apenas como via de expressão de suas idéias à sociedade, através do publico da *Revista* ao longo de todo o período de sua circulação. Desde a elaboração de seu estatuto e por toda vida da *Revista*, a fala patronal difundida pela ACA visava essencialmente a união e harmonia do grupo em torno de estratégias precisas para assegurar seu prestígio, seu status e seu poder econômico e político.

De suma importância para a pesquisa foi o estudo feito por Maria Luiza Ugarte Pinheiro em “*A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*”, que traz um pioneiro esboço de compreensão do surgimento da ACA em 1871 e do comportamento dos patrões diante dos trabalhadores portuários em Manaus¹⁵. Ali também emergem reflexões sobre a relação de contraste entre o mundo do seringal e a cidade, e principalmente o choque de novos hábitos e costumes de lazer e trabalho na cidade da borracha imposta pela ordem econômica dos seringalistas, das casas de comercio e da influência do capital inglês na região.

Temos que considerar na análise do patronato suas relações não apenas com os trabalhadores, mas com as instituições públicas e com o capital externo. A preocupação dos donos de casas de comercio e de seringais não estava restrita a lidar com seus empregados, mas tratava também da concessão de benefícios, recursos e de proteção contra o monopólio inglês sobre instituições fundamentais da praça comercial da cidade, notadamente ligadas ao transporte, comunicação e armazenagem da borracha.

¹⁵ Pinheiro argumenta que a ACA “*parece ter surgido muito mais com o intuito de uniformizar um discurso que, dirigido especificamente as autoridades governamentais, visava chamar a atenção para a necessidade de incentivos e investimentos para a região carente e potencialmente prospera*”. PINHEIRO, Op. Cit., p. 115.

Conforme Pinheiro, como representantes dos maiores aviadores da região, proprietários das únicas casas bancárias e de créditos ou superintendentes das companhias monopolistas dos diversos serviços públicos, os ingleses se relacionavam com os seringalistas da região e em particular com o comércio de Manaus de forma bastante tensa e conflituosa. Logo, percebemos que conforme menciona Thompson, não nos basta na análise do patronato, no contexto das relações como os trabalhadores, identificar o seu “inimigo”, mas é preciso entender o contexto da própria batalha em todos os seus aspectos, a fim de recriarmos uma imagem o mais próximo possível daquela realidade complexa em que se encontravam todos os nossos personagens.

No conjunto da produção historiográfica local acerca do patronato amazonense pouco se tem feito. No nosso conhecimento podemos citar o trabalho de Ana Maria Daou¹⁶ que faz uma investigação da origem e formação da elite amazonense no final do século XIX, na perspectiva de entender as diferenciações de estilo de vida, formação e mesmo do prestígio social dos dois segmentos do patronato local: o urbano e o rural. Ainda no contexto regional avulta o trabalho de Samuel Benchimol¹⁷, que contribui para entendermos a origem e composição do patronato amazonense, através da formulação de um verdadeiro painel histórico focado na ação de personalidades ligadas ao comércio e à política do Estado. Buscando retratar a vida daqueles homens no seu cotidiano, no começo do século passado, o autor procurou fazer uma descrição dos principais dirigentes políticos que compunha a elite da cidade na época.

No contexto da produção historiográfica nacional os estudos sobre o tema são maiores, destacando-se o trabalho de Raimundo Faoro¹⁸ que se dedicou ao estudo do “jogo político” num plano de análise mais geral que parte da compreensão da disputa e ocupação de cargos políticos regionais desde o período de declínio da atividade açucareira e da mineração, passando pelo período da Monarquia e chegando até a República. Faoro vai analisar as relações da elite econômica com os dirigentes públicos na perspectiva do prestígio econômico. Para o autor dessas circunstâncias e dessa massa se

¹⁶ DAOU, Ana Maria. “Instrumentos e Sinais da Civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense”. In: *Revista da Fundação Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Setembro de 2000.

¹⁷ BENCHIMOL, Samuel. *Manóas do Amazonas: memória empresarial*. Governo do Amazonas/UFAM/ACA, 1994.

¹⁸ FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*. Vol. 1. 16ª edição. São Paulo: Ed. Globo. 2004.

compõe à aristocracia. Ela se assenta sobre os séculos de acumulação e se consagra no patronato. É pois, uma aristocracia burocrática, que se fixa em cargos públicos e até nos Gabinetes de Governo, para dali ampliar seus tentáculos.

Na mesma linha de estudo temos o trabalho de Jacob Gorender, na sua compreensão da formação e ocupação não da elite brasileira como um todo, mas de um segmento específico: a burguesia nacional. Referindo-se a análise da elite escravista o autor afirma que o declínio do modo de produção escravista colonial e ainda nos quadros da formação social escravista, houve, portanto, um desenvolvimento de forças produtivas sob a direção da burguesia industrial emergente. Com ela e com o jovem proletariado, nascia no Brasil o modo de produção capitalista. Elaborando um painel da composição e da estratificação da elite nacional, o autor estuda a burguesia comercial e bancária, que vê intimamente associada aos latifundiários, até por que, com freqüência, procedia de seu meio.¹⁹

Composto de uma série de dados, fragmentos de atas de reuniões, estatutos e discursos de associações comerciais e sindicatos, Edgar Carone²⁰ preocupa-se em fazer um painel de cunho geral sobre o pensamento industrial nacional no começo do século XX, ainda que centrado no eixo Rio de Janeiro/São Paulo. Nesta obra, junta um conjunto de textos documentais que pudessem caracterizar o entendimento dos empresários e suas associações sobre questões do proletariado nacional e dos contatos com o Governo.

Há dois estudos de Ângela de Castro Gomes que são de suma importância para uma melhor compreensão do surgimento, organização e mobilização do patronato no Brasil²¹, enfatizando especialmente suas ações e posturas ante as pressões dos trabalhadores e das circunstâncias econômicas externas. Em um primeiro momento o objetivo da autora é analisar a luta dos trabalhadores pelo mercado de trabalho, vendo como se constituíram em atores centrais da política brasileira e o papel do Estado na formulação do sindicalismo corporativista que marca a Era Vargas. Quanto ao patronato busca identificar a importância na formação de uma *identidade coletiva* e na construção de um discurso único para a coesão daquela categoria social.

¹⁹ GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 14 e 26.

²⁰ CARONE, Edgar. *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*. São Paulo: Editora DIFEL, 1977.

²¹ CASTRO GOMES, Ângela de. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979; CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalhismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

Ângela de Castro Gomes estudou o processo histórico de formulação e implantação da legislação trabalhista e previdenciária constituindo uma das dimensões de um processo maior de transformação da ordem liberal burguesa²², da mesma forma, a regulamentação das condições de trabalho, as formas de participação coletiva dos trabalhadores foram focos de sua análise na relação da burguesia com os trabalhadores no contexto nacional.

A autora se preocupava em entender os mecanismos de incorporação dos trabalhadores pelo patronato que visava afastá-los do radicalismo característico do séc. XIX-XX, ao mesmo tempo em que a burguesia brasileira enfrentava grandes dificuldades no empreendimento de seu desenvolvimento econômico e político contra o intervencionismo estatal, ao mesmo tempo em que buscava alijar os trabalhadores das decisões públicas. Para isso o patronato, enfocando o ambiente das indústrias de São Paulo, atuaria no sentido de garantir a máxima repressão das exigências operárias com a mínima perda de produtividade no trabalho.

É, sobretudo, desse ponto de vista historiográfico que nosso trabalho pretende colaborar na tentativa de estudar um segmento da sociedade ainda pouco visto, mesmo na historiografia nacional, mas cujos estudos vem ganhando importância pelas crescentes pesquisas referentes aos trabalhadores, aos movimentos sociais e as políticas públicas.

Tomando por embasamento teórico os autores anteriormente citados, procuramos caracterizar a Associação Comercial do Amazonas enquanto instituição classista. O conhecimento de suas idéias e projetos políticos emerge, para nós, das falas de seu corpo dirigente, membros, associados e colaboradores que freqüentaram as páginas da publicação mensal daquela instituição. Buscaremos analisar seu discursos, as suas possíveis contradições internas e as evidências de conflitos ou divergências entre seus integrantes, através da análise de suas opiniões e pontos de vista sobre o contexto do trabalho na Amazônia.

Tornou-se igualmente necessário a compreensão das chamadas práticas patronais dentro das relações de trabalho, identificando as ações dos patrões no controle e na inibição das reivindicações e protestos dos trabalhadores. Para isso buscamos o conhecimento das pretensões do projeto patronal quanto as transformações ocorridas no

²² CASTRO GOMES, *Burguesia e Trabalho*. Op. Cit., p. 23.

espaço da cidade, já que deviam atender as exigências do pensamento de organização e saneamento das áreas públicas. Os patrões buscaram também uma reestruturação do modo de vida dos trabalhadores e de suas práticas cotidianas.

O presente trabalho propõe entender primeiramente o contexto da criação da Associação Comercial do Amazonas, seus objetivos institucionais, dando especial atenção para a análise da estrutura associativa composta pelos seus integrantes. Procuramos saber quem seriam seus sócios, caracterizando de forma geral a composição do patronato amazonense no começo do século passado. Ao identificar este primeiro ponto, passamos a um entendimento melhor da luta do patronato contra as concessionárias dos serviços públicos, suas tensões e suas causas para, assim, discutir a relação dos comerciantes com os poderes públicos locais, suas reivindicações e dilemas.

Posteriormente passamos a entender o discurso patronal inserido também na idéia *eugenista* que, conforme Lília Schwarcz, marcava as teorias raciais do Período. Tais teorias se apresentavam enquanto modelo teórico na justificativa do complicado jogo de interesses que resultariam nas justificativas ao incentivo as imigrações de trabalhadores estrangeiros²³. Com base em seu estudo podemos discutir a fala patronal presente na *Revista*, onde estão apontados os “males da mestiçagem” que condenariam os trabalhadores locais à deficiência intelectual e física, razão de seu “atraso”.

Assim, a busca pelo *trabalhador ideal* colocava-se tanto como meio para a melhoria na produção da borracha e das técnicas de comercio locais, como também como a salvação para o Estado e o país, pela melhoria da raça. A prática de incorporação do discurso racial pela *Associação* foi manifestada mais claramente através de teses dos seus sócios durante os congressos sobre a borracha, como por exemplo, o *Congresso Comercial, Industrial e Agrícola* de 1910, que visava discutir quais os meios necessários para substituir a mão de obra local por trabalhadores que melhor se adequassem as exigências dos patrões.

Na parte final da dissertação encontramos o patronato frente às demandas dos trabalhadores em torno de crescentes greves e protestos populares por melhores salários e condições de vida num momento em que a crise da borracha Amazônica não podia ser mais ignorada por aqueles que ainda achavam que tudo isso não passava de especulação.

²³ SCHWARCZ, Lília. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 18.

Neste momento emerge nas falas patronais uma espécie de “pedagogia da violência” que, embora colocada de forma indireta pelos patrões, denunciava os mecanismos de repressão ao movimento operário em Manaus. Das indicações postas pela Associação patronal sobre o que fazer com aqueles trabalhadores “baderneiros” surgem normas como essa:

*Parágrafo 1: ...são considerados motivos justos [para demitir um trabalhador]: ser o trabalhador desordeiro, ou implantar a desordem, provocar rebeliões contra o patrão, beber ou prejudique a árvore na extração.*²⁴

A criação da *Associação* insere-se dentro de todo este contexto de grandes transformações e estabelece uma série de procedimentos novos a serem adotados pela elite, de maneira a nortear as discussões e principalmente as suas atitudes, notadamente quando se refere ao conflituoso mundo do trabalho do começo do século passado.

Pela sua *Revista* queremos perceber pensamentos, opiniões e vozes do patronato não apenas do Amazonas, mas de outras regiões do Brasil, e ações que evidenciavam convergências no que tangia ao controle e opressão dos trabalhadores. Queremos visualizar também os conflitos e divergências com outros segmentos do patronato e do setor político local e nacional.

Esperamos poder “dar mais luz” às questões aqui levantadas, sempre na perspectiva de contribuir para o fomento de outros estudos sobre o assunto, visando trazer para a comunidade atual um melhor entendimento das relações de trabalho que marcaram nossa sociedade no passado, visando incutir hoje o respeito às diferenças sociais e culturais e a valorização do homem. Que a história do passado possa ainda, acessível às gerações atuais, cumprir seu papel de agente transformador da sociedade.

²⁴ Associação Comercial de Santo Antonio do Rio Madeira. In: *Extremo Norte*. Manaus, 01/06/1914, p. 5.

CAPÍTULO 1

ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DO PATRONATO AMAZONENSE



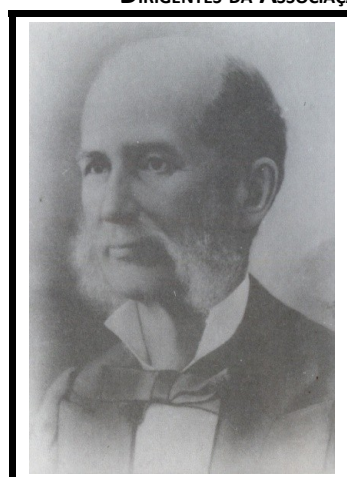
ORIGEM E CARACTERIZAÇÃO DO PATRONATO AMAZONENSE

A Associação Comercial do Amazonas – ACA (doravante ACA ou associação) foi fundada em 1871 e seu primeiro presidente foi José Coelho de Miranda Leão, um rico comerciante, assim como todos os seus beneméritos sócios. Deste então até 1920, vários foram aqueles que ocuparam a sua direção, todos sempre homens de muito cabedal e prestígio. A principal fonte de que nos dispomos para traçar o histórico da ACA é sua própria revista – *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, (doravante citada apenas como *Revista*) – veiculada mensalmente entre 1908 e 1919.

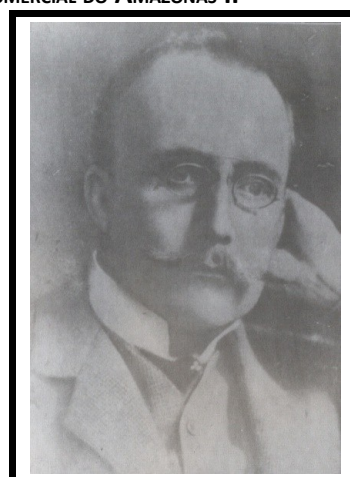
Com o recurso às páginas da *Revista*, foi mais fácil acompanhar a evolução administrativa da instituição, o que para o período anterior a 1908 se mostrou bastante difícil. No período que marca o início da publicação da *Revista* (1908-1911), a ACA esteve sob a direção de Waldemar Scholz, o antigo proprietário do Palácio Rio Negro e um dos mais importantes comerciantes de borracha aqui estabelecido. Já no ano que marca o término de sua circulação nesta primeira fase, 1919, coincidindo com o período de decadência da borracha Amazônica, a instituição esteve sob a presidência de Luis Eduardo Rodrigues, que administrou de 1917 a 1920.

IMAGEM 3

DIRIGENTES DA ASSOCIAÇÃO COMERCIAL DO AMAZONAS II²⁵



JOSÉ COELHO DE MIRANDA LEÃO



WALDEMAR SCHOLZ

²⁵ BENCHIMOL, Samuel. *Manãos do Amazonas: memória empresarial*. Governo do Amazonas/UFAM/ACA, 1994.

Em nenhum momento a Associação deixou de ostentar seu caráter classista, de forma que seu corpo dirigente foi constituído por elementos oriundos do alto setor comercial do Estado. Estes homens, sendo membros da elite econômica e detentores de canais privilegiados de poder, atuavam na ACA com o intuito de transformá-la numa agremiação representativa dos interesses políticos e econômicos do estamento comercial e principal veículo para o estreitamento dos laços de solidariedade entre seus pares no Estado do Amazonas ou mesmo com estabelecimentos comerciais estabelecidos fora dele

A criação da ACA é anterior a de muitas outras associações comerciais do país, inclusive a de São Paulo que data de 1894. Esta precocidade, conforme Maria Luiza Ugarte Pinheiro (1999), não surge, a princípio, para fazer frente à incipiente organização operária na cidade, mas parece ter surgido muito mais com o intuito de uniformizar um discurso que, dirigido especificamente às autoridades governamentais, visava chamar a atenção para a necessidade de incentivos e investimentos para a região carente e potencialmente prospera.²⁶

Assim, poderemos afirmar que a ACA enquanto instituição burguesa esteve a serviço da uniformização do discurso patronal frente às exigências comerciais da produção e exportação de borracha, que se apresentava naquele momento em franca expansão econômica (na segunda metade do séc. XIX). A concorrência asiática ainda não representava qualquer perigo uma vez que apenas em 1876 chegava às primeiras sementes da seringueira no Ceilão.

Desde o seu estatuto em 1908 que a Associação Comercial do Amazonas deixava clara a sua intenção de concorrer por todos os meios como organismo legítimo de representação dos interesses da classe patronal junto aos poderes públicos configurando-se como instância maior de união dos patrões.

O objetivo era anular quaisquer divergências internas entre os segmentos locais patronato referente ao não cuidado dos donos de seringais pelo provimento de alimento produzido no próprio seringal ou da sua falta de cuidado com as doenças da árvore como também das críticas dos mesmos a respeito dos lucros que ficariam mais entre os comerciantes da cidade. Para a ACA foi importante,

²⁶ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: UFAM, 1999, p. 115.

*religar os vínculos de interesses do commercio em geral dentro e fora do Estado... intervir para que essas questões entre os commerciantes sejam dirigidas sem estrepito de juízo, de modo realizar a completa coehsão e harmonia da classe commercial.*²⁷

Conforme Ângela Castro Gomes, as Associações de classe são instrumentos cruciais para a prática política do empresariado sendo sua via de comunicação com poderes públicos elas permitiam furar o espaço viciado da política partidária, sendo uma outra frente de contatos com o Estado²⁸, ou seja, a Associação possibilitava um outro canal de interlocução do patronato com os dirigentes políticos.

A ACA surge com duas finalidades definidas, primeiro, atuar como instituição legítima para a representação dos interesses do patronato amazonense junto ao poder público, agindo como interventora e até gerenciadora de políticas públicas e econômicas – conforme veremos adiante, e segundo como agente de harmonia interna, de forma a uniformizar suas falas e minimizar suas divergências. Vemos abaixo o seu objetivo enquanto instituição:

*Comparticipar, por qualquer meio conveniente ou de direito, de alguma ação que uma ou todas as suas congêneres iniciarem ao interesse da classe commercial... Promover por convergência de esforços, a expansão comercial, agrícola e industrial do Amazonas, no que concernir ao trabalho e a produção em todas as suas modalidades econômicas específicas.*²⁹

Tal discurso classista, que enfatizava a instituição como gerenciadora dos interesses dos patrões, não poderia por si se sustentar caso não apoiar-se seu estatuto na sociedade a qual se constituía como tal. Para a Associação Comercial haveria a necessidade de construir um discurso que correspondesse aos anseios e interesses de toda a sociedade de forma a universalizar seus projetos modernistas.

Construindo um discurso que tem na empresa o seu núcleo principal, o patronato estaria combinando elementos do liberalismo com outros de origem diversa, como no que se refere à responsabilidade pessoal do patrão face aos problemas de seus empregados³⁰ e a promoção do bem estar social deles, o que de fato não passava de uma “falácia” do patronato para passar a todos os segmentos da cidade a idéia de que seus

²⁷ Estatuto da Associação Comercial do Amazonas, 28/05/1908.

²⁸ CASTRO GOMES, Ângela de. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 51.

²⁹ Estatuto da Associação Comercial do Amazonas, 28/05/1908.

³⁰ CASTRO GOMES, Ângela de. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979, p. 44.

objetivos e suas ações norteavam o mundo do trabalho como um todo, ou seja, como se suas pretensões fossem os mesmos dos trabalhadores.

Os principais assuntos que iremos abordar neste primeiro capítulo compreendem os objetivos institucionais da ACA, suas filiações externas, a idéia do patronato para a sociedade, quem eram esses patrões, quem eram os tais delegados da associação, as tensões e divergências Internas, as contradições na Revista da Associação, a luta contra as concessionárias dos serviços Públicos na cidade e a relação dos patrões com os dirigentes públicos.

Para entendermos o contexto político e econômico da criação da ACA e da pretensão da afirmação de sua categoria institucional, inicialmente vamos nos remeter ao período anterior à década de 1870 que corresponderia didaticamente à ascensão econômica da indústria extrativista de goma na Amazônia.

Bem antes de Charles Marie de La Condanime e François Fresneau anteciparem os possíveis usos para o produto, que passou a ter uso comercial, verdadeiramente, a partir de 1803, e do O melhoramento técnico feito por Goodyear em 1839 até o início da fabricação de artigos de borracha vulcanizada em 1841, os nativos americanos já usavam a goma para impermeabilizar suas roupas, confeccionar calçados, fazer vasilhas de seringa entre outros artigos de uso cotidiano.³¹

Antes mesmo do *boom* da borracha no Amazonas, havia uma incipiente elite local desejosa de ascensão social. Conforme diz Raimundo Faoro no contexto nacional, ela era uma aristocracia burocrática que se fixa em cargos públicos e até nos gabinetes de governo³². O patronato que irá compor os quadros dirigentes da ACA será aquele advindo das atividades do comercio ligada ao surto borracha, além de outros segmentos do patronato não distante deste eixo econômico de toda a vida econômica da cidade até pelo menos 1920.

³¹ PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. "A Borracha na Economia Brasileira na Primeira República". In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. Vol. 8. 4ª edição. São Paulo: Editora Difel, 1985, p. 288-289.

³² FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*. São Paulo: Ed., 2004.

Seria a partir da década de 1850³³, quando teremos mais significativamente um crescimento e incremento da produção de borracha na Amazônia, que ocorrerá uma acumulação de capital no setor comercial e nas receitas públicas do município, suficientes para financiar intervenções e melhorias no espaço urbano das cidades e de estimular a imigração intra-regional para as regiões localizadas nos pólos de extração de borracha e/ou recebimento do capital oriundo desta atividade.

TABELA 1
Principais Produtos Exportados da Amazônia até 1850:

#	Produto	Quantidade
1º.	Fumo	596.111
2º.	Cacau	417.200
3º.	Borracha	202.500

Fonte: SANTOS. *História Econômica da Amazônia*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 51.

Porém, como se vê na tabela acima, a produção de borracha no Vale Amazônico não representava, até esse momento, o principal produto em valor nas exportações locais.

No contexto nacional o número de estabelecimentos industriais era inexpressivo, sendo que o primeiro surto industrial ocorreria mesmo ente 1880-1890 (oriundo dos acúmulos financeiros do café). Por exemplo, a quantidade de empresas no Brasil em 1907 era de 3.258 e em 1920 era de 13.336; a região centro-sul concentrava 61% deste total.

O cenário político brasileiro estava viciado por políticos oriundos dos quadros da oligarquia do café, centralizadas basicamente no eixo Rio de Janeiro/São Paulo atuando sempre de maneira a gerenciar toda a atividade política e econômica do país para o seu benefício. Veremos que isso foi um fator de empecilho para os comerciantes do norte quando se tratava de reivindicar ações e medidas protecionistas da União para a economia da borracha Amazônica.

No Amazonas a atividade fabril era fraca, mas existiam empreendimentos de pequeno e médio porte no setor de bebidas, água potável, serraria e embarcações. O

³³ “A partir de 1850... o estímulo externo atuou principalmente sobre a atividade extrativa da borracha... a oferta de mão de obra tardou a ampliar-se de modo que a oferta de trabalhadores foi-se transferindo rapidamente para a atividade extrativa”. SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 41.

setor comercial, aquele ligado ao comércio exportador e importador era sem dúvida o dominante na nossa cidade, o que concentrava maior capital.

Ainda no século XIX, Manaus passava aos seus visitantes uma visão romântica, de uma cidade esquecida no meio da floresta pelo surto do progresso mundial, alheia às novidades e sem grandes atrativos para o capital externo. Com o crescimento do valor das exportações de borracha, formou-se uma elite de comerciantes, donos de seringais e de aviadores endinheirados com os lucros da venda e que ao lado de uma elite burocrática já fixada em cargos públicos e administrativos, colocou em prática a mudança da fisionomia da cidade e de seus habitantes a fim de “encaixá-la” no contexto de transformação de cidades antigas em cidades ideais para o comércio externo e o mundo civilizado.

IMAGEM 4
“SOCIEDADE DE MANAUS”



FONTE: Foto de Huebner & Amaral. Manaus, 1905-1913

Assim a Amazônia vinha sendo construída, como um mundo inacabado aquém da temporalidade histórica e da razão iluminista, imerso na força brutal dos elementos e nos sonhos indecifráveis de raças esquisitas³⁴. Por isso ela precisava ser adequada ao ideário burguês de ordenação dos espaços físicos, incorporação de novos hábitos aos seus

³⁴ HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: Ferrovia Madeira-Mamoré e a Modernidade na Selva*. 2ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1988, p. 120.

habitantes e de tecnologias a sua produção, tornando-a atraente para novos investimentos.

Esta visão de cidade idealizada configura-se em dois sentidos congruente: de um lado o projeto de adequação do espaço físico da cidade ao aspecto do desenvolvimento do capital e por outro lado ao contexto das mudanças sociais do final do século XIX. Com a ascensão do proletariado europeu e das primeiras grandes contendas entre trabalhadores e patrões, o projeto de cidade que se queria transformar o espaço urbano deveria atender, então, a esses dois problemas, a limpeza e fluidez dos canais para a circulação das mercadorias e de outro a manter a harmonia social frente as inevitáveis manifestações grevistas e do protesto social pela classe trabalhadora urbana.

Os lucros advindos da crescente exportação de borracha, destinada principalmente para as ávidas fábricas européias e norte americanas, impulsionaram a saltos largos o processo de transformação da cidade de Manaus, assim como Belém. A modernização de Manaus transformou a paisagem natural, destruiu antigos costumes e tradições, civilizou índios transformando-os em trabalhadores urbanos; dinamizou o comercio, expandiu a navegação e estimulou a imigração.³⁵

A cidade figurava-se como uma “ponta de lança” da elite comercial ligada ao setor de exportação e importação da borracha na região que acima de tudo, dos trabalhadores e de seus moradores, se propuseram a fazer dela uma “vitrine” para atrair novos compradores e investimentos em setores estratégicos como transporte, energia e comunicações. Para tanto foi necessário reordenar seu espaço físico com uma série de medida como a construção de um cemitério, uma igreja, abastecimento d’água, luz, bondes, uma escola de artífices, um porto e etc.

Estas mudanças inevitavelmente acabaram por suscitar em sua população uma dolorosa adequação às novidades trazidas pela sua elite comercial e política que objetivavam incorporar práticas de conduta nos espaços da cidade e atitudes tidas como mais civilizadas. Hábitos cotidianos passavam a ser considerados inadequados e até grosseiros, uma falta de educação pelos moradores mais ricos.

Neste instante devemos entender que o conceito de moderno que baseia os projetos de ocupação e adequação dos espaços urbanos é fundamentado no modelo

³⁵ DIAS, Ednéia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus (1890-1920)*. Manaus: Valer, 1999, p. 32.

européu³⁶, a cidade de Paris torna-se a cidade modelo para outras cidades do continente americano. Era ao mesmo tempo o imaginário do patronato que propunha a aceitar e copiar um modelo não só de ocupação física dos espaços citadinos, mas também de incorporação de novos hábitos, lazer e até um modelo de língua a ser também copiada (o francês).

A cidade como “espaço de fazeres” da elite politizada, socializada através do projeto modernizador do urbano foi também uma cidade de contradições, que passou a ter em seu corpo duas cidades³⁷, a cidade Antiga, o lugar dos velhos hábitos, da tradição, do pitoresco, provincial, e a cidade moderna³⁸, parisiense, agitada, rica, policiada, abastecida pelos serviços sanitários, de iluminação pública e de transporte da época.

Manaus, assim como outras capitais do país, adentra no contexto das mudanças tecnológicas e econômicas do final do século XIX e começo do XX em torno de projetos de reordenação de seus espaços físicos e de adequação de seus habitantes às práticas burguesas, associadas ao embelezamento e modernidade³⁹. Com isso, velhos costumes, tradições e comportamentos cotidianos foram substituídos em nome da eficiência urbana que possibilitasse atrair o capital externo e incentivar a circulação de mercadorias e serviços.

A Associação Comercial do Amazonas buscará apresentar-se como engrenagem fundamental nesse processo de desenvolvimento regional. A longa discussão em torno da reformulação dos seus estatutos, ocorrida entre os anos de 1903 e 1908, aparece como uma resposta à necessidade do patronato em adaptar-se a um ambiente de mudanças vertiginosas e da necessidade de se elaborar uma linha de ação que atendesse as mudanças externas que surgiam no âmbito da sociedade e da economia amazonense.

³⁶ “Mas foram o gosto e o estilo francês que muito fizeram para a formação dos hábitos dos barões da borracha, suas esposas, amantes e seguidores”. BURNS, E. Bradford. *Manaus, 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Governo do Amazonas, 1966, p. 3.

³⁷ DAOU, Ana Maria. *A Cidade, o Teatro e o Paiz das Seringueiras: praticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: Museu nacional, 1998 p. 201.

³⁸ Os modelos de mundo desenvolvido eram copiados pelos países mais atrasados em um punhado de versões dominantes, que a despeito de qualquer justificativa urbanística, visaram mais a incorporação de costumes cotidianos de um delírio civilizador que não diferenciava tradição nem herança histórica. HOBBSBAWN, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. 5ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p. 101.

³⁹ Não partilhamos da ode generalizada que se faz à Modernidade. Na verdade, ela precisa ser sempre contextualizada, levando-se em consideração qual o seu entendimento no período e o que significou para cada um dos sujeitos sociais que a vivenciou. A este respeito cabe conferir a discussão presente em: BERMAN, Marshall. *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da Modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 15-35.

Além do mais, o estatuto da Associação deveria ser capaz também de sinalizar para a adoção de um discurso que minimizasse as diferenças internas à Associação, buscando maximizar ações em torno de objetivos comuns. Conforme o próprio Joaquim Nunes de Lima, presidente da ACA, reconhece, havia “*a necessidade de reformar os estatutos para readequá-los a as mudanças sociais*”.⁴⁰

A tarefa não é tão simples e fácil de executar. Teóricos como Mancur Olson, afirmam que a simples existência de interesses comuns entre os indivíduos não é suficiente para fazê-los unir-se em nome da maximização desses interesses⁴¹. É a partir desse pensamento que poderemos entender que a reformulação do Estatuto da ACA deveria atender a urgência de criar uma linha de pensamento que produzisse um discurso que unisse um patronato fragmentário e disperso em torno não apenas de seus interesses comuns, além de tentar criar uma barreira de proteção contra elementos externas aos interesses patronais.

Ou seja, um estatuto que fosse ao encontro dos interesses do patronato local em assegurar a manutenção e reprodução dos meios de produção do capital e que ao mesmo tempo desse uma base para o direcionamento de suas estratégias políticas junto à concorrência econômica externa e as demandas sociais internas, através da afirmação da solidariedade e do compromisso entre seus membros.

Apesar de ser posterior a 1908, percebemos certa simetria no Estatuto da Federação das Associações Comerciais Brasileiras com o da ACA, o que nos evidencia uma confluência de pensamento e ação do patronato em âmbito nacional:

- 1º Parágrafo: Promover a mais perfeita harmonia e solidariedade de todos os órgãos representativos do commercio;*
- 2º Parágrafo: Sustentar e defender perante os poderes públicos os direitos, interesses e aspirações do commercio;*
- 3º Parágrafo: Suggestir aos poderes públicos as medidas que fossem necessárias ao desenvolvimento e prosperidade do commercio e indústria.*⁴²

Para nós, o patronato não está sendo entendido como uma categoria acabada, a qual se poderia *absolutizar* suas falas. Conforme E. P. Thompson, consideramos que “as

⁴⁰ Ata de Reunião da Associação Comercial do Amazonas, 05/02/1903.

⁴¹ CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalho*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994, p. 3.

⁴² Estatuto da Federação das Associações Comerciais Brasileiras. In: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/04/1912.

classes não existem como entidades separadas que olham ao redor, acham um inimigo de classe e partem para a batalha”.⁴³

O patronato *vai* construindo sua identidade como classe a partir de seu fazer social, de sua organização institucional, de suas estratégias de dominação, de seus discursos e práticas cotidianas. Não podemos entendê-lo apenas no confronto com os trabalhadores, mas em todo o seu conjunto político e cultural, através de seus dilemas, suas contradições e suas soluções (dado cada contexto histórico).

Os Objetivos Institucionais da ACA eram o de promover a coesão da categoria patronal em torno do projeto de desenvolvimento de sua política de dominação dos trabalhadores, intervenção no espaço público, defesa dos seus interesses econômicos e aquisição de benefícios junto ao poder público.

Para tanto, a Revista da ACA (1908-1919), será a porta voz do patronato perante a sociedade. Sendo de suma importância para os patrões que ela seja capaz de anular (ou pelo menos mascarar) questões políticas ou pessoais de dentro da própria Associação Comercial que possam, por ventura, atrapalhar tal projeto unicista. Percebe-se essa intenção quando o Estatuto propõe; *“Promover a criação e estabelecimento de laços sagrados a causa do commercio, indústria e agricultura, colonização, etc.... [ficando] proibida qualquer questão política ou pessoal”*.⁴⁴

Logo, a Associação Comercial do Amazonas, constituiu-se em uma instituição legitimadora do discurso patronal para a sociedade e representante de seus interesses econômicos e políticos para o poder público, servindo como meio de aglutinar valores, causas e interesses comuns do patronato em torno de si, através de sua revista. Por isso, a formação de uma identidade coletiva consiste na construção de um discurso capaz de produzir uma área de igualdade substancial que nega as desigualdades em um espaço definido e, dentro dele, enfatiza um conjunto de valores e tradições solidárias, podendo

⁴³ *“As pessoas se vêem numa sociedade estruturada de certo modo... suportam a exploração, identificam os nós dos interesses antagônicos, debatem-se em torno desses mesmos nós e, no curso de tal processo de luta, descobrem a si mesmos como uma classe, vindo, pois, a fazer a descoberta da sua consciência de classe. Classe e consciência de classe são sempre o último e não o primeiro degrau de um processo histórico real”*. THOMPSON, Edward. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001, p. 274.

⁴⁴ Estatuto da Associação Comercial do Amazonas, 28/05/1908.

inclusive se materializar em formas institucionais diversas como leis, organizações e etc.

⁴⁵.

De outro lado, a reprodução das falas do patronato pela sua Revista, ao conjunto da sociedade de Manaus, significaria passar a idéia de que a Associação Comercial era a digna representante do comercio e, por conseguinte, dos interesses de todos os cidadãos; de que ali estaria o centro das decisões e dos direcionamentos de todos os outros comerciantes e empreendedores do estado.

Ou seja, centraliza a vida social de Manaus na instituição comercial era a intenção do patronato. No discurso de posse do presidente da Associação Comercial do Pará, o barão Souza Lages, dirigido à ACA, manifesta a afirmação desse ideal aglutinador das causas do comercio. Para ele, a ACA *“é a legitima representante do commercio... alli tem apoiado todas as idéias em prol da classe commercial... Em Manáos todas as informações que interessem ao commercio encontram-se na Associação”*.⁴⁶

Anular as divergências internas era um objetivo da instituição patronal em Manaus (senão o mais importante deles). Para que o projeto burguês de controle da força de trabalho e manutenção do poder econômico fosse desenvolvido era necessário criar e/ou fortificar os laços de harmonia e solidariedade entre seus sócio-participantes. Na Exposição Internacional de Borracha em Londres, volta o discurso unicista quando se argumenta que no, *“Amazonas, Matto Grosso e Território do Acre... dissipam-se assim as prevenções ribeirinhas que nos trouxeram desunidos ou desconfiados uns dos outros”*.⁴⁷

Então, para fazer frente a estas demandas e para atingir seus propósitos, o patronato precisou re-formular seu Estatuto em 1908, definindo metas e corrigindo pontos de sua estrutura. Através de uma publicação periódica, a Revista da ACA, o patronato agiu no sentido de dá sustentação teórica a sua estratégia de cominação econômica e social do mundo do trabalho em Manaus.

Conforme Marilena Chauí, o patrão precisou elaborar um conjunto de crenças, valores e princípios, validos para toda a sociedade, ao mesmo tempo em que neutraliza não apenas o seu adversário de classe (os trabalhadores), mas ainda as dissensões

⁴⁵ CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalhismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora Relume Dumará, 1994, p. 6.

⁴⁶ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/04/1909, p. 6.

⁴⁷ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/08/1912, p. 1.

internas⁴⁸. Com isso, trataremos de entender agora qual era a idéia que o patronato procurou passa de si mesmo para a sociedade e para os trabalhadores.

Com o intuito de mudar a imagem que tinha entre os trabalhadores, de uma classe opressora, formada de cidadãos gananciosos, ou burgueses enriquecidos a custo da exploração do povo trabalhador e que por isso estariam preocupados apenas com seus negócios, o patronato procurou mostrar-se como agentes do progresso econômico do Estado, numa espécie de classe protetora dos interesses de toda a sociedade.

Dentro desta visão de benevolência, o patronato se mascarou como representante dos interesses da sociedade que agia de todos os meios para garantir o desenvolvimento da cidade e os empregos dos trabalhadores, mas que visava apenas garantir seus interesses.

*O commercio é o maior factor de renda publica e quanto se faça para o seu crescimento e beneficio de relações, frutificarei em favor de nossa terra... Idêntica vantagem solicita para a producção dos seringaes plantados... o interesse da classe commercial é o interesse do Estado como um todo.*⁴⁹

Se o interesse da classe comercial era o interesse de todos, logo está afirmação daria justificativa para a implementação de medidas que visassem à melhoria da produção de borracha, tais como: a re-ordenação do trabalho, a diminuição dos salários, a demissão de trabalhadores considerados inadequados, o controle fabril, a repressão às greves, em fim qualquer ação que fosse entendida como um obstáculo ao crescimento econômico da sociedade como um todo.

Desta forma, o Imaginário popular era manipulado para re-construir a imagem do patrão como herói benevolente/protetor dos interesses da classe trabalhadora. Agindo como agente representativo do povo, o patronato usa-se do status e do poder econômico para manipular o ideário popular acerca de si mesmo. Por isso poderíamos dizer que o capitalismo é mais que um sistema econômico, é uma cultura que afeta bases não apenas econômicas, mas também sociais, familiares e até mesmo espirituais da existência.⁵⁰

E uma outra imagem do patronato, construída de si para a sociedade, era a de o *grande provedor*. Ele seria responsável por garantir os empregos dos trabalhadores, a

⁴⁸ DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 20.

⁴⁹ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/08/1910, p. 5.

⁵⁰ MACFARLANE, Alan. *A Cultura do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.

renda das famílias amazonenses, de concorrer diretamente para a receita do Estado. O patronato se credenciava com esse discurso para reivindicar benefícios perante o Estado e medidas mais rigorosas de controle e ajuste dos trabalhadores aos seus projetos econômicos, passados como de interesse a todos, o que na verdade sabemos não se expressava. O argumento era sempre o de

*ser o commercio nacional collocado no seu verdadeiro logar de principal agente da grandeza da nação, a gozar da importância real que merece... sua depreciação perante os Governos competentes... tem sido a espécie de separação em que nossa classe commercial tem vivido até hoje, sem um ponto central representativo das suas energias e aspirações, sem uma cabeça.*⁵¹

As filiações externas da ACA compreendiam basicamente os contatos com Revistas Internacionais. Citamos a Revista Índia Hurber como a mais significativa pelo volume de artigos reproduzidos na Revista da ACA (a qual servia como uma espécie de ponte de informação para a noticiais e novidades internacionais sobre o comercio da borracha lá fora); a Federação das Associações Comerciais do Rio de Janeiro; a Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria de Manaus (como ponte para o comercio português); além de contatos com outras Associações Comerciais cujos membros advenham na sua maioria do comercio exportador-importador, ligado à borracha. Há grande correspondência com as Associações Comerciais do Pará, Mato Grosso e Acre, esta última mais estreitamente. Esse tipo de articulação era, de fato, abertamente debatido:

*Recebemos uma circular de nossa illustre collega a Associação Commercial do Rio propondo uma Federação das Associações Commerciaes existentes no paiz... é um modelo de perspicácia, patriotismo e clarividência... somassem suas forças, harmonizassem suas aspirações... uma fecunda alliança todas ellas conquistariam, de facto, na vida econômica da nação, o prestigio, o poder, a influencia que, de pleno direito lhes assiste... por seu intermédio... serão entregues aos poderes públicos as reclamações e os protestos que de norte a sul lhe foram enviadas pelloos institutos federados.*⁵²

Outro exemplo destas filiações externas vemos a seguir:

A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria de Manaus (...) tem por objetivo principal concorrer por todos os meios para o estreitamento das relações commerciaes luso-brasileiras, procurando desenvolver intercambio entre os dous paizes e regularizar e fazer progredir a exportação dos productos

⁵¹ Nota da Federação das Associações Comerciais. In: *Revista da Associação Commercial do Amazonas*, 10/12/1911, p. 1.

⁵² Barão de Ibiucuhy. *Revista da Associação Commercial do Amazonas*, 10/11/1911, p. 04.

*commerciaes e industriaes portugueses para o importante mercado do Amazonas.*⁵³

Os contatos da Associação Comercial do Amazonas com outras instituições comerciais externas, periódicos e afins referiam-se a facilitar a divulgação da propaganda da qualidade da borracha exportada da região norte como da troca de informações sobre novas técnicas de fabrico e beneficiamento de borracha e outros assuntos relacionados ao comercio e a melhoria da indústria extrativa.

Contudo não podemos pensar que tais indícios possam parecer ter havido uma harmonia e dialogo tão intenso capaz de anular quaisquer divergências ou conflitos mais ardentes. Pelo contrário, se no âmbito das relações de trabalho havia a unanimidade para o máximo arbítrio sobre o controle dos trabalhadores e repressão do movimento operário, o mesmo não acontecia nas questões relacionadas à livre concorrência econômica, as tarifas alfandegárias e na prioridade da ajuda do Governo Federal. Como veremos ainda neste capítulo, sobre a relação do patronato com os poderes públicos, sobravam acusações de preconceito, injustiça e ganância para todos os lados.

Não identificar quem eram patrões que compunham o patronato de Manaus seria uma lacuna na nossa análise histórica. O patronato em Manaus era composto basicamente de comerciantes na sua grande maioria de origem portuguesa, ligados ao comercio de importação de vários gêneros (de alimentos até vestuários) e exportação de borracha e outros produtos regionais; de donos de seringais (alguns advindos deste comércio ou da atividade de aviamento); aviadores (que fazia o comercio nos rios); além de donos de embarcações, pequenos comerciantes, industriais e políticos (que constituíam menor presença).

Para ocupar a posição de sócio na Associação⁵⁴ era preciso, obviamente, ter uma grande renda, a qual lhe garantisse uma posição social respeitável e influência política por conta de seus cabedais. Logo, podemos presumir que nem todos aqueles que detinham uma atividade econômica autônoma, fossem donos de algum pequeno estabelecimento

⁵³ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/08/1916, p. 1-2.

⁵⁴ Diretoria da ACA em 1910: Presidente: Waldemar Scholz; 1º Vice-Presidente: Emilio Zarges; 2º Vice-Presidente: J. G. de Araújo; Secretário: Manoel Lopes Prado; Tesoureiro: E. Fernandes; Além de J. G. Mesquita, W. Gordon, Elpidio d’Holanda, E. Kingdon, João R. Braga, W. Peters e Luis Eduardo Rodrigues. In: MIRANDA, Bertino (Org.). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22-27/02/1910)*. Manaus: ACA/Fundo Editorial, 1990.

comercial, artesanal ou fabril, necessariamente poderia ser classificado como integrante da classe patronal pertencente à ACA:

*Em sessão de Assembléia Geral a 28 de Maio... a Associação Comercial discutiu e aprovou os seus estatutos. Foi uma reforma quase radical dos primitivos. Ampliamos grandemente os fins de nossa sociedade. Há três categorias de sócios: beneméritos, honorários e efetivos. Só podem ser sócios efetivos os que tiverem Capacidade legal, forem commerciantes, procuradores ou agentes de casas commerciaes, estabelecimentos bancários, agentes de leilão corretores, despachantes da Alfândega e da Recebedoria, e concorrerem com a jóia e mensalidade marcadas nos estatutos.*⁵⁵

Dentre os principais estabelecimentos comerciais que comercializava borracha citamos a J. G. Araújo e Cia., Armazéns Andersen S/A, B. A. Antunes e Cia., Tancredo Porto e Cia., B. Levy e Cia; Das empresas pertencentes a judeus como a Marius e Levy; Das empresas pertencentes a portugueses como a J. G. Araújo e Cia., H. Andersen, J. S. Amorim e Cia., J. Rufino e Cia., J. Soares e Cia., J. Martins de Araújo, J. Mendes, J. Guedes, J. A. Santos, B. Levy; Das casas de aviadores⁵⁶ como a J. A. Leite e Cia. e a J. C. Maio e Cia.; Das empresas prestadoras de serviço público, de capital inglês, como a *Manáos Transways and Light Co. Ltda* (de iluminação pública), *The Amazon Telegraph Co. Ltda.*, *Amazonas Engeneering Co. Ltda.* (estaleiro), *The Manáos Marketand Slanghterhouse Ltda.* (de exploração do Mercado público), *Manáos Improvements Ltda.* (de esgoto); e finalmente dentre as poucas fábricas de porte destacavam-se a do ramo de bebidas alcoólicas (*Fábrica de Cerveja Miranda Corrêa e Cia.*), de bebidas (*Guaraná Andrade*) e a de estaleiros e fundição (de *J. R. Richardson*); além de outras fábricas de menor porte no ramo da fabricação de tijolos, cigarros, utensílios de borracha.

Sobre aqueles padrões que comandavam a atividade produtiva do Estado, enumeramos por peso econômico e prestígio político respectivamente: os comerciantes portugueses, depois os donos de seringais e as empresas concessionárias de serviço público. Enquanto as companhias inglesas, concessionárias de serviços públicos e das empresas alemãs, francesas e britânicas dominavam o comércio exportador de borracha (*Desendschon, Zarges e Cia.*, *Scholz e Cia.*, *Albert H. Alden, Gordon e Cia, Delagotellerie e*

⁵⁵ Estatuto da Associação Comercial do Amazonas, 28/05/1908. Art. 393.

⁵⁶ “Casas Aviadoras eram estabelecimentos comerciais que abasteciam o seringal, dele recebendo a borracha ali produzida. Realizavam também as operações de venda ao exterior... as casas aviadoras, contando a maior parte com capital estrangeiro, tiveram também a função de financiar a borracha”. PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. A Borracha na Economia Brasileira na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização*. Vol. 8. São Paulo: DIFEL, 1985, p. 293.

Cia.), indubitavelmente as firmas portuguesas comandavam o comércio interior de aviamento e recebimento de borracha.⁵⁷

TABELA 2
Valor das Exportações de Borracha no Amazonas:

Ano	Valor das Exportações
1870	2.016:443\$915
1880	6.568:414\$625
1889	18.121:265\$000

Fonte: REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1998, p. 226.

As Casas Aviadoras eram estabelecimentos comerciais que abasteciam os seringais, deles recebendo a borracha ali produzida. Tiveram também a função de financiar a borracha⁵⁸, mas a relação dos donos de seringais com estes estabelecimentos não foi sempre uma relação harmoniosa.⁵⁹

Os lucros auferidos com a borracha na segunda metade do século XIX (confira na tabela 2) possibilitaram também o maior endividamento dos donos de seringais para com os aviadores, por quem tudo deles provia para o seringal. O que resultava comumente em aviadores tornarem-se donos de seringais. De acordo com a Revista da ACA,

*o aviador no principio foi uma cousa bem distinta do que é hoje. Sua acção se restringia unicamente ao fornecimento de mercadorias para o productor. Com o tempo... devido as crises... o aviador perde pouco a pouco aquella sua feição exclusivista. As crises também o fazem proprietário de seringaes. A expansão dos negócios cria um número de avultado de productores que se tornam igualmente aviadores.*⁶⁰

Mas eram os ingleses que indubitavelmente mais manipulavam a economia local, através de empréstimos, do monopólio da navegação fluvial, dos serviços públicos e até do aviamento, ao passo que eram também o alvo preferencial de queixas e críticas dos comerciantes da cidade que não viam com bons olhos esta interferência especulativa do seu capital na região⁶¹ (enquanto durou o auge da borracha).

⁵⁷ BENCHIMOL, *Op. Cit.*, p. 8.

⁵⁸ Cf. DIAS, *Op. Cit.*: p. 43.

⁵⁹ Eventualmente os donos de seringais se queixavam dos preços cobrados pelos aviadores sobre as mercadorias por eles oferecidas e até das dividas adquiridas como os mesmos.

⁶⁰ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/08/1912, p. 2.

⁶¹ Este fato estar relacionado às críticas dos donos do comercio exportador/importador aos proprietários das empresas de navegação e de operação do funcionamento do Porto da Manaus, além do serviço de Telégrafos, ora pela sua ineficiência, ora pela quebra de contratos e de horários de funcionamento

Para Maria Luiza Ugarte Pinheiro, como representantes dos maiores aviadores da região, proprietários das únicas casas bancárias e de créditos, ou superintendentes das companhias monopolistas dos diversos serviços públicos, os ingleses relacionavam com os donos de seringais da região e em particular com o comércio de Manaus de forma bastante tensa e conflituosa.⁶²

Ainda dentro da estrutura da instituição patronal, havia a figura dos delegados. Eles eram recrutados entre os próprios sócios da Associação Comercial para serem os ouvintes de reclamações de proprietários e outros patrões do interior do Estado acerca de problemas relativos às suas atividades, de forma que a ACA pode-se intervir para auxiliá-los na solução de seus problemas:

*Artigo 2º: A Associação terá em cada município um ou mais delegados...
Parágrafo Único: Esses delegados encaminham a Directoria, devidamente estudadas e informadas, as reclamações que provenierem de seus respectivos municípios.*⁶³

*Com exceção de apenas duas localidades, acabamos de completar a lista dos Delegados da Associação Commercial no interior do Estado e Território do Acre.*⁶⁴

Contudo, na prática eles não agiam apenas como ouvintes de reclamações dos comerciantes do município do Estado, mas principalmente como interlocutores do patronato da cidade para o interior com o objetivo de disseminar os direcionamentos econômicos e políticos apontados na ACA. Isso ocorria também entre as outras associações comerciais no Amazonas e os donos de seringais. Por fim, agiam ainda como divulgadores da qualidade da nossa borracha em seminários e exposições internacionais (analisaremos o significado destes eventos no próximo capítulo), o que a própria ACA reconhecia como vital:

*O sucesso obtido pela a nossa exposição em Londres e a propaganda inteligente feita pelo nosso delegado Sr. N. H. Witt, terão contribuído também para a valorização da borracha brasileira.*⁶⁵

impróprios ao comércio.

⁶² PINHEIRO, *Op. cit.*, p. 123.

⁶³ Estatuto da Associação Comercial do Amazonas, 28/05/1908.

⁶⁴ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/12/1908, p. 3-4.

⁶⁵ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/12/1908, p. 1.

É interessante observamos que os delegados⁶⁶ eram recrutados entre aqueles do patronato locado na Associação que tivesse a qualidade da oratória e do consenso para que atuassem como ouvintes do patronato rural, intermediários das outras Associações Comerciais, mas também como interlocutores da ACA nos diversos lugares que servissem à articulação do pensamento empresarial:

*No Rio Negro a representação ficou entregue a respeitável casa commercial J. G. d'Araújo; digno 2º vice-presidente desta Associação... o coronel Conrado Garcia, representante, no Rio Negro, da casa J. G. d'Araújo, inspeciona os trabalhadores e reitera aos proprietários de seringas, industrias e commerciantes, as vantagens de seu aparecimento no Congresso.*⁶⁷

As divergências internas na ACA demonstravam que a classe patronal não era assim um corpo tão harmônico como ela queria demonstrar para a sociedade. Os conflitos se davam por divergências de interesses econômicos, por vezes abafados pela Associação, mas que acabavam evidenciados em momentos quando, por exemplo, os donos de seringais se queixavam de não ter tanto lucro como os proprietários das casas de comercio da cidade. Em nota à Associação Comercial do Amazonas, Ludwig Schwennhagen, dono de seringal, faz esta queixa diretamente que *“em Manaus há muito ganho, aqui não ganhamos nada...”*.⁶⁸

Em um outro caso, houve uma reunião ocorrida na ACA com a categoria dos aviadores e dos donos de seringais para discutirem a crise do preço de venda da borracha no exterior e apontarem soluções. Pois que, acabou ficando latente a relação conflituosa entre os donos de seringais e os aviadores. Estes eram apontados pelo grande endividamento dos donos de seringais na região, o que acabava transferindo os seringais para as mãos dos próprios aviadores (como mencionamos anteriormente). O resultado almejado na reunião consistia em *“redução das tariffas de importação e exportação, baratear o transporte e introdução de colonos estrangeiros... Desaparecerão os aviamentos a grande prazo e em grande quantidade, que são uma das razoes de maior desequilibrio entre os dous”*.⁶⁹

⁶⁶ Lista de alguns delegados da ACA no Interior: Silves: Manoel Antonio Garcia; Uruará: Benedito Alves Pinto; Humaitá: Antonio Francisco Martins e Leopoldo Mattos; Manicoré: Secundino Salgado e Raphael Benoliel; Canutama: Theodoro Botinelly. In: MIRANDA, Bertino (org). *Anais do Congresso Commercial, Industrial e Agrícola (22-27/02/1910)*. Manaus: Ed. Associação Comercial do Amazonas/Fundo Editorial, 1990. Coleção Hiléia Amazônica. Reimpressão Fac-similar 1911.

⁶⁷ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/10/1909, p. 1-2.

⁶⁸ Ludwig Schwennhagen. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1910, p. 1-2.

⁶⁹ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/12/1912, p. 2.

O término da exploração dos aviamentos, que constrangiam os donos de seringais e era responsável por onerar a produção, com o repasse de mercadorias sobre taxadas, dos aviadores, proposta pelo patronato urbano, causou o inevitável afastamento do segmento dos atravessadores da ACA, levando-os a assumir uma posição neutra no corpo dirigente da Associação Comercial do Amazonas.

Já sobre uma concorrência desleal no comércio de retalhos na cidade, fica a compreensão de que proprietários de casas de comércio retalhista se sentiam prejudicados pela concorrência de pequenos comerciantes, avulsos, desligados do eixo do grande patronato e/ou filiados a ele. Para os patrões, todos aqueles que não compartilhavam da esfera de influências e relações do patronato locado na ACA, deveria ser desprezado e atingido pelo poder fiscalizador. O que interessava era sempre a preservação das grandes casas importadoras e respeitáveis comerciantes da cidade:

*O que a Directoria pediu ao Congresso Legislativo... foi que, alias no interesse do commercio de retalho, fosse fortemente taxados os pequenos negociantes avulsos, caixeiros viajantes e agentes de fabrica ou casas commerciaes nacionaes e estrangeiras, que directa ou por meio de zangões ou pessoas particulares, à sombra de um exíguo e mesquinho imposto, exercem escandalosamente nesta capital o commercio a grosso e a retalho. Esta praga é que precisa ser eliminada... nocivo ao nosso commercio licito... elles é que deveriam ser atingidos pello dito imposto... agenciadores de toda a parte, que diariamente ahli apontam... que livres de impostos e de todos os encargos, fazem ruínosa e desleal concorrência.*⁷⁰

Logo, podemos dizer que dentro das relações de poder não haveria total harmonia e menos ainda uma total coesão do grupo patronal que não resistisse às incertezas e oscilações externas e as divergências no modo de conduzir as coisas de dentro da instituição comercial. Uma vez que muitos laços de solidariedade foram construídos enquanto os lucros eram altos, a concorrência externa era insuficiente, e a pressão dos trabalhadores não incomodava muito.

Da mesma forma como Ângela Castro Gomes entende a classe trabalhadora não como uma totalidade harmônica, um sujeito único em busca de uma identidade, mas tratada através do conjunto diferenciado de propostas que lutam e competem pelo monopólio da palavra operária⁷¹, o patronato também estará sendo entendido como uma categoria complexa, cheia de interesses, conflitos e dilemas. Constituídas de vozes que

⁷⁰ W. Scholz. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/03/1911, p. 4.

⁷¹ CASTRO GOMES, Ângela de. *A Invenção do Trabalho*, Op. cit. p. 9.

competem pela liderança, cada um fazendo uso não só do poder financeiro, mas, e talvez principalmente, do seu prestígio individual e nível de influência junto ao Estado e a classe trabalhadora.

Mas para o patronato a contradição interna mais latente foi à diferenciação entre dois universos significativos da atividade econômica de Manaus: o comércio urbano e a extração de borracha na floresta. Para entendermos o imaginário da época acerca do seringal, Maria Luiza Ugarte Pinheiro explica que enquanto o seringal é visto como o espaço da perdição ligado às formas rudimentares da produção, a cidade é percebida como sendo a sua antítese, espaço de realização do mundo burguês, europeizado e asséptico⁷². Essa idéia que diferencia as duas realidades econômicas pode nos ajudar a entender melhor as divergências entre o que chamamos de *patronato urbano* e *patronato rural*.

Tais contendas entre os membros mais importantes da atividade econômica do Estado, comerciantes e seringalistas⁷³, com acusações preconceituosas e críticas ferrenhas de incompetência administrativa e visão de mundo, feitas a ambos os lados, não significou, nem de longe se comparava as acusações, as críticas e preconceitos lançados por todo o patronato sobre os trabalhadores da cidade e da floresta a qual sobrou apenas o pesado fardo da culpa e da miséria oriunda do delírio burguês com borracha (veremos isso mais detalhadamente no capítulo 2).

Sobre as acusações de omissão dos donos de seringais e da sua falta de cuidados com as doenças da seringueira, a ACA argumentava que:

*o plantador da mandioca com a alta da borracha, abandonou as suas roças e trata de embrenhar-se nos seringais à procura do leite precioso... entretanto se os nossos proprietários de seringais entendessem as nossas observações... não seriam obrigados a comprar a preços excessivos a farinha... se tivesse feito o plantio da mandioca, deixavam de comprar a farinha... em condições excepcionais de barateza... e continua a dever ao aviador.*⁷⁴

A ACA apontava – como atenta hoje uma nova historiografia preocupada com a questão ambiental na História⁷⁵ – e havia ainda “inimigos” naturais a serem combatidos:

⁷² PINHEIRO, Op. cit. p. 135.

⁷³ “O seringalista era o patrão, o chefe, o responsável por tudo e a ele estavam subordinados todos os indivíduos que ali residiam”. PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. Op. Cit., 294.

⁷⁴ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/09/1909, p. 2-3.

⁷⁵ Cf: DEAN, Warren. *A Luta Pela Borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.

*O cupim, o inimigo mais terrível das árvores adultas, que elle ataca e destrói sem piedade... outro inimigo da seringueira é a hevea de passarinho, parasitas terríveis que ligados uns aos outros são capazes de matar a arvore... O seringueiro da Amazônia conhece as moléstias que atacam as árvores, mas ignoram a extensão dos prejuizos que elles acarretam... o contrario sucede no Oriente... ahli essas moléstias preocupam a todos.*⁷⁶

A questão da escolaridade dificultava o estreitamento desses laços mais que a distância física e a nacionalidade, entre os dois mundos do patronato local no qual só ficavam acusações da displicência e acomodação para os donos de seringais; os filhos de comerciantes ricos iam estudar fora do estado e ao retornarem estavam cheios de novas idéias para o crescimento econômico e o estilo de viver em uma nova sociedade; ao passo que os filhos de donos de seringais e dos aviadores, em sua maioria, eram educados no labor do trabalho de seu pai nos seringais e pelos rios, a fim de dá continuidade ao serviço e manter o patrimônio da família, mas que perpetuavam, ao mesmo tempo, técnicas tradicionais de extração e beneficiamento na produção Amazônica (aspectos estes amplamente abordados pela elite comercial urbana como nefrálgicos para o desenvolvimento econômico da cidade).

Conforme Ana Maria Daou, os que se tornaram patrões de seringais não participaram com a mesma freqüência e visibilidade dos círculos sociais, das redes de interação social que caracterizam a Manaus da virada do século e da década de 1910. Neste sentido reforça-se o caráter urbano da atuação da elite amazonense em que grandes comerciantes, profissionais liberais e políticos promoveram os acontecimentos da borracha.⁷⁷

Tais segmentos da elite comercial urbana encontravam em corriqueiras criticas pontuais aos donos de seringais por motivos quase sempre relacionados a melhoria da técnica extração, considerada ainda rústica em relação a novos avanços tecnológicos apontados pelos donos das casas de comercio. Segundo os comerciantes,

*A maioria de nossos seringueiros [donos de seringais] continua na antiga rotina... por uma ignorância e indiferença que lhes será fatal.*⁷⁸
*Não será a concorrência da borracha asiática que poderá prejudicar a Amazônia, mas tão somente a sua indiferença ante os surtos do progresso.*⁷⁹

⁷⁶ "Professor Huber". *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/08/1910, p. 4.

⁷⁷ DAOU, Ana Maria. *Instrumentos e Sinais da Civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense*. IN: *Revista da Fundação Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Setembro de 2000, p. 875.

⁷⁸ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/07/1911, p. 02.

As tentativas mais vigorosamente financiadas de transformar a produção da borracha e pô-la em bases mais capitalistas, como queria o segmento dirigente da ACA, principalmente com a crise batendo à porta de todos, tinha que lutar contra a resistência interna tanto dos seringueiros, que produziam a mercadoria para a exportação, quanto dos intermediários que comercializavam localmente.⁸⁰

Outras questões relacionadas à distância geográfica, falta de meios de comunicação mais eficazes e mundos sociais diferentes, somavam-se para o afastamento do patronato rural (donos de seringais e atravessadores) do centro de decisões da organização patronal, na cidade da borracha.

Podemos enumerar cinco grandes contradições latentes no discurso patronal através da Revista da Associação Comercial. Estas contradições não constituem uma prova da possível falência da organização patronal no desenvolvimento do seu projeto de controle dos trabalhadores e manutenção do poderio econômico e político na região, mas representam uma significativa prova de que o patronato amazonense, assim como outros, não deve ser entendido como uma totalidade única, acética de vaidades políticas e principalmente de divergências na conduta de suas ações e nas soluções dos seus problemas.

A primeira contradição do discurso patronal apontado nas páginas da *Revista* diz respeito à necessidade, apontada por parte do segmento patronal, de se plantar mais seringueiras no estado dando maior atenção à monocultura da borracha Amazônica, em detrimento de outras, conforme lemos “*que a salvação de nossa produção de borracha consiste primeiramente na cultura intensiva da hevea... que para dá um enérgico impulso a esta lavoura deve-se lançar mão dos braços e das pernas actualmente ocupados na agricultura, de forma a obter o mais breve possível resultados*”.⁸¹

Ao mesmo tempo em que o aumento de seringueiras poderia ser apontado como uma solução para aumentar as exportações de borracha e a receita do município, a *Revista*, através das falas de alguns de seus associados, apontava o perigo da nossa dependência econômica sobre basicamente um único gênero comercial. Incentivava-se

⁷⁹ Paes de Carvalho. *Revista Amazonien Society*. In: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1911.

⁸⁰ WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. São Paulo: HUCITEC/EDUSP. 1993, p. 17.

⁸¹ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/01/1911, p. 1-3.

até a diversidade de gêneros agrícolas, a policultura, como forma de resguarda aos possíveis atropelos econômicos que poderíamos sofrer adiante. Assim, ao mesmo tempo em que a ACA argumenta que *“a propagação e formação da polycultura” incrementaria “os actuaes estabelecimentos agrícolas do Estado”*⁸², condena *“a febre da monocultura com a preocupação obsedante da borracha, como fonte exclusiva da nossa fonte econômica e commercial”*. Tudo isso, segundo a ACA, *“fez esquecer inteiramente os nossos cultivos dos princípios do século XIX, que até 1906 predominaram na receita da antiga província”*.⁸³

Em segundo lugar era apontada a modernização do processo de extração da goma e beneficiamento da borracha destinada ao mercado externo, como forma de melhoria da qualidade do produto, frente aos similares estrangeiros. A saída seria cultivar

*racionalmente e scyentificamente a seringueira de maneira que um só extractor encontre facilidade de produzir tanto quanto trez ou quatro hoje. Foi isso que fizeram os plantadores do Oriente... Esse despertar, infelizmente, não alcançou senão os espíritos mais precavidos, continuando a maioria dos nossos seringueiros na antiga rotina... por uma ignorância ou indiferença que lhes será fatal.*⁸⁴

Com a criação de um laboratório de qualidade da borracha também ficaria clara a necessidade de tirar daquele trabalhador considerado rústico e ignorante o status de profissional que auferia a qualidade do produto para o comercio exportador. Colocando o conhecimento técnico acima do saber regional, possibilitaria o padrão diminuir os custos e a aumentar a produção tirando certas vantagens de barganha do trabalhador. Para a Associação era necessário,

*estabelecer com dados rigorosamente scyentificos, de maneira a substituir o systema adoptado, como acontece nas praças de Belém e Manáos, de classificar a olho nu ou por certos e determinados defeitos apparentes, as qualidades de borracha... pode induzir em enganos e prejuízos avultados.*⁸⁵

Mas esse pensamento não era compartilhado por todos os patrões, sendo que uma pequena parte acreditava que seria melhor a rotina que o moderno, que a máquina não substituiria as habilidades do trabalhador da selva, contraditoriamente, para outros patrões as novas técnicas eram vistas como inimigas da seringueira e o antigo método de

⁸² Estatuto da Associação Comercial do Amazonas, 28/05/1908.

⁸³ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/07/1912, p. 1.

⁸⁴ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/07/1911, p. 2.

⁸⁵ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/08/1911, p. 5.

defumação, realizado por aquele trabalhador “ignorante” ainda era o mais adequado e barato para a nossa realidade. Nota-se a diferença entre os dois discursos, ambos veiculados na *Revista*:

*Os proprietários devem abandonar por nocivos os actuaes instrumentos que servem para golpear as arvores... o aço é um inimigo da seringueira... é certo que a rotina é inimiga do progresso, da simplificação, do mais fácil, porem, em certos casos, como por exemplo este que discutimos, valle mais a rotina que os systemas modernos.*⁸⁶

*O methodo de defumar a borracha é o que preserva a maior qualidade... a maquina de defumação não substituir o seringueiro experiente que sabe a hora em que a gomma vai estar no ponto ideal.*⁸⁷

Se para uma parcela dos próprios comerciantes e donos de seringais o nosso método de beneficiamento da borracha extraída era indiscutivelmente o melhor e mais adequado a nossa região, dizendo-se que era até copiado pelos extratores asiáticos conforme lemos neste trecho, “*tudo isto demonstra e corrobora a que o nosso processo de defumação é o mais invejado pellos plantadores orientaes, e com os recursos de que dispõem, consideram resolvido industrialmente o problema de installação do nosso processo*⁸⁸”, por outro lado percebia-se um crescente interesse pelo método de extração e beneficiamento praticados nas plantações asiáticas.

A criação de um campo experimental de cultura da borracha Amazônica, que seria chamado Sr. José Cláudio de Mesquita, com o objetivo de criar um seringal modelo na nossa região, evidenciava esta contradição entre os dois patronatos, já que em dado momento pela *Revista* se valorizava os nossos métodos, por outro era chamado a atenção dos donos de seringal pela cópia do método de plantação adotado nos seringais da Malásia e Ceilão. Devia-se, assim,

*conservar com todo o cuidado as reservas florestaes e replantar os actuaes seringaes, melhorar e modernizar os actuaes methodos, ainda empíricos, empregados pelos seringueiros, os quaes devem se inspirar nos processos adoptados nas plantações de Ceylão e Estados Malayos.*⁸⁹

Conforme comentam Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato acerca da rotina de trabalho nos seringais da Amazônia é interessante notarmos que na sua rotina de

⁸⁶ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/07/1908, p. 6.

⁸⁷ V. Cayla. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/11/1913, p. 1-4.

⁸⁸ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/04/1913, p. 1.

⁸⁹ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/07/1910, p. 3.

trabalho o seringueiro saía de madrugada para a estrada, em cada árvore limpava o tronco e depois com a machadinha ia golpeando a árvore lentamente, colocava uma tigela que deveria receber o látex. Após percorrer toda a estrada, fazia o caminho de volta, recolhendo as tigelas. No *defumadero* o seringueiro se dedicava ao trabalho de coagulação do látex na forma comercial.⁹⁰

Para alguns comerciantes e donos de seringais, ainda cegos pelos lucros do comércio exportador das últimas décadas do século XIX, a produção asiática de goma ainda não representaria um real perigo que pudesse ameaçar a soberania Amazônica e se é que poderia se tornar perigosa algum dia, visto que, “... *Praticamente a cultura da borracha está ainda na infância. Não se conhecem bem as suas condições mesológicas; não se sabe com segurança, se a densidade dessa planta é vantajosa ou não*”⁹¹, para outros esta não era a realidade.

Um mês antes deste artigo incentivador veiculado na Revista da ACA, em setembro de 1908, vemos um outro artigo publicado da Associação Comercial do Rio Purus/AM, através da Revista da ACA que alerta diretamente os comerciantes e seringalistas sobre o perigo que a produção asiática poderá representar futuramente para a economia do Estado. Para a Associação Comercial do Rio Purus,

*as grandes plantações asiáticas da hevea brasiliensis provam quão desenredados andamos nós, cegos pela superabundância deste producto, deixamos que os estranhos se preparem para uma competência... avassaladora... perigo a nossa economia.*⁹²

Dentre tantas contradições apontadas no discurso do patronato estar a certeza entre muitos donos de seringais e comerciantes de que a borracha Amazônica mesmo sofrendo com a concorrência da borracha asiática teria sempre retorno financeiro assegurado devido uma suposta carência externa do mercado internacional. Para alguns segmentos da ACA,

O consumo mundial exige um aumento de produção... podem ser imediatamente absorvidos desde que a borracha possa ser produzida mais barato... Torna-se mister estabelecer novas e grandes plantações, desenvolver as indústrias agrícolas, a fim de enriquecer a nossa zona, facilitando a

⁹⁰ PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. *Op. Cit.*, p. 292-293.

⁹¹ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/10/1908, p. 1.

⁹² Associação Comercial do Rio Purus. In: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/09/1908.

*immigração... É por meios de plantações de borracha que se desenvolverão as demais indústrias agrícolas.*⁹³

No entanto, que se viu foi à diminuição do consumo industrial de borracha nos Estados Unidos (um dos principais destinos da borracha Amazônica) a partir de 1913 e a queda no valor de venda da borracha para o mercado europeu (veja a tabela 3), provocado pela grande oferta do produto para venda, vindo dos seringais localizados na Ásia e até África.

TABELA 3
Preço de Venda do Quilo da Borracha
(valores em Libra):

Anos	Preço
1908	6\$300/7\$700
1914	3\$000
1915	2\$650
1918-1919	3\$900/4\$250
1919	2\$900

Fonte: *Revista da Associação Comercial do Amazonas* (1908-1919).

Dois anos antes da afirmação de que a borracha sempre encontraria demanda no mercado externo, mesma *Revista* suscitava a possibilidade de uma superprodução de goma no mercado externo, ocasionando a queda no valor de venda do produto. Pela *Revista* percebemos que para algum segmento do patronato havia clareza da grave situação pela qual passava a produção local: “A indústria da borracha oriental... durante o corrente anno, é bem possível que a produção da Malasya, seja superior ao do Estado do Amazonas e, dentro em breve, e de todo o Valle do Amazonas”.⁹⁴

Além das divergências entre alguns segmentos da ACA acerca de aspectos econômicos relacionados a produção, refino e exportação da borracha, e também dos seus impasses com os trabalhadores em questões trabalhistas, o patronato chegou a enfrentar problemas com outros grupos comerciais de dentro do país e mesmo de fora.

⁹³ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/04/1913, p. 1-4.

⁹⁴ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/7/1911, p. 3-4.

Eram conflitos motivados por questões econômicas e políticas que norteavam práticas comerciais e contratos internacionais que porventura se chocavam com interesses locais.

O patronato amazonense por várias vezes entrava em antagonismo com a praça comercial de Belém, a oligarquia do sul do país e com regiões comerciais fronteiriças da Amazônia seja por vantagens econômicas ou por interesses políticos particulares de ambos os lados. Por exemplo, como vemos na nota abaixo, a ACA pede tarifas iguais as suas para as “Repúblicas Limítrofes”. A justificativa vem da argumentação de fazer valer o direito da concorrência leal, uma vez que os países limítrofes da região Amazônica podiam concorrer com produtos mais baratos que os comerciantes da cidade.

*Pedimos a adoção de uma taxa única de exportação entre os Estados, a União e as Repúblicas Limitrophes... Accresce salientar a injustiça da adoção de tariffas mais baixas por parte de nossos vizinhos que assim estabelecem concorrência pouco leal conosco...a carestia dos gêneros de primeira necessidade, pella tributação excessiva, nós colloca em posição de não podermos competir com os productores das refferidas zonas, onde o trabalho é barato, accrescendo também que o há em abundancia.*⁹⁵

Um caso aparentemente sem importância histórica nos evidencia a pressão que o patronato exercia continuamente sobre o poder público, usando de seus canais privilegiados, para valer-se do protecionismo contra outras regiões comerciais a fim de beneficiar à sua praça comercial de Manaus, mas principalmente sua elite econômica e política. Diante de tão significativo pedido, o Governo,

*resolve não mais permittir o beneficiamento de que se trata, em borracha procedente dos paizes limítrophes, destinada a transito... o mal maior que o fisco pretende evitar [diz a ACA] é o contrabando de borracha brasileira como estrangeira.*⁹⁶

Em outra situação, os comerciantes do Estado do Pará queriam criar uma espécie de sindicato da borracha na Amazônia Legal para proteger o produto da concorrência externa. O tal sindicato seria formado pelos Estados do Pará, Amazonas e Acre (até então os principais produtores) com o incentivo político da União por meio da criação de uma tabela móvel de impostos sobre a borracha. Por outro lado os comerciantes locais não viram com os mesmos olhos esta iniciativa da elite paraense. Para a Associação,

O Pará tem a mais ampla liberdade de legislar, como entender, para dentro do seu território. Não obstante, a mesma lei, fazendo desprender os

⁹⁵ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/08/1917, p. 1.

⁹⁶ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/12/1913, p. 1.

syndicatos... não está de accordo... com effeito, o que a lei federal actoriza é a reunião de sete ou mais productores [paraenses] e possuidores de terra com o fim de formarem syndicatos para a sua defesa própria”; “O senhor Kierman pensa que não será exeçüível a lei paraense e a razão é que no Estado do Pará a lei orçamentária é calculada sobre o ouro, e no Amazonas sobre papel brasileiro.”⁹⁷

Um ato que poderia ser classificado como um indício de união entre comerciantes das duas praças em defesa da borracha Amazônica contra a concorrência externa, mostrar-se-ia uma relação conflituosa entre os dois segmentos patronais. Para os comerciantes locais esta medida traria desvantagens além de subordinar seus interesses aos paraenses. Tanto comerciantes amazonenses como paraenses continuamente demonstraram momentos de solidariedade, no que tange a questões relacionadas à repressão do movimento operário e até mesmo a necessidade de garantir a prosperidade da borracha, como também demonstraram momentos de conflitos diretos quando se refeririam a conseguir vantagens alfandegárias, diminuição na cobrança de impostos e na disputa pela atenção do Governo Federal em medidas protecionistas.

Por exemplo, da elite amazonense partiam as queixas para os dirigentes do Porto de Belém pela demora na liberação dos vapores vindos de Manaus levando do patronato na defesa de que era “*justo que nos seja dado o direito de possuir linhas que comecem a sua viagem no nosso porto*”⁹⁸, uma vez que todas as companhias tinham as suas sedes em Belém, isso representaria uma subordinação do Porto de Manaus provocando mais demora e prejuízo aos patrões da cidade de Manaus.

Mato Grosso conseguiu facilitar o beneficiamento da borracha para o seu fisco, recebedores e exportadores enquanto o Amazonas não. O Rio de Janeiro protestou quando o Porto de Manaus e o de Santos foram isentados da cobrança de 2% ouro sobre as exportações ainda em construção ou melhoria, pois estes estariam sujeitos a um regime diferencial e foram construídos na vigência da lei 1.869.

Houve queixas também dos comerciantes do território do Acre quando ao se livrarem do beneficiamento obrigatório nos armazéns da *Manáos Harbour*⁹⁹ passaram

⁹⁷ Ata da Revista da Associação Comercial do Amazonas, 19/11/1908.

⁹⁸ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/01/1912: p. 3.

⁹⁹ “... o Ministro da Fazenda, Francisco Salles, decidiu em ultima instância, que a borracha acreana pode ser livremente beneficiada”. Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/08/1913, p. 2.

então a sofrer com a sobretaxa de seus vapores no Porto de Manaus¹⁰⁰, o que seria uma tentativa da elite política e econômica do Amazonas em compensar a diminuição na arrecadação de impostos e receitas de exportações.

IMAGEM 5
ARMAZÉNS DE CABOTAGEM DA MANÁOS HARBOUR



FONTE: Foto Postal. Huebner & Amaral. Manaus, c. 1913.

Para a elite sulista a borracha não era mais importante que o café, e isso constantemente era lembrado pela ACA como causa da falta de atenção do Governo Federal para com a borracha no norte do país. Gradualmente o patronato se via pressionado pela perda dos seus ganhos no mercado europeu, pelas reivindicações dos trabalhadores e a diminuição da receita do município sem com isso conseguir o apoio político e financeiro necessário para amenizar esta situação.

Uma possível resposta a esta atitude do poder público perante os comerciantes do norte pode ser vista na análise de Bárbara Weinstein ao concluir que o peso da economia da borracha era desprezível no contexto nacional, mesmo no auge da expansão da borracha a Amazônia ocupava uma posição periférica na economia nacional.¹⁰¹

A luta contra as concessionárias dos serviços públicos configurou-se como um episódio a parte dentro do processo de estruturação e afirmação do patronato amazonense, até mesmo no termino do período áureo da borracha. Este setor, conforme

¹⁰⁰ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, Fevereiro-Março/1913.

¹⁰¹ WEINSTEIN, Bárbara. Op. cit. p. 259.

vimos anteriormente, que compreendia o abastecimento de luz e água, esgotos, bondes, telégrafos, alguns aviamentos, transporte marítimo e o porto estavam sob o domínio do capital inglês.

Mas, sem dúvida, era a parte do Porto de Manaus e do transporte marítimo os setores que concentravam as maiores queixas dos comerciantes da cidade. Por constituírem pontos estratégicos para o escoamento da produção do estado, o transporte pelo rio Amazonas era a única via economicamente possível para o patronato, que estava assim subordinado aos horários, preços dos fretes e armazenagem e aos interesses particularistas do capital inglês na região. Assim, queixavam-se que a

*deficiência é de tal ordem que estamos quase desligados do velho continente. Faltam navios que façam a rota para a Europa e até América do Norte... pedimos providencias do Governo federal... a borracha e a castanha.*¹⁰²

Da Booth Line e do Lloyd Brasileiro vinha queixas tanto quanto ao número de vapores disponíveis e o seu numero de tonelagem para a carga, que eram ambos considerados insuficientes para a Praça de Manaus, gerando “*freqüentes reclamações do comercio importador sobre o despacho de gêneros estrangeiros... pela alteração de linha de vapores*¹⁰³”, como também de atrasos na saída dos vapores e na alteração dos horários de saída. Sobre as queixas à Booth Line, a Associação Comercial do Amazonas comenta que

*ultimamente tem sido freqüentes as reclamações do commercio importado sobre o despacho de gêneros estrangeiros. Já por causa de demora nas malas de correio e extravio ás vezes das mesmas até chegarem a Manáos, já pela alteração que a Booth Lina entendeu fazer em fim do anno passado nas linhas de vapores.*¹⁰⁴

No tocante ao Lloyd Brasileiro vinham queixas também do patronato pelo não cumprimento dos seus contratos com o Governo local e com a União, diga-se desde já, uma prática comum a todas as empresas estrangeiras de capital inglês. Todas essas empresas trans-marítimas agiam de forma autônoma, desconsiderando leis e contratos, o que sempre gerava brigas com o patronato, já que destas empresas marítimas dependia o transporte de todas as mercadorias para os portos estrangeiros. Para a ACA, “*um dos portos mais movimentados pela cabotagem é o de Manáos... esse facto deveria ser o*

¹⁰² Revista da Associação Comercial do Amazonas, Fevereiro-Março/1918, p. 7.

¹⁰³ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 05/02/1909.

¹⁰⁴ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 05/01/1909, p. 6-7.

*bastante para o seu commercio merecer ao Lloyd Brasileiro maiores considerações. Entretanto, temos visto o contrário”.*¹⁰⁵

A condenação às práticas autoritárias e desrespeitosas das Empresas estrangeiras no Estado é feita sem rodeios pela Revista da ACA, denunciando a postura imperialista de seus agentes:

*Continua a ser, em relação ao extremo norte da Republica, um Estado no Estado, poderoso, inexpugnável e completamente surdo a qualquer advertência que se lhe faça... os vapores demoram a viagem... gastam as vezes mais de quatro dias entre Belém e Manaos. É talvez a única Empreza do mundo que ano conhece deveres, nem encargos. Para ella só existem direitos e favores.*¹⁰⁶

Em Manaus, na virada do século XIX para o XX, o porto desempenhou um papel vital, sendo em um só tempo ponto de ligação com o mundo e expressão do movimento modernizante então em voga¹⁰⁷. O Porto de Manaus era assim não apenas uma via de escoamento dos produtos amazônicos para outros centros comerciais, mas uma porta de entrada das novidades chegadas da Europa. Em que pese a importância econômica e cultural que exercia sobre a vida social da cidade não deixa de haver reclamações contra a sua administração como, por exemplo, a que foi feita pelos aviadores, intervindo *“junto a ACA para encaminharem ao Ministro da Marinha uma representação daquelles contra os abusos de que vêm sendo vitimas por funcionários do Porto de Manaus e o aumento dos fretes da Booth Line e Amerika Line”.*¹⁰⁸

Apesar de o Porto de Manaus configurar-se porta de entrada e saída de produtos, ele estava limitado pelo Porto de Belém, ao qual impunha taxações principalmente sobre a quantidade de borracha transportada pelo Atlântico. O patronato paraense fazia uso da posição geográfica do seu porto para adquirir fundos extras cobrando sobretaxas da praça comercial de Manaus, o que obviamente resultava em animosidades entre as duas agremiações. A ACA argumentava não ser *“admissível Manáos estar subordinado ao porto de Belém”.* E sustentava que *“depois dos melhoramentos do Porto de Manáos... é*

¹⁰⁵ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 05/05/1909, p. 6.

¹⁰⁶ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/06/1910, p. 5.

¹⁰⁷ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Op. Cit.*

¹⁰⁸ Revista da Associação Comercial do Amazonas, Fevereiro-Março/1913, p. 7.

*justo que nos seja dado o direito de possuir linhas que comecem a sua viagem de nosso porto”.*¹⁰⁹

As divergências com a alfândega eram inevitavelmente constantes pelos descompassos entre a situação econômica e os seus fiscos cobrados. Exemplificamos um caso em que João Lopes Pereira, inspetor da Alfândega do Estado do Amazonas, mantém a pauta do dia 24 de Outubro de 1914 para a próxima semana, motivada pelas poucas negociações com borracha, o que ocasionaria em lucros ainda menores para os comerciantes da cidade.

A ACA argumentava que “... pôs as vendas, ultrapassaram o mínimo de 03 de toneladas”. João Lopes respondeu “... ser uma vez a pauta aprovada é irreformável...” Nesta situação os comerciantes propuseram “... uma pauta de 3\$100 para a borracha fina em contraponto com a da Alfândega em 3\$600¹¹⁰”. A pauta acabou sendo mudada graças à pressão sobre as autoridades.

Mas em termos quantidade de reclamações nenhuma queixa se compara às feitas contra a Manáos Harbour, empresa de capital inglês controladora do Porto de Manaus e de alguns trapiches. As queixas iam desde o número insuficiente de funcionários, de serem pouco qualificados, as mudanças bruscas nos horários de saída do vapores, o uso de técnicas e equipamentos arcaicos para a carga e descarga de mercadorias, os aumentos nos valores cobrados pelos fretes, até a retenção de mercadorias e cobrança de taxas indevidas sobre a borracha acreana em seus armazéns, o que era feito sob a desculpa de poder recolher melhor o fisco para a Alfândega. A empresa inglesa concessionária do porto de Manaus era acusada por ter alterado

como quis o plano geral de suas obras, fez outras, interpretou a seu capricho clausulas e obrigações sem attender a cousa alguma, e muito menos a censura do ministro da Viação, prohibindo expressamente que executasse obras sem a aprovação previa dos respectivos orçamentos... o serviço dentro dos armazéns é assas deficiente. Raream os braços, porque a Manáos Harbour Limited entende que não deve augmentar o seu número; paga-os mal. É sabido que não possui ainda um corpo de estivadores: ahi que os arrançados a última hora, avulsamente, não preenchem bem os seus deveres... serve-se ainda de carrinhos de mão e pequenos trollys que floresciaam em outros tempos... a conjectura suppomos deprehender da própria essência dos melhoramentos de portos. Melhor que dizer apperfeiçoar o que existe, ou é defeituoso, ou carece de retoques... A castanha é sempre baldeada pelos mesmos processos de há vinte

¹⁰⁹ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 01/01/1912, p. 4.

¹¹⁰ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/11/1914, p. 1-2.

*annos... a remessa de aviamentos para o interior do Estado está em condições idênticas... A Manáos Harbour também não admiti fiscalização que lhe impõe a clausula XVIII do contracto de 1 de Agosto de 1900.*¹¹¹

Agindo de maneira a impor suas regras e práticas comerciais que visassem apenas seus lucros, sem que houvesse preocupação pelo cumprimento de contratos, horários ou regras a *Manáos Harbour* não agia de maneira tão diferente das outras empresas inglesas concessionárias de serviço público. O que aconteceu no caso da retenção obrigatória da borracha vinda do Território do Acre, com a sua liberação apenas com pagamento de sobretaxas nos armazéns da *Manáos Harbour* ou no *Trapiche 15 de Novembro*.

*É também a Manáos Harbour que escolhe para efeito de armazenagem em dobro... o artigo e a classe da tariffa em que a borracha deve ser incluída... Uma Empresa se arvora por sua alta recreação em interpretadora da lei, taxa e classifica, como lhe apraz, ou desnacionaliza, se lhe convém, um producto para auferir delle armazenagens indevidas.*¹¹²

Mas não podemos achar que o patronato se limitava apenas às reclamações verbais. Por vezes tais queixas eram dirigidas ao poder público, à justiça, e quando na ineficiência destes canais, era dirigido ao presidente da república sempre sob a justificativa de fazer cumprir os contratos de concessão com estas empresas. Tal atitude do patronato visava sempre à garantia e o aumento dos seus próprios lucros:

*Presidente Republica – Rio: Pedimos nome commercio intervenção V. Ex^a fim prestigiar attitude correcta. Engenheiro fiscal obras deste porto exigindo cumprimento contracto Manaos Harbour prohibindo taxas indevidas abusos cometidos por esta Companhia desde muito tempo apesar reclamações insistentes Commercio. Respeitosas Saudações.*¹¹³

O livre beneficiamento da borracha acreana, decidido pelo o Ministro da Fazenda Francisco Salles, é uma outra prova da ação do patronato amazonense contra as empresas inglesas que contracenaram vários episódios de impasses, debates acerados e ações jurídicas com os comerciantes de Manaus.

Esses impasses eram movidos sempre por questões de horários de saída dos vapores considerados inadequados à atividade do comercio local e mesmo a rotina de trabalho de sua praça comercial, além da cobrança de taxas de armazenagem e transporte muito altas e pelo não cumprimento de clausulas contratuais.

¹¹¹ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/12/1909, p. 3.

¹¹² *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/01/1910, p. 3.

¹¹³ Telegrama. In: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/08/1909.

*Por decisão da Inspectoria da Alfândega, de ontem, 04, ficou resolvido que dora em diante a borracha acreana não terá mais o beneficiamento obrigatório nos armazéns da Manáos Harbour, como até então succedia, em detrimento da nossa praça...podendo os donos do producto retiral-o de seus armazéns livremente para os seus depósitos particulares... ter sido removido o obstáculo que difficultava em grande parte a preferência do nosso porto no desembarque e beneficiamento da borracha acreana.*¹¹⁴

Um meio de se livrar dessas empresas marítimas, apontadas pela ACA, foi a idéia de J. Claudio, J. G. d'Araújo e Luis Eduardo Rodrigues, sócios da Associação, de criar uma empresa de navegação particular subordinada diretamente a ACA, amparados na lei federal nº. 644, de 1º de Dezembro de 1910 (ver anexo). Tal medida, corresponderia a uma estratégia do patronato frente à necessidade de agilizar o transporte de seus produtos, principalmente da borracha, para o exterior, de modo a diminuir seus custos, aumentar seus lucros e tornar-se mais competitivo. Assim, a ACA montou

*uma comissão composta dos directores J. Claudio, J. G. d'Araújo e Luis Eduardo Rodrigues [que] confeccionou as bases para uma proposta ao Governo do Estado e que este... enviou ao Congresso Legislativo para ser apreciada... a Associação Commercial do Amazonas se lembrou de crear uma Companhia de Navegação organizada de maneira a evitar todos os inconvenientes que prejudicam o serviço de transportes de que actualmente dispomos. O fim principal da Companhia será estabelecer linhas regulares para os rios de mais movimento commercio do Estado durante o anno todo... sem o auxilio do Governo e sua protecção não se pode mesmo pensar em fundal-a... a Companhia se encarregará de estabelecer colônias agrícolas e pecuária...os colonos possam trabalhar durante o fabrico da borracha nos seringaes... e o resto do anno aproveite no cultivo das suas roças.*¹¹⁵

As dificuldades geográficas sempre estiveram no centro dos debates políticos entre o patronato e as concessionárias dos serviços públicos por serem o grande obstáculo enfrentado na região para o desenvolvimento do comercio e o crescimento urbano da cidade. A complexidade e a vastidão do ambiente amazônico atuaram no sentido de frustrar os esforços de inovação técnica e de racionalização da produção, como atuou também na ação exploratória dos recursos naturais pela população local. O cenário físico não determinou, mas limitou o empreendimento humano.¹¹⁶

Estas barreiras naturais ao empreendimento na região contribuíam para uma maior dependência da cidade de Manaus de produtos alimentícios advindos de outros

¹¹⁴ Revista da Associação Commercial do Amazonas, 05/01/1910, p. 4-5.

¹¹⁵ Revista da Associação Commercial do Amazonas, 10/03/1911, p. 7.

¹¹⁶ WEINSTEIN, Bárbara. *Op. cit.* p. 17.

estados da federação, uma vez que a dificuldade de praticar a agricultura solo Amazônico era grande. Contudo, centralizar esta dependência no fator geográfico seria limitante.

A questão da concentração dos recursos humanos e financeiros sobre o extrativismo, a falta de políticas públicas voltada ao desenvolvimento da policultura e de apoio aos pequenos produtores, além da ambição e da concentração de renda do patronato, levaram a este quadro de fome por que passou a grande maioria dos habitantes de Manaus sem dinheiro para comprar os alimentos importados.

*De Portugal nos vem a maior parte dos feijões e favas; e o Estado do Pará é o que recebe em quantidade maior; depois, o porto do Rio de Janeiro e o do Amazonas... o Brasil o que é realmente para admirar, não produz bastante milho para o seu consumo, importa-o annualmente em quantidades consideráveis... proveio das republicas Argentina e Uruguay... Importamos enormes quantidades de batata... o sal importado proven na sua maior quantidade da Inglaterra e, depois, de Portugal. A nossa exportação desse artigo é quase nula... É fácil indicar as causas dessa triste situação... a falta de communicações, o sabido preço dos fretes... ausência quase absoluta de estradas de rodagem... os fretes nas estradas férreas são elevadíssimos entre nós.*¹¹⁷

Esta situação de quase isolamento geográfico do estado, que dependia do rio Amazonas como fonte de comunicação com o mercado externo e principalmente a inevitável dependência ao Porto de Belém levaram a ACA a incentivar projetos de vias alternativas de transporte. É o que chama a atenção no projeto de circulação de mercadorias divulgado pela *Revista*, onde se discutia, “... a construção de uma linha férrea que deve unir a América do Norte com a América do Sul via Panamá... trará a união e o progresso entre os dous povos de um único continente.”¹¹⁸

A principal via de transporte sugerido era a construção de linhas férreas como: a estrada de ferro¹¹⁹ no Alto Rio Negro, “... solicitada pello senador Hannibal Porto, ex-presidente da ACA... partindo de Moreira ou de um ponto abaixo do mesmo rio¹²⁰”; a Rio

¹¹⁷ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/07/1909, p. 3-5.

¹¹⁸ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, Setembro-Dezembro/1917, p. 3.

¹¹⁹ Ao analisar a importância e o significado da construção das estradas de ferro no ideário da circulação de bens e serviços, Francisco Foot Harman diz que “do ponto de vista do capital, a questão é bastante objetiva: garantir uma qualidade ótima da mercadoria força de trabalho, capaz de não comprometer a continuidade e expansão do processo produtivo até a plena consecução do projeto”; “a indústria da estrada de ferro representou uma empresa de grande porte, e sua rápida internacionalização, durante a segunda metade do século XIX, foi um dos fatores básicos para que se articulasse de modo pleno o mercado mundial”. HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. Companhia das Letras, 1988, p.150.

¹²⁰ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/12/1912, p. 5.

Branco – estrada de ferro: “... se o Governo quer ver realizado o seu patriótico desejo de beneficiar uma das mais férteis regiões do Brasil, só o pode fazer, com vantagem e segurança, mandando construir uma estrada que parta de Manáos aos Campos Geraes do Rio Branco¹²¹”; a Estrada de Ferro Inglesa de Demerara a Manaus: “O coronel Lynks acaba de sair da capital Demerara para dar começo aos trabalhos preliminares de uma estrada de ferro entre Guyana Ingleza e Manáos.¹²²

Não acreditamos que tais projetos foram motivados meramente por fatores humanitários destinados a levar o progresso às regiões mais afastadas da capital regional como possivelmente possa parecer. Eram sim ações individualistas, especulativas, motivadas por fator meramente econômico que serviriam ao patronato como meio de aumentar a sua acumulação financeira, diversificando os canais que interligavam a Amazônia ao capital internacional.

Não esqueçamos que muitas destas obras quando saíram do papel, como, por exemplo, a parcialmente construída Madeira Mamoré transformaram-se em um delírio fantasioso fruto da falácia de alguns políticos e empresários que à custa do sofrimento e da morte de centenas de trabalhadores serviu apenas para especulação financeira¹²³, enganando o povo trabalhador/humilde que se dirigiram as áreas de trabalho, fundando muitas vilas lá, e acabando no esquecimento.

Passemos a entender melhor a relação do patronato com o poder público, na sua relação com o estado local e com o Governo Federal. Esta é uma questão marcada por interesses particularistas, disputas econômicas e falta de estratégia política, que influenciou diretamente a ação do patronato para manter seu poderio econômico sobre a borracha e os trabalhadores.

A ACA vai fazer pressão diretamente sobre os governantes do estado, tanto para conseguir benefícios e ajuda em seus empreendimentos urbanísticos e na indústria da borracha como para assegurar o controle dos trabalhadores da cidade, mesmo que seja pela repressão policial ou que seja pelo fechamento de sindicatos e jornais operários, o patronato contava com o apoio de vários políticos que tinham relações estreitas com os membros da *Associação*. Através de um pedido aos políticos locais a ACA dizia que,

¹²¹ Emílio Zarges. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/04/1912, p. 2-3.

¹²² *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/05/1911, p. 4.

¹²³ HARDMAN, Francisco Foot. *Op. cit.*: p.167.

*Infelizmente no Amazonas tudo está por fazer. Apesar de nossa autonomia constitucional permitir que o Estado organize os seus códigos florestaes... ainda não vimos um só organizado...o trabalho deveria principiar pelos nossos legisladores.*¹²⁴

Tanto o governador Antonio Ribeiro Bittencourt em 1909, como o governador Jonathas Pedrosa em 1913 e outros que os sucederam, bem como outros políticos influentes, todos deveriam atuar como porta vozes dos comerciantes junto a União, segundo o pensamento da ACA.

Uma vez que o patronato enfrentava grandes dificuldades no seu empreendimento de colocação econômico local em novas bases de crescimento, de manter a estratégia contra a concorrência externa e as deficiências dos serviços públicos, como também de alijar os trabalhadores das decisões políticas, o poder público deveria dá sustentação a ação patronal através do amparo de leis e medidas políticas que viabilizassem estas estratégias da elite econômica local.

*Ressente-se de há muito o nosso commercio do modo injusto pello qual são encaradas na capital do paiz, as suas necessidades... naquellas [das plantações na Ásia], o látex é colhido e levado ao laboratório central do seringal, onde profissionaes o tratam devidamente a ser obtido um producto superior, enquanto entre nos o seringueiro rude é o extractor e o fabricante da borracha... A depressão da borracha Amazônica escapa... as divergências políticas, por acaso, havidas entre os mesmos e o governo Federal. A causa dos males amazonense não está, pois, nas accidentaes divergências políticas, quase sempre partidárias ou simplesmente pessoas, entre os poderes estaduaes e federaes.*¹²⁵

Um indício de representação dos patrões na Assembléia de Manaus é visto na figura do político amazonense Armindo da Fonseca que se articulou para deslocar parte dos recursos conseguidos com um imposto federal sobre a borracha amazônica em beneficio para os comerciantes da cidade, conforme sugere indicação da *Revista*:

*Proposta Lida em Sessão da Directoria da Associação Commercial do Amazonas pelo Suplente Armindo da Fonseca, para ser Apreciada e Discutida: Nova aplicação para os recursos do imposto federal da borracha.*¹²⁶

Com base nisso, e no que nos evidenciam outros dados na *Revista*, supomos que alguns políticos, vereadores e deputados foram financiados ou mesmo advieram dos

¹²⁴ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/12/1908, p. 2.

¹²⁵ Jonathas Pedrosa. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/05/1916, p. 1-4.

¹²⁶ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/10/1910, p. 4-5.

quadros do patronato na ACA, estreitando ainda mais os laços de solidariedade entre a elite comercial e a política local.

A Associação Comercial do Amazonas seria uma via alternativa de representação política do patronato sobre o Governo. Para Ângela Castro Gomes, analisando o âmbito nacional, o empresariado estaria utilizando um outro canal, que não o partidário para a vinculação de seus interesses junto ao estado (...) era a rede de associações organizativas desta fração de classe¹²⁷, sendo que o Estado deveria atuar junto ao poder federal pelos interesses do patronato da borracha, uma vez que o cenário político nacional estava ocupado e viciado pela oligarquia do café.

À disputa pela atenção do poder público acontecia para os comerciantes por dois motivos básicos: a diminuição de impostos sobre a borracha e a incipiente indústria local, e também na aprovação de medidas e leis para a defesa da economia da região. Aqui vemos respectivamente, a ACA pedindo a diminuição dos impostos interestaduais e promessas de proteção do Governo Federal para a borracha Amazônica:

*Os impostos interestaduais devoram a produção dos Estados, provocam a guerra de tarifas entre elles, enfraquecem a economia nacional... O Brazil é o paiz que gasta muito mais do que produz... O desenvolvimento da produção nacional é, portanto, uma questão de vida ou de morte... é necessário que seja baixo o custo de produção dos artigos nacionaes*¹²⁸

*Pello compromisso firmado entre o Presidente Hermes da Fonseca e os productores de borracha... [estabeleceram-se] a isenção de instrumentos para o plantio e prêmios aos que mais plantarem; criação de estações de experimento para distribuir sementes e dar instruções de cultivo; fundação de colônias agrícolas e hospedarias; obras para incrementa a navegação pellos rios; estrada de ferro entre Belém e Matto Grosso; e outras de medidas de incentivo a agricultura e pecuária*¹²⁹

A busca de empréstimos e financiamentos públicos foi uma constante para o patronato principalmente após a década de 1910 com a maior queda no valor das vendas externas. Se algumas leis e medidas eram aprovadas em acordo com os pedidos dos comerciantes, atendendo seus objetivos especulativos, outras nem tanto ou ainda chegavam tardiamente para atender os comerciantes.

¹²⁷ CASTRO GOMES, Ângela de. *Burguesia e Trabalho*. Op. Cit., p. 51.

¹²⁸ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/01/1916, p. 3.

¹²⁹ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, Fevereiro-Março/1912, p. 4-6.

Poderíamos concluir que apesar dos esforços mais bem organizados empreendidos pelos comerciantes da *Associação* em sintonia e com o apoio da elite política local, de fato os representantes políticos da Amazônia nunca conseguiram consolidar uma política de defesa da borracha¹³⁰ que pudesse inibir o refluxo da crise ao longo de toda década de 1910 e 1920.

A tabela adiante mostra que houve uma diminuição, ainda que tardia, do imposto sobre a borracha exportada da Amazônia para o mercado internacional, a fim de assegurar maior concorrência com o similar asiático, então mais barato, tal medida seria bem vinda entre os exportadores se não tivesse demorado pelo menos oito anos para ser tomada pelo Governo Federal.

TABELA 4
Porcentagem de Imposto sobre a Borracha Exportada do Brasil:

Anos	Percentual
1914	18%
1915	15%
1916	12%
1918	10%

Fonte: *Revista da Associação Comercial do Amazonas* (1908-1919).

As altas taxas de juro para o comercio, os juros altos para empréstimos agrícolas no Estado, girando em torno dos 24% ao ano, e os aumentos de impostos e taxas dos serviços públicos¹³¹ foram fatores que aceleraram a falência de muitos estabelecimentos comerciais e de seringais no Estado durante as décadas de 1910 e 1920.

Criticas ao aumento de imposto sobre a borracha e das taxas de juro para empréstimos pareciam palavras ao vento que se não perdidas pelo menos demoravam a ter resposta das autoridades competentes. Para o patronato amazonense,

*o medo e as incertezas da crise, fazem retrahir as negociações e augmentar as taxas de juros para os absurdos 4% e 5%... não é nem tanto a falta de dinheiro... Manietar o aviador é entorpecer o progresso desta rica zona, é voltar ao Estado primitivo.*¹³²

Nessas condições é obvio afirmar que o augmento dos impostos só pode determinar a diminuição da produção amazonense, incentivando o

¹³⁰ PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. Op. Cit, p. 307.

¹³¹ Por exemplo, a taxa da *Amazon Telegraph* de Manaus à Belém era de 2\$400 em Dezembro de 1912.

¹³² *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/04/1915, p. 1-2.

*contrabando e a fugida de nossos trabalhadores para aquellas zonas... Dessa forma compehendem os legisladores a necessidade que se impõe de desonerar quanto possível a nossa borracha.*¹³³

O apelo econômico sempre foi o maior argumento da ACA nos seus pedidos de ajuda ao Governo Federal. O patronato sempre procurou lembrar a Importância que a borracha tinha para o equilíbrio da receita da União já que a mesma vinha apresentando um crescente déficit (por exemplo, de 56.662.883\$899 em 1911). Mostrando que a situação financeira do Brasil não era cômoda para desprezar seu segundo produto de exportação, a ACA argumentava que,

*O nosso commercio exterior acusou um decréscimo de 4% no seu volume. O volume da importação comparado com o anno de 1914 foi menor 19,5%... os fretes subiram 60% comparados com os de 1914... cada vez mais se acentuam os factos prenunciados de uma convalescença econômica.*¹³⁴

Nessas condições, o apelo ao auxílio do Governo Federal era insistente:

*Até então era o café a preocupação de nossa política nacional. Agora é preciso que o Governo Federal se convença que deve ser a borracha ponto de apoio de suas cogitações... [uma vez que] será a borracha o ponto principal de apoio do serviço de nossa dívida externa.*¹³⁵

Contudo, as vozes do poder que soavam alto na floresta transformavam-se em ecos que tímidos quando alcançavam as lavouras de café, dos grandes proprietários de terra que, verdadeiramente, comandaram a vida política do país na primeira república. Em um telegrama da ACA ao presidente percebemos quanto constante eram os apelos diretos ao governo central: *“Pede vossa Excellencia suas vistas para este extremo norte tão esquecido poderes públicos apesar concorrer exportação paiz seu segundo producto, a borracha”.*¹³⁶

TABELA 5
Participação do Café e da Borracha nas Exportações Brasileiras:
(em percentuais)

Café	Borracha
28,6	13,2
23,1	12,2
33,5	18,9

Fonte: *Revista da Associação Comercial do Amazonas* (Média entre 1908-1919).

¹³³ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/10/1915, p. 1.

¹³⁴ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/08/1916, p. 3.

¹³⁵ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/01/1911, p. 1-2.

¹³⁶ Telegrama. In: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/12/1910, p. 5.

Conforme a tabela 5, vemos que fato a borracha Amazônica jamais superou em valores as exportações de café, mas este quadro não depreciava a importância econômica do produto nas finanças da União que, como dissemos, não “andava bem das pernas”, até mesmo por conta das generosas ajudas do governo para com os plantadores de café do sudeste do país.

A imagem que os políticos do sul tinham do norte, segundo a *Revista*, era a de uma região primitiva, selvagem, sem importância para a civilização sulista. Ao Governo Federal, segundo estas oligarquias, cabia-lhe apenas a parte de ajudar seu principal produto, o café e sua elite, que compunha seus quadros internos ficando quase que entregue a própria sorte às praças de comércio do norte do Brasil (apesar da importância da borracha na receita nacional). Para a ACA,

*É um fato, de todos, conhecido, de que no sul do país prevalece a idéia errônea de que a Amazônia é uma parte da federação que tem de viver entregue a si mesmo... sendo improdutivo qualquer benefício em favor de seu progresso.*¹³⁷

A ACA ainda condenava o Governo Federal por fazer acordos comerciais pouco vantajosos para a Praça de Manaus resultando quase sempre em prejuízos para os seus comerciantes. Esse foi o caso de um tratado de comércio entre Brasil e Peru que, segundo o mesmo, “com o auxílio de tarifas diferenciaes absorveu, a bem dizer, a maior parte do comércio do Javari brasileiro, e engrandeceu assim a sua praça de Iquíto”¹³⁸. No entanto, já tinha se tornado notória a idéia de que a União só queria cobrar os impostos sobre a borracha, sem se preocupar com ações que visassem sua valorização:

*Os estadistas brasileiros vivem constantemente a conspirar contra a nossa fortuna particular, a engendrar novos impostos, a piorar as condições da vida no Brasil... nessas cousas estão a chave do bem-estar do povo... o aumento desses encargos tributários... é contra o progresso do commercio e por conseguinte da humanidade.*¹³⁹

Os dirigentes políticos do Estado Amazonense se viam divididos e oscilantes entre os interesses da classe patronal, que compunha parte de seu quadro político, respondia pela receita do município e influenciava de certa maneira parte do colegiado eleitoral da sociedade amazonense, e do outro lado ficava comprometido e também limitado diante

¹³⁷ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, Março/1919, p. 2-5.

¹³⁸ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/09/1909: p. 4.

¹³⁹ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/10/1916, p. 2-4.

do quadro político nacional do país; pela União que era comandada por uma forte oligarquia agrária estabelecida no sul e sudeste, com interesses econômicos absolutamente diversos e conflitantes com os da elite da borracha.

*Allucinado pella grande alta do café... o governo Federal fecha os olhos aos perigos que ameaçam as lavouras e indústria de outra espécie, sonhando com o cambio sempre alto... Houver um verdadeiro “encilhamento” na nossa indústria principalmente, o que envolve o mundo inteiro desde Londres até Shanghai.*¹⁴⁰

Com a desculpa de promover o bem estar social, de manter a prosperidade econômica do Amazonas, assegurando o emprego e o salário de todos os trabalhadores, o patronato agiu no sentido de promover apenas a maximização de seus lucros e o seu maior controle sobre os trabalhadores através ordenação do seu ambiente de trabalho e até na re-divisão dos espaços públicos da cidade, sem que com isso considerasse os costumes e tradições dos seus moradores.

Ao querer mudar sua imagem histórica associada a um tipo de “burguês explorador”, que todo patrão tinha no ideário da maioria dos trabalhadores, o patronato caminhou na contra mão da história procurando vender o perfil de um promotor do progresso e da igualdade no ambiente de trabalho, como uma espécie agente do bem estar social e/ou uma espécie de pai dos trabalhadores humildes, mas que visava apenas anular ou amenizar os protestos mais vigorosos e as reivindicações mais diretas dos trabalhadores frente ao patronato.

Através da re-construção de um discurso com características uniformizadoras, a Associação Comercial do Amazonas agiu frente às demandas econômicas locais no período de crise da borracha e também de maior pressão dos sindicatos e dos abusos das empresas concessionárias de serviço público, como uma Instituição comercial pretensamente hierarquizada e homogênea, disciplinadora e até autoritária, de forma a mascarar suas próprias divergências internas e de agilizar suas ações de encontro ao corpo de trabalhadores.

Aos trabalhadores sobraram acusações de indisciplina quando se posicionavam para reivindicar melhores condições de trabalho e salários compatíveis com aquela rotina insalubre. Ou então eram taxados de preguiçosos e ignorantes quando se inflamavam

¹⁴⁰ J. P. Willeman. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/12/1910, p. 2-3.

contra o “ajustamento” patronal que objetivava “moldar” trabalhadores dóceis, baratos e descartáveis, num processo de barateamento dos custos e melhoria na qualidade do produto para a exportação.

TABELA 6
Exportação Anual de Borracha no Amazonas (1853-1911)

Ano	Quantidade (kg)		Ano	Quantidade (kg)
1853	1.575		1888	8.011.432
1854	33.435		1890	10.710.813
1859	116.310		1895	11.100.115
1862	294.420		1898	12.596.603
1866	624.585		1901	15.694.041
1869	1.096.275		1903	16.509.677
1872	2.011.137		1906	14.809.547
1878	2.773.802		1908	18.222.502
1880	3.362.396		1909	17.341.203
1882	4.358.914		1910	16.781.180
1884	5.547.971		1911	16.690.199

Fonte: *Anuário de Manaus* (1913-1914).

CAPÍTULO 2

O TRABALHADOR NO DISCURSO PATRONAL



O TRABALHADOR NO DISCURSO PATRONAL

Se em toda estória há um mocinho e um vilão, para os patrões, cabe aos trabalhadores o papel desse último. Em Manaus, o patronato atuou como forte agente disciplinador da classe trabalhadora, atribuindo-lhe toda carga de estereótipos depreciativos e exigências normativas no seu ambiente de trabalho. Eram necessárias a realização de um projeto econômico que visa-se não apenas melhorar a produção (colocando-a em bases mais capitalistas) e salvar a borracha de uma crise anunciada, mas acima de tudo manter os lucros altos e o controle sobre os movimentos operários locais.

O discurso eugênico, elaborado pelo patronato na época, constituiu-se numa fala carregada de preconceitos e visões distorcidas da realidade dos trabalhadores de Manaus, e visava substituí-lo por um tipo melhor e mais eficiente de operário estrangeiro que fosse capaz de se adequar as exigências patronais sem se opor de forma mais vigorosa a eles. Considerados indolentes e ignorantes pelo patrão, os operários da borracha eram classificados como uma classe inferior que dificultava a realização de qualquer iniciativa mais profunda de modernizar o processo de extração e beneficiamento da borracha Amazônica.

O que o patronato queria de fato era a importação de homens que servissem como peças de reposição de uma massa de trabalhadores considerados indolentes por seus patrões, mas que fossem principalmente mais baratos e dóceis. Acostumados com uma outra lógica de trabalho, muitos homens não aceitaram tão facilmente o aumento da exploração imposta pelos patrões como necessária para a estratégia de salvação da borracha pela concorrência do similar estrangeiro (mais barato), acusando os patrões de querer apenas mais lucro.

Agindo sempre sob o pretexto de diminuir os custos de produção, de melhoria da qualidade e de aumento nas vendas da borracha no exterior, num momento em que o contexto econômico assim o exigia, o patronato procurou pôr em prática uma estratégia de re-ordenação do Mundo do Trabalho em Manaus, re-definindo funções e transformando a relação com seus empregados numa atmosfera paternalista, visando

criar laços artificiais de solidariedade que escondiam uma forma de dominação sutil e de controle mascarada pela figura do *pai-patrão*¹⁴¹.

Assim, o patronato, que teve na instituição comercial sua agente legitimadora, elaborou um discurso que tinha no trabalhador o foco principal de ação estratégica contra a crise econômica, para salvar a borracha da decadência e assegurar a manutenção de seus ganhos e de sua riqueza. Para isso, era preciso convencer o trabalhador da necessidade de se submeter aos direcionamentos do seu patrão, convencendo-o a abandonar seus velhos costumes e hábitos, vistos como selvagens pela elite comercial. Os movimentos reivindicatórios também eram considerados por ela como baderna e um atraso ao crescimento econômico do comércio.

O patronato procurou idealizar um modelo de trabalhador que atendesse a nova ordem da produção em face às necessidades do capitalismo comercial. A elite comercial de Manaus procurou mudar a feição da população operária, vista no Brasil pelos poderes constituídos geralmente como promiscua e degenerada, de hábitos nocivos e de cultura inferior, que estaria potencial e efetivamente pré-disposta à criminalidade e à revolta¹⁴², moldando-os em trabalhadores eficientes, ordeiros e pacatos. Uma proposta bem de acordo com o ideário burguês de mudança da fisionomia da cidade.

A visão depreciativa sobre os trabalhadores foi uma constante em todo momento da relação entre patrões e empregados em Manaus (o que pensamos também não foi muito diferente em outras capitais do país). O trabalhador era na maioria das vezes identificado mais pelos seus estereótipos de preguiçoso e vadio, do que pelas suas qualidades pessoais e técnicas.

Não era reconhecido como um cidadão, dotado de direitos e sentimentos, mas algo mais próximo a um tipo débil, um arruaceiro ou mesmo um animal a ser adestrado para o trabalho pesado. Essa sim era atividade mais adequada aos seus conhecimentos limitados, sendo uma visão que era compartilhada e ratificada pela ACA.

¹⁴¹ Michelle Perrot propõe uma compreensão da relação patrão-empregado numa forma de controle que se estende para além do ambiente de trabalho, onde o patrão assumiria a imagem do pai e os operários dos seus filhos; desta forma *“as relações sociais do trabalho são concebidas conforme o modelo familiar”*. PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. São Paulo: Paz e Terra, 2001, p. 61.

¹⁴² No contexto de São Paulo, Maria Auxiliadora Guzzo Decca faz um comentário da predisposição que o operariado, na visão dos patrões, teria para a criminalidade e baderna. DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Cotidiano de Trabalhadores na República: São Paulo (1889-1940)*. São Paulo: Brasiliense, s/d, p. 49.

Em regra o patrão via os trabalhadores, de um modo geral, como uma classe formada de indivíduos promíscuos, potencialmente predispostos aos vícios mundanos e que por isso era taxada como um empecilho às melhorias urbanas e a modernização dos meios de produção. Em uma nota da própria Associação dos Empregados do Comercio percebemos estas idéias também entre segmentos operários: *“Em logar de buscarem o prazer ephemero das orgias... onde os mais fortes perdem muitas vezes a intelligencia e a energia, devem procurar naquelle templo da educação o desenvolvimento intelectual”*.¹⁴³

June Hahner comenta a respeito do contexto nacional que o alcoolismo e a vadiagem eram sempre apontados, tanto pelos patrões como pelos próprios sindicatos operários um fator prejudicial à sociedade¹⁴⁴. Mas para o patronato eles seriam causa da dispersão do trabalhador de seus afazeres do ambiente de trabalho, o que ocasionaria queda dos lucros do seu patrão. Mas que seria causado pela sua natureza promiscua e primitiva, de homens que seriam facilmente corrompidos pelas coisas efêmeras, levando-o a uma vida de desperdícios e orgias, segundo o discurso dos patrões.¹⁴⁵

Logo, seguindo esta lógica burguesa, não adiantaria para o patrão, por exemplo, aumentar os salários destes empregados sabendo-se que ele seria desperdiçado em bebidas, acarretando em mais prejuízo a empresa pela suas ausências ou atrasos.

Na verdade esse discurso serviu mais como uma desculpa dos patrões para manter os salários baixos ou fazer demissões para conter gastos. Para o jornal *O Mariauaense*, cujo proprietário é o coronel José Antonio Nogueira Campos, dono de seringais em Barcelos/AM, o trabalhador só queria saber de vadiar, daí a certeza em nestas falas:

Se os seringueiros... se empregassem no plantio de cereaes, durante os sete mezes que não são destinados ao trabalho da borracha, teriam a paz e a fortuna. Fazem o contrario, desperdiçam o tempo, gastão-no em diversões condenadas e quando chega o fabrico da borracha elles, por mais que trabalhem, não podem pagar pello que gastaram no longo e pesados mezes que não foram illuminados pello trabalho... queixam-se do patrão, affirmando que elle vende tudo pelo mais alto preço e por isso estão em atrazo, quando o atrazo

¹⁴³ Nota da Associação dos Empregados do Comercio. In: *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, Abril de 1908.

¹⁴⁴ *“O alcoolismo permaneceu profundamente enraizado nas classes trabalhadoras, e um obstáculo a organização do trabalho”*. HAHNER, June. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília: p. 234.

¹⁴⁵ *O Mariauaense*. Manaus, 29/04/1897.

*vem de longa vadiagem e da ociosidade que é a promotora de todas as podridões.*¹⁴⁶

Apesar do alcoolismo¹⁴⁷, da prostituição e da jogatina serem elementos presentes dentro do cotidiano da classe trabalhadora da cidade não podemos pensar que os hábitos de uma parcela podem ser considerados o retrato de uma totalidade. Por vezes o álcool e a prostituta eram as únicas e melhores companhias daqueles homens que chagavam ao fim do dia, da semana ou do mês, cansados de tanto trabalho, de tanta exploração e da humilhação de mendigar um emprego ou de ter que se submeter às atividades insalubres e mal remuneradas oferecidas pelos seus patrões, sem com isso ter a perspectiva de um reconhecimento ou de uma vida menos pobre.

Se para os homens pobres era difícil fugir desses estigmas, consagrados pela conhecida história tradicional, foram às mulheres, as donas de casas, as jovens e mesmo as crianças que mais sofreram numa época marcada pelo machismo e a falta de direitos definidos por leis, que possibilitassem melhores rendimentos e proteção contra a exploração masculina (escondida atrás da figura do pai, do marido ou do seu patrão).

Submetidas inicialmente à vontade de seus pais e depois a de seus maridos, trancadas em casa sem a possibilidade de protestar e reclamar de algo, perseguidas e humilhadas no local de trabalhado, foi comum no Brasil que algumas mulheres recorressem à prostituição ocasional para se opor a miséria econômica¹⁴⁸, ou ao julgo opressor de uma sociedade preconceituosa, intolerante e principalmente hipócrita. Mais do que hoje em dia, a mulher no começo do séc. XX era encarada tão somente como dona de casa, aquela que gerava os filhos ou que satisfazia as vontades sexuais dos homens à procura de “novas diversões”.

Tanto trabalhadores da área comercial da cidade como das zonas extratoras do interior foram motivo de queixas de seus patrões que associavam o atraso técnico da atividade econômica da região à ignorância dos próprios extratores. A necessidade de modernizar a técnica de extração e beneficiamento da borracha, por exemplo, esbarrava na falta de conhecimento e habilidades no seringal, uma vez que os extratores estavam

¹⁴⁶ *O Mariauaense*. Manaus, 29/04/1897.

¹⁴⁷ “Contudo o consumo de álcool era encarado como um grande problema mesmo pelas lideranças das associações e sindicatos de trabalhadores”. PINHEIRO, Op. Cit., p. 76.

¹⁴⁸ HAHNER, June. *Op. cit*, p. 203.

acostumados a práticas antigas de trabalho, mostrando-se refratários à adoção de novas técnicas. Assim, uma vez que

*o systema que vimos conseguindo desde o inicio de nossa indústria extractiva [é] simples e de acordo com os limitados conhecimentos de nosso trabalhador, pode-se avaliar que peor aconteceria com processos mais difíceis... assim não é justificável a sua obrigatoriedade, porque uma transição tão brusca viria desorganizar o trabalho do seringal.*¹⁴⁹

A imagem do estivador¹⁵⁰, do carroceiro, do extrator, do operário da construção civil, do tipógrafo, do operador do bonde, do caixeiro, do vendedor, dos funcionários da limpeza pública, dos operários das fábricas e das cerrarias, para a elite política e para o patronato, era a de trabalhadores rústicos, com pouco conhecimento científico, cuja habilidade técnica exigida em algumas destas atividades citadas era provida mais pelo fazer cotidiano do que de alguma formação escolar. Sua natureza sócio-cultural estaria mais disposta aos vícios, à baderna e ao marasmo do que as novidades tecnológicas e urbanísticas do século XX (daí então sua resistência a elas, segundo o patronato). Logo, tais características credenciariam o patrão a “adequar” estes homens dentro da lógica do capital, agindo como disciplinadores no ambiente de trabalho e como re-organizadores de hábitos e lazes do seu cotidiano e fora dele. O que se esperava sempre ao final era transformar estas pessoas em modelos de trabalhadores adequados às exigências patronais de eficiência produtiva e organização do espaço de trabalho.

O caso do impasse entre as casas de retalho e os empregados do comércio é um bom exemplo que ilustra o quanto estava presente no imaginário patronal o preconceito sobre os trabalhadores urbanos de Manaus. Em meados de 1908 o sindicato dos empregados do comércio procurou a ACA para intervir junto aos donos das casas de comércio a retalho para que eles liberassem seus funcionários depois das 6 horas da tarde para que pudessem freqüentar as aulas no sindicato¹⁵¹.

¹⁴⁹ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, Março/ 1919, p. 7.

¹⁵⁰ “Um primeiro elemento de identificação dessa categoria pelo imaginário popular está na idéia generalizada de que ser estivador é ter uma vida ligada estreitamente à miséria, resultado dos ganhos por demais modestos de um trabalho insano e embrutecedor que só mesmo pessoas desprovidas de qualquer aptidão e sem expectativas de vida poderiam aceitar”. PINHEIRO, Op. Cit., p. 83.

¹⁵¹ “A Associação dos Empregados do Commercio do Amazonas procurou-o [a ACA] para intervir com o commercio retalhista, a fim de fechar as portas de seus estabelecimentos às 6 horas da tarde, dando assim tempo a que os empregados possam freqüentar as aulas da mesma associação”. Ata de Reunião da Associação Comercial do Amazonas, 24/08/1908.

Apesar de a ACA sempre ter se proposto a tomar-se arbitra destes assuntos, numa espécie de canal de negociação dos conflitos e dilemas na relação patrão e empregados, uma semana depois, a mesma ACA alegava não poder ajudar o sindicato por, basicamente, não poder forçar os empregados a isso, isentando-se do caso para assumir então uma posição neutra, uma vez que *“na Reunião muitos comerciantes simplesmente não foram (...) fica por isso¹⁵²”*. A opção pela “neutralidade” continua quando o Presidente da ACA alega que *“o papel da associação neste assumpto, limita-se a ser apenas um vehiculo de aproximação entre as duas correntes em choque, sem compromisso ou preferência por uma ou por outra”*.¹⁵³

Mas esta pretensa contradição da Associação Comercial, que se dispunha a advogar estes casos da relação de trabalho na cidade, torna-se lógico quando percebemos que para o patronato o trabalhador não iria estudar nas salas do sindicato, mas se entregar aos vícios do álcool e da farra, o que só reforçaria a visão depreciativa dos patrões sobre os empregados. Para os dirigentes da ACA,

*o empregado irá, nesse tempo disponível, entregar-se a prazeres mundanos em vez de freqüentar as aulas..., já por ahi começa a missão da Associação, tratando de indicar o verdadeiro caminho, incitando a todos o cumprimento dos seus deveres.*¹⁵⁴

O que ficava omissa na fala do patronato em Manaus, como o do restante do país, foi à certeza da enorme exploração e sofrimento por que passaram tantos homens, mulheres e mesmo crianças, que eram obrigados pela fome e pobreza a trabalhar pesadamente em ambientes insalubres, em “caixotes” chamados de fábricas.

Tanto antes como depois de 1920, os trabalhadores urbanos do Brasil labutavam horas a fio por salários ínfimos, agüentando não apenas pagamentos e condições de trabalho miserável, mas também moradias congestionadas e insalubres, alimentação e nutrição insuficientes e doenças¹⁵⁵.

Dentre todas as visões preconceituosas acerca dos trabalhadores amazonenses, nenhuma foi tão marcante quanto o estigma da preguiça. O pesado fardo da indolência do homem Amazônico acabou servindo como resposta do patronato a questão da

¹⁵² Ata de Reunião da Associação Comercial do Amazonas, 30/08/1908.

¹⁵³ Ata de Reunião da Associação Comercial do Amazonas, 31/08/1908.

¹⁵⁴ Idem.

¹⁵⁵ HAHNER, June. *Op. cit.*, p. 317.

provável causa da baixa na produtividade comercial, do agravamento da crise da borracha e até da questão do aumento das doenças entre os operários. Veremos estes apontamentos a seguir.

O crescimento populacional foi bastante significativo no interior, devido o trabalho nos seringais, ao passo que na cidade ficava trabalhadores mais especializados, ligados ao comércio. Destes, os do seringal eram os mais penalizados não apenas pela exploração dos patrões, que de tudo descontavam dos seus rendimentos, mas do não cumprimento de cotas mínimas de quantidade de goma a ser extraída na selva, sendo a preguiça sempre apontada como a causa da baixa produtividade: *“Quem sabe trabalhar e não se entrega a indolência, quem não conta três domingos por semana, tem sempre o necessário... Não esqueça jamais o seringueiro que o homem que cultiva a terra e della se alimenta, nunca se escraviza.* ¹⁵⁶

A preguiça mental era comumente indicada como uma outra causa de atraso econômico da borracha Amazônica. O fator principal das despesas que aceleravam a falência da borracha amazônica estaria, conforme a Associação Comercial noticiava em sua *Revista*, na inércia do trabalhador em não cultivar a terra para tirar o sustento de sua família, uma vez que, inversamente, o plantio de gêneros alimentícios poderia levar a diminuição dos custos de importação.

Condenava-se também a própria acomodação (a preguiça) de alguns donos de seringais que não modernizavam seus seringais se contentando com uma situação de trabalho e comércio que não era mais possível manter naquele momento devido à concorrência externa: *“Pezam sobre os graves erros acumulados pella nossa imprevidência, em consorcio com a preguiça mental... Foi preciso que chegasse a hora da agonia para lembrarmos que era urgente intervir”.* ¹⁵⁷

E continua:

O factor principal de nossa ruína é, a nosso ver, a falta dessa labuta incessante de variados ramos do trabalho... não nos apercebemos de que não pode ser grande um povo que não cultiva e esquecemos que, para o progresso com que sonhamos, não basta ser um centro importante do commercio, mas um empório formidável de energias, de commercio e de riquezas... Uma população

¹⁵⁶ Associação Comercial do Rio Purus. In: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/09/1908.

¹⁵⁷ Eloy de Souza: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/01/1914, p. 1-4.

*laboriosa é naturalmente abastada... nós, entretanto, vivemos exclusivamente da borracha e... nada mais.*¹⁵⁸

E um outro ponto associado a este estigma é o de que o trabalhador adoeceria também por preguiça. Aquém de qualquer obrigação da autoridade pública, para a ACA o motivo das doenças, mais freqüentemente na região do seringal, ocorria por conta do próprio trabalhador que não seguiria as recomendações de higiene feitas pelo seu patrão.

Logo, por não lava as mãos, beber água impura, ter maus hábitos alimentares e falta de asseio pessoal o trabalhador adoeceria. Soma-se novamente o estereotipo da ignorância e preguiça. Adoecia, afastava-se do trabalho e dava ao patrão motivo de demiti ou no mínimo, descontar os seus dias de sua ausência. Para o patrão,

*As doenças nascem da má alimentação, por beber água impura, e principalmente pela falta de hygiene... as mulheres não sabem preparar as comidas mais necessárias... se o serviço sanitário tomasse esse assumpto, talvez verificasse que os rios não são doentes, mas os homens indolentes.*¹⁵⁹

Ao mesmo tempo, a acomodação dos trabalhadores, para o patronato, seria responsável ainda pelo quadro de fome crescente no Estado provocada pela diminuição da produção de gêneros alimentícios como a farinha, o milho, o arroz, a mandioca, a batata e o pescado.

Esta situação seria motivada pela concentração da mão de obra sobre o extrativismo da borracha, ocupando todo tempo disponível nesta atividade, sobrando pouco para se dedicar ao roçado. O que aumentava a dependência de alimentos de fora, assim como os custos para importá-lo. Os patrões da ACA, comerciantes na maioria, defendiam com clareza que o seringueiro seja também um agricultor, que cultive gêneros alimentícios no tempo ocioso. Argumentam que

*os habitantes deste Estado nada produzem do que consomem, vivendo em uma dependência lastimável de fora, pois que tudo importam... É que a extracção de borracha, pellos resultados fabulosos que deixava, distrahió todos os braços... a borracha foi, com sua riqueza que a tudo absorvia, um factor prejudicial ao futuro do Estado...a necessidade da existência de uma pequena lavoura ao lado da indústria extractiva... O futuro do Amazonas, a mais fértil região do globo, só pode estar na agricultura.*¹⁶⁰

¹⁵⁸ Nota da Associação Comercial Rio Purus, Agosto de 1908, p. 1. In: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/09/1908.

¹⁵⁹ Ludwig Schwennhagen. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1910, p. 3-4.

¹⁶⁰ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/06/1911, p. 1-2.

Contudo os patrões da borracha, seringalistas, eram contrários e puniam com severidade os seringueiros que faziam roças. Segundo o discurso de um seringalista pela Revista, *“a salvação de nossa produção de borracha consiste primeiramente na cultura intensiva da hevea... que para dá um enérgico impulso a esta lavoura deve-se lançar mão dos braços e das pernas actualmente occupados na agricultura, de forma a obter o mais breve possível resultados¹⁶¹”*.

Isso ocorria porque a roça diminuía a dependência dos seringueiros frente ao barracão, diminuindo o endividamento e, conseqüentemente, o controle patronal e seu lucro.

Os estereótipos criados pelo patronato amazonense sobre seus trabalhadores serviram não somente para desqualificar velhos costumes e praticas do seu cotidiano, mas como pretexto para o endurecimento do controle e das relações dentro do meio de trabalho e mesmo fora dele, de maneira a também possibilitar a transferência de sua incompetência e fracasso administrativo para os trabalhadores, que penosamente carregam estes estigmas até hoje.

A falta de cuidado no trabalho extrativista, que acabava danificando/matando a árvore, causando prejuízos e até quebras na produção do seringal, era apontado pela ACA como resultado destes maus hábitos do seringueiro que ora estaria bebendo, ora descansando durante o horário de trabalho, não cuidando direito de seus afazeres na seringueira.

Estava evidente para os donos de seringal a necessidade de se aumentar o controle sobre os trabalhadores tidos por preguiçosos, que eram ao mesmo tempo considerados selvagens e brutos, incapazes de serviços mais delicados ou sofisticados e que deveriam por isso ser constantemente vigiados e disciplinados pelas autoridades e seus chefes. Na base de tal posição subjaz a convicção de que

o rendimento da seringueira é penosamente reduzido pella falta absoluta de cuidado dos seringueiros [extrator] e pello habito quase universal de cortal-a em V com um machadinho em logar de empregarem o herring bone, methodo que é actualmente quase universal nas plantações... Enquanto que o coolie da Malasya vive de arroz que lhe custa no Maximo alguns pences por dia... no Amazonas custa no mínimo 2sh por dia... 90%

¹⁶¹ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/01/1911, p. 1-3.

*do que consome tem que ser importado... o dono do seringal deveria fiscalizar a extravagância que o seu trabalhador faz.*¹⁶²

E continua:

*Actualmente colocam a tijelinha na arvore por um processo que bastante a danifica. Estas tratadas com todo o cuidado são, e continuarão a ser sempre, uma garantia sólida de prosperidade e uma fonte de receita permanente... com o actual processo de empregarmos os machados a que acima aludirmos, as incisões ficam abertas, estragam a arvore e ate originam a sua morte... lembraremos que cada seringueira representa um capital reprodutivo. Juntas, constituem um patrimônio.*¹⁶³

A completa inexperiência na produção organizada, o desconhecimento da fisiologia da seringueira e o uso de técnicas brutais tradicionais de extração, são fatores a serem considerados no exercício do trabalho produtivo do seringueiro. Vários desses homens, em sua maioria nordestinos fugidos da seca ou desempregados da cidade à procura de melhores rendas nos seringais, nunca tinham trabalhado no extrativismo na selva, acabavam danificavam a árvore por falta de conhecimento e preparo, por culpa daqueles que deveriam ter dado.

A necessidade de sustentar a família, de ter uma vida mais digna e humana forçou-os a exercer uma atividade que exigia preparo físico para agüentar as longas caminhadas na selva fechada, e psicológico para suportar a solidão, o tédio e todo aquele ambiente embrutecedor do seringal, quando não morriam por doenças, ataques de índios ou por animais, fugiam para não enlouquece naquele estranho mundo verde.

Os acidentes eram freqüentes dentro do ambiente de trabalho, seja na aparente segurança e modernidade da cidade (no comercio ou nas fábricas existentes) como no primitivismo das zonas de extrativistas. Para os patrões, os acidentes no local de trabalho eram causados primeiramente pela falta de atenção dos trabalhadores.

Como no caso das doenças o descaso patronal em que a culpa era atribuída aos maus hábitos de higiene, o acidente também era causado pelo trabalhador que insistia em não considerar regras e normas de comportamento necessárias dentro das dinâmicas da profissão e impostas pelas novidades tecnológicas e científicas e a necessidade de produzir muito.

¹⁶² Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/06/1913, p. 1.

¹⁶³ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 05/07/1908, p. 6.

Ludwig Schwennhagen é um dos que comenta em um artigo pela Revista da Associação Comercial casos de acidentes no transporte de trabalhadores da zona dos seringais para a cidade e vice e versa de acordo com ele os acidentes ocorrem por falta de cuidado ao insistirem na prática de velhos comportamentos dentro dos barcos, em beber água do rio ou ficarem conversando a proa do barco, de onde acabavam caindo no rio. A sua sugestão era a de que se deveria *“instalar para a terceira classe, filtros d’água potável, a fim de que os trabalhadores não sejam forçados a tirar água do rio, operação perigosa, na qual os pobres, muitas vezes, caem nos rios e são devorados pelos jacarés”*.

164

A forma de trabalho dos estivadores na cidade, por exemplo, era marcada pelo enorme esforço físico, uma cansativa jornada de trabalho, com ganhos sempre insuficientes e ainda pela incerteza de conseguir emprego no dia seguinte, dependendo sempre de quem lhe “apontasse” no cais para fazer o embarque das mercadorias. Conforme Maria Ugarte Pinheiro, a insalubridade era uma das características mais marcantes desse tipo de trabalho, uma vez que os estivadores o realizavam dentro de espaços fechados e sem ventilação¹⁶⁵.

Tantos outros tinham igualmente uma penosa jornada de trabalho, definida na maioria dos casos pela vontade do patrão, sem quaisquer leis que fiscalizassem ou inibissem a exploração deles. Através de freqüentes descontos, demissões injustas, acidentes que causavam a invalidez permanente, o relacionamento entre patrões e empregados foi sendo construído.

Marcada pela revolta/desilusão dos explorados e pela ganância daqueles que tinham o poder da repressão legal sobre quem se revoltasse contra esta situação, a ACA atuou como agente de repressão dos trabalhadores legitimando a exploração do patronato, ao mesmo tempo em que desempenhava o papel de instituição que agia em nome dos interesses do comércio e da indústria, não só face às pressões do movimento operário como principalmente face ao Estado¹⁶⁶.

¹⁶⁴ Ludwig Schwennhagen. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1910, p. 5.

¹⁶⁵ PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Op. cit.* p. 106. Na página 107 a autora descreve os armazéns como o local prioritário de trabalho dos estivadores.

¹⁶⁶ CASTRO GOMES, Ângela de. *Burguesia e Trabalho. Op. Cit.*, p. 117.

A certeza de que os trabalhadores não passavam de uma classe inferior, composta de homens rústicos e ignorantes, incapazes de expressar sentimentos sofisticados, de gostos duvidosos e principalmente incapazes de adequar às inovações tecnológicas e as normas de comportamento socialmente impostas como necessárias à inserção de Manaus no mundo modernista e capitalizado do século XX, suscitou no patronato a necessidade de importar trabalhadores que melhor respondessem aos seus anseios de melhoramento da base produtiva e da raça do homem Amazônico.

A busca do trabalhador ideal que fosse barato, pacato e mais susceptível a cooptação e as regras, nortearam as estratégias do patronato da ACA para trazer imigrantes que tivessem estes requisitos. O que se tentou na Amazônia era a dinamização de sua produção colocando-a em bases capitalistas superando métodos arcaicos de extração, beneficiamento e transporte deficitário, além de produzir relações de trabalho mais estáveis e custos mínimos, mesmo que para isso fosse necessário importar operários aparentemente já acostumados a este modelo novo que se queria impor na região.

A princípio pensou-se no uso do trabalho indígena como resposta a necessidade de se ter na linha de produção trabalhadores que fossem economicamente mais rentáveis para o patronato e menos dispostos a organização de movimentos grevistas e/ou de protestos. Esses indígenas seriam ganhos para o trabalho cotidiano, substituindo o trabalhador local, através do contato com os seus afazeres no seringal e o gradual conhecimento das técnicas de extração e beneficiamento da borracha. Pelo trabalho na extração da goma, os nativos

poderiam ser ganhos gradualmente para a agricultura e a civilização, quando fossem tratados de uma maneira mais humana... A questão principal me parece que é a de pôr os caboclos sob uma direção mais severa, porém ao mesmo tempo benévola, e justamente fazendo-os proprietários de seus lotes... esses índios podem ser trabalhadores muito resistentes e capazes... Mas, para isso, precisam que vejam diante de si um bom exemplo... Esse exemplo elles podem aprender nas colônias dos colonos brancos... fiquei suprehendido de ver nelles [ele fala dos índios Macus] um povo que aparece aparentado com os japonezes... são uma raça na qual em estatura e força muscular são muito semelhante a raça mongólica, e por isto... poderiam dá excellentes trabalhadores.¹⁶⁷

Tal medida significaria para o patronato não apenas livra-lhe da companhia daqueles homens do seringal (nordestinos), considerados um bando de baderneiros

¹⁶⁷ Ludwig Schwennhagen. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1910, p. 4-5.

preguiçosos, que estaria predispostos a revolta e aos vícios mundanos. Além de conseguir mão de obra barata sem ter maiores custos de transporte e alimentação.

Sob a justificativa ainda de tirá-los da “selvageria ingênua” os índios da região que, fortes e acostumados com a viver na floresta desde crianças, representariam um investimento não apenas financeiro como também “humanitário”, dentro da fala do patronato:

*A fundação de colônias agrícolas para os índios é salutar e humano, porque ao mesmo tempo em que os arranca da barbárie em que vivem, trazendo-os ao convívio da civilização, transformando-os em uma força productiva para o Estado.*¹⁶⁸

Assim, a forma de trabalho e produção dos seringais na Amazônia, atrelada a um modelo arcaico que remonta à década de 1850, necessitaria de uma remodelação na sua organização interna. Isso ocasionaria uma série de medidas a serem implantadas pelo patronato a fim de incorporar ao trabalhador uma “nova postura” dentro do seu ambiente de trabalho, e também fora dele.

A sua “disciplinarização” exigiria uma série de atos que englobariam o seu treinamento, sua higiene pessoal, uma total dedicação e obediência, postulava-se também a imigração de famílias de trabalhadores estrangeiros que substituíssem aos poucos esta mão de obra tão criticada pela elite.

O porquê dessa busca para o patronato estaria em resolver basicamente dois problemas na economia da borracha: 1) a modernização da produção nos seringais; 2) diminuição dos custos com os salários pagos pelo dono do seringal. Como vimos anteriormente, isso era apontado como medidas básicas para tornar a borracha mais competitiva no mercado externo, barateando seu preço e melhorando sua qualidade em relação ao similar asiático. Contudo, a modernização impunha novas questões: “*Como podemos organizar os nossos seringais pelos métodos de cultura moderna... sem resolutamente mudarmos inteiramente a nossa organização?*”,¹⁶⁹ é a pergunta que o patronato se faz. A distância dos métodos de extração e da administração da força de trabalho é perceptível: “*... no Oriente a produção de borracha se destaca pelo uso de*

¹⁶⁸ Cf. Luciano Pereira da Silva. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1910, p. 14-15.

¹⁶⁹ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1912, p. 1.

metodos avançados e tecnologia, os trabalhadores são treinados e recebem baixos salários".¹⁷⁰

A idéia geral era de que os trabalhadores importados já estariam acostumados a rotina e as técnicas de trabalho que se queria implementar na região. Contudo seria a questão dos seus rendimentos supostamente menores que o exigido pelos trabalhadores amazônicos, o maior atrativo para a ACA que pretendia diminuir estas despesas compensando a baixa nas vendas de borracha. Além do mais, tais medidas estaria contribuindo para a melhoria da "raça" na região. É o que argumenta o discurso eugênico da elite, que visava ter apenas trabalhadores considerados "civilizados" e culturalmente superiores. Isso impunha uma única solução:

*O problema da borracha só pode ser resolvido pella importação de trabalhadores que se prestem a fazer o serviço com salários pequenos... para o Brazil tratar de povoar a Amazônia com operários resistentes... abolir os impostos e importar trabalhadores para baratear os salários e ter mais eficiência de produção.*¹⁷¹

O Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (ocorrido entre os dias 22 e 27 de fevereiro de 1910) constituiu o ápice do projeto patronal visando a substituição e "melhoramento da raça" dos operários locais, considerados inadequados às novidades do século XX, tais novidades suscitavam novas estratégias econômicas frente às demandas externas e ao modelo de sociedade moderna e civilizada idealizado pelo imaginário burguês. O congresso teve a participação de membros dos estados do Pará, Acre e Mato Grosso, e das Associações Comerciais de Itacoatiara e de Parintins.

As discussões da elite patronal na época norteavam o debate em torno da busca, obtenção, de uma espécie de trabalhador tido como ideal. Este tipo de trabalhador, além das qualidades técnicas necessárias e a sua melhor adequação as normas disciplinares, era tido também primordial para um melhoramento da raça local vista por muitos patrões como inferior.

Estes discursos baseavam-se numa literatura que valorizava a tese do "embranquecimento" como meio de qualificar a força de trabalho do país superando a deficiência intelectual de uma população mestiça. Segundo Lília Schwarcz o que se pode

¹⁷⁰ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1913, p. 3-5.

¹⁷¹ Exposição Internacional em Londres, de 24 de Junho a 09 de Julho de 1914. In: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1913, p. 3-5.

dizer é que as elites intelectuais locais não só consumiram esse tipo de literatura, como a adotaram de forma original.¹⁷²

A fala do patronato foi marcada pela idéia eugênica de aperfeiçoamento da força de trabalho na Amazônia através da importação de trabalhadores estrangeiros, preferencialmente europeus (como veremos a seguir), que melhor possibilitassem alcançar as metas de produção e comercialização idealizadas pela ACA deste os seus estatutos.

Ou seja, tratava-se de colocar a produção de borracha e a atividade comercial em outras bases mais sólidas e eficientes através da transformação das relações de trabalho e do modo de vida da população, aproximando-a do modelo europeizado de cidade industrial e de cultura contemporânea.

O Congresso de 1910¹⁷³, realizado em Manaus, foi um marco nos debates na Associação Comercial que vinha se desenvolvendo desde antes entre comerciantes e donos de seringal na região sobre qual seria o melhor tipo de trabalhador a ser “importado” para cá; abordava-se também qual o elemento de diferenciação entre o trabalhador local e o trabalhador considerado ideal para elevar a qualidade da produção regional e da sua população.

Para os donos de seringais não havia dúvidas que o imigrante era melhor que os extratores locais por estarem acostumados a trabalhar dentro de normas mais rígidas a salários mais baixos nas suas regiões de origem. Para os comerciantes da Praça de Manaus a unanimidade também era quase absoluta acerca de sua superioridade em relação aos amazônidas.

¹⁷² SCHWARCZ, Lília. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p. 17. Ainda conforme a autora, dentro desta idéia preconceituosa do natural melhoramento racial, “o país era descrito como uma nação composta por raças miscigenadas, porém em transição. [Assim], passando por um processo acelerado de cruzamento, e depuradas mediante uma seleção natural, levando a supor que, algum dia, o Brasil seria branco”. p. 12.

¹⁷³ Entre as Conclusões do Congresso de 1910 estão: “Recomendar aos poderes públicos... a remodelação das tarifas actuaes de fretes... na parte relativa aos gêneros alimentícios; II - ... melhorar as actuaes condições dos trabalhadores dos seringais; IV- ...a desobstrucção dos rios... porém em que essa desobstrucção não seja possível transpô-la então por maio de construcção de vias férreas ou estradas; V - prêmios às companhias de navegação para a Europa; VI - ...a isenção dos impostos de importação; IX - ...ao Governo do Estado do Amazonas: a) a construcção de uma estrada de ferro entre a cidade de Manaus e Itacoatiara, b) ...o povoamento do sollo entre as duas cidades, c) estender as linhas telegraphicas as villas de Silves e Uruará; X - ...que facilitem os meios de comunicação para os municípios de Barcellos e São Gabriel no Rio Negro... propaganda na Europa e Estados Unidos”. Revista da Associação Comercial do Amazonas, 05-24/05/1910, p. 2.

Para colocar a economia em uma posição elevada ao contexto internacional, para tornar a cidade um lugar com pessoas capazes e preparadas às exigências de mercado que impunha uma redefinição dos papéis sociais, o melhor “remédio” seria *miscigenação* da massa trabalhadora, elevando o nível “racial” do povo, tirando aquela característica de povo provinciano de hábitos indígenas:

*Por que meios pode ser melhorada a situação econômica e moral do interior do Estado do Amazonas?... Minha primeira proposta é a de estabelecer no Rio Solimões alguns milhares de famílias, para ali fazer agricultura... Onde se poderá encontrar essas famílias de colonos... no Maranhão, Ceará, Parahyba, Pernambuco, nos Estados do Sul, em Portugal e principalmente na Áustria-Hungria e mesmo na Alemanha!...; elle pode trabalhar para os proprietários, os quaes têm sempre necessidade de braço; Quando aqui faz, as vezes, muito calor, nas horas do meio dia, o colono tem sempre o seu lugar de recreio que é a floresta... um tal passeio de cinco horas pela manhã, através de uma estrada de borracha é uma occupação fácil e conveniente, da qual qualquer operário da Europa Central se encarregaria com muito gosto... o trabalho de extracção de leite de borracha poderia ser feito por qualquer europeu ou asiático. Não é trabalho que dê febre.*¹⁷⁴

Por fator de aproximação cultural (língua, religião, tradição), ou de laços históricos entre os dois países, para os promotores do congresso o melhor tipo de imigrante seria o português. Segundo o patronato amazonense, que buscava entre a imigração nordestina, sulista e/ou européia (entre alemães, espanhóis, húngaros) aquele operário *perfeito* que tomasse o lugar dos considerados inferiores, o português era apontado pela ACA como o mais desejável para nossa economia:

*Em nosso conceito o colono que mais nos convém é o agricultor portuguez, por qualquer lado que se encare o problema... O portuguez é forte, emprehendedor, adaptando-se a todos os climas... Além do colono portuguez, outros há que poderão convir igualmente, já pellas afinidades de roça, já por actividade e resistência; e são estes os hespanhoes, principalmente os bascos e os gallegos, e os italianos.*¹⁷⁵

Agindo de forma a depreciar os trabalhadores locais, acusados de indolência e vandalismo, composta de sujeitos de conhecimento limitado com aptidão à violência e a baderna, o patronato elaborou um *discurso eugênico*, preconceituoso ao extremo, que teve como justificativa não apenas melhorar a produção de borracha e aumentar os ganhos do comércio e da sociedade, mas melhorar a “raça” tratava-se um projeto de

¹⁷⁴ Ludwig Schwennhagen. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1910, p. 1-2.

¹⁷⁵ Augusto Ximeno Velleroy. In: MIRANDA (org). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola* (22-27/02/1910). Manaus: Reimpressão Fac-similar 1911, p. 25-26.

importar operários europeus para substituir os trabalhadores locais, considerados “peças ruins” de uma máquina guiada pela ambição e pelos delírios de uma elite fascinada por teorias evolucionistas e modernistas.

No contexto de São Paulo, o governo brasileiro subsidiava as passagens de imigrantes para o país, até pelo menos o final do Império, o subsidio consistia no pagamento da viagem para o estado aos imigrantes agricultores e que viessem em famílias¹⁷⁶, já que essas garantiam a sua maior fixação na fazenda de café, desta forma a vinda de imigrantes com suas famílias era preferencialmente aceita, como estratégia de sua fixação no local de trabalho. Tal medida pretendeu ser imitada pelos donos de seringais locais.

Para tanto, foi preciso que o patronato pensasse numa maneira de também fixar estes imigrantes na região, uma vez que sobre a Amazônia (seu clima, aspecto geográfico, diversidade animal e vegetal) eles conheciam muito pouco. A inerente dificuldade de viver e mais ainda de trabalhar na mata fechada, sujeito as temperaturas bem diferentes das suas regiões de origem, poderia causar no estrangeiro certo espanto e mesmo a vontade de ir embora já na primeira oportunidade, o que acontecia com os próprios seringueiros locais depois de alguns meses “internados na floresta”.

Assim, concomitante a imigração havia o defeso de povoar a Amazônia através da vinda de operários conjuntamente com suas famílias. O tipo de *imigração familiar* era a preferida pelo patronato uma vez que possibilitaria uma maior fixação dos homens na região. A constituição de núcleos familiares era há muito desejado pelos donos de seringal que assim teriam esta mão de obra ao lado do seringal possibilitando um maior controle destes trabalhadores mesmo fora dos acampamentos. Conforme nos diz Michelle Perrot, os fabricantes europeus visavam largamente a estratégia de empregar toda à família, para garantir o recrutamento e a fidelidade da mão de obra¹⁷⁷. No contexto do seringal essa dimensão começava a ser sentida:

Notemos agora que sempre temos fallado da familias de colonos... e não de colonos, individualmente; de facto, colônias, villas e cidades não se fundam com indivíduos isolados, porém com famílias; por isso, tanto quanto possível, deve cuidar-se de introduzir famílias completas; além da vantagem de ordem

¹⁷⁶ PETRONE, Maria Tereza. *Imigração*. In: FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Vol. 8. São Paulo: DIFEL, 1985, p.108.

¹⁷⁷ PERROT, Op. Cit., p. 60.

*econômica, este methodo é o único capaz de assegurar condições de moralidade indispensáveis à tranqüilidade e progresso da colônia nascente.*¹⁷⁸

No frigidar dos ovos, a opção pelo colono ideal recai sobre os portugueses:

*O Amazonas, portanto, pode ser colonizado por povos europeus... para não alterar o caráter fundamental da nacionalidade nascente convém limitar a colonização aos povos ocidentais, especialmente ibéricos. Toda tentativa, pois, de colonização asiática, seja qual for, deve ser energeticamente combatida; de resto, ensaída em São Paulo ella tem sido verdadeiro desastre.*¹⁷⁹

Estas propostas eram de fato antigas, pois para Silva Coutinho “a grande questão da Amazônia era, portanto, regularizar o trabalho de extração das drogas, ou melhor, fixar a população, para que a lavoura dos gêneros alimentícios se desenvolva, para que o progresso de suas províncias seja real”¹⁸⁰. E esta linha de pensamento foi, como vimos, compartilhada pela ACA que atuou no sentido de criar meios para trazer o imigrante e depois para fixá-lo no insalubre solo Amazônico, em núcleos coloniais ao longo dos rios navegáveis:

*O nosso atraso tem sido a falta de braços. O nosso mau, não os termos sabido arranjar... propor-se a resolver-a creando diversos núcleos coloniaes naquelle rio, por meio do estabelecimento de milhares de famílias... Logo que as colônias fossem estabelecidas, a vida miserável dos habitantes actuaes melhoraria.*¹⁸¹

O projeto de construir uma hospedaria de imigrantes foi uma demonstração da ação da ACA, com o apoio do Governo do Estado, para assegurar a transferência dos trabalhadores estrangeiros chegados na cidade para as áreas de extração e sua posterior manutenção perto do controle do seringal. Acreditamos que muitas famílias chegadas aqui, mesmo vindas de outros Estados como o nordeste, desembarcavam no Porto de Manaus já cheias de dívidas contraídas com os donos de seringais pelo seu transporte. Somente em fins de 1912, já durante a crise da borracha, é que a proposta da hospedaria de imigrantes começa a andar, conforme registrou a *Revista*: “começam os primeiros passos do tão necessário melhoramento... assentaram a escolha d’um terreno a margem esquerda do Rio Negro acima de sua confluência com o Rio Amazonas, para nelle se edificar a hospedaria”.¹⁸²

¹⁷⁸ Augusto Ximeno Velleroy. In: MIRANDA, Op. Cit., p. 229.

¹⁷⁹ Augusto Ximeno Velleroy. In: MIRANDA, Op. Cit., p. 21.

¹⁸⁰ SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980, p. 70.

¹⁸¹ Cf. Ludwig Schwennhagen. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1910, p. 6.

¹⁸² *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1912, p. 2.

Do nordestino os patrões só queriam sua força de trabalho, esperando obediência e eficácia no exercício de seus afazeres. A vinda deles, motivada pelo fraco dinamismo do seu mercado interno regional que fez do nordeste um fornecedor de mão de obra¹⁸³, se constituía também numa forma dos patrões de pressionar para baixo os salários nominais dos trabalhadores do seringal, através do aumento da disponibilidade de mão de obra nas áreas de extração. Serviam também para a “reposição de peças” humanas, perdidas por força dos corriqueiros acidentes de trabalho que causavam a morte ou o afastamento definitivo daqueles trabalhadores.

Acerca da vinda do imigrante nordestino para o Amazonas, havia duas visões diferentes que concorriam na Associação Comercial: uma que exaltava a vinda de cearenses para o Amazonas, uma vez que eles eram considerados um povo trabalhador nato e acostumado a poucos ganhos, além dos hábitos simples, e outra interpretação que os via como um bando de famintos, que não se fixam em nenhum lugar, estando sempre a espera da seca diminuir para voltarem pra casa junto com seus rendimentos. Esse é, por exemplo, a opinião de Benjamim Araújo Lima, para quem *“é importante nunca esquecer que todo o interior tem sido povoado exclusivamente por bandos de famintos que, fragellados pella seca abandonam os Estados situados na costa septentrional do Brasil”. Em sua opinião o cearense nada mais é que um “desfibrado” e um “inferior”*.¹⁸⁴

Por tudo isso a imigração mais desejável ainda era a portuguesa, uma vez que estaria associada a fatores culturais e dentro de uma visão evolucionista de raça. O português representaria aquele elemento de integração da produção Amazônica a modelos capitalizados de comércio externo; sendo considerado um tipo superior de mão de obra na relação com os meios de produção e de agente social a incorporação de hábitos e costumes desejáveis à transformação da fisionomia da vida na cidade.

Por outro lado, contraditoriamente, o patronato comercial via a imigração nordestina a mais segura em termos de fixação da mão de obra, por considerar os trabalhadores europeus muito instáveis, sujeitos mais facilmente ao retorno para sua terra de origem após adquirir algum lucro nos seringais. Para a Revista da ACA,

os cearenses são os bandeirantes do nossos tempos... o sertanejo nortista é trabalhador... o seu trabalho é mais productivo do que o do colono estrangeiro...

¹⁸³ GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1881, p. 31.

¹⁸⁴ Benjamin de Araújo Lima. In: MIRANDA, Op. Cit., p. 21.

*este, logo que consegue uma pequena fortuna volta ao seu país de origem levando consigo a família e os lucros, tal facto não succediria com a colonização nacional... a imigração portuguesa tem sido, e continuará a ser, a mais desejável para nós.*¹⁸⁵

Em torno desta discussão, Maria Lígia Prado e Maria Helena Capelato comentam acerca da imigração nordestina para os seringais amazônicos onde estes trabalhadores tratavam-se de uma multidão de que se esperava apenas o rendimento material de uma população cada vez maior¹⁸⁶, visto que não havia o interesse por parte do patronato de criar colônias de povoamento na região, mas de suprir a carência de braços para a atividade de extração na mata combatendo a fuga de trabalhadores.

Na Amazônia o patronato vestia a máscara do paternalismo para esconder seu controle sobre os trabalhadores de forma a passar a imagem de protetor e amigo da categoria. O paternalismo foi uma forma de controle patronal que agia mais próximo dos seus empregados como um meio de inibir suas reivindicações e conhecer suas insatisfações e estratégias de protesto dando condições de reação ao patronato.

Como símbolo de proteção e distribuição dos rendimentos, o patrão tomava-se instrumento por excelência da integração social; tornando possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social¹⁸⁷ junto aqueles que mais a contestavam, os trabalhadores.

A imagem do “patrão protetor” aparecia nos momentos em que era necessário vigiar de perto os trabalhadores, inibindo qualquer iniciativa mais vigorosa de reivindicar aumentos salariais ou a diminuição da jornada de trabalho. O patrão amazonense objetivava inibir o protesto dos trabalhadores identificando a figura do patrão, tida anteriormente como opressor, com a de um “pai benevolente” ou numa espécie de “amigo” que assumiria pra si a responsabilidade de segurança e provimento de seus empregados ganhando sua confiança e respeito à obediência:

Se desejaes que uma mudança se opere sem demora, começae mostrando ao seringueiro que elle é somente escravo porque não quer ser senhor. Lembrae-lhe que, em o contacto com os ricos que elle denomina patrão,

¹⁸⁵ Cf. Ludwig Schwennhagen. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1910, p. 12-13.

¹⁸⁶ PRADO, Maria Lígia e CAPELATO, Maria Helena. *Op. Cit.*, p. 291. Ainda segunda as autoras, “o nordestino que, a partir da decadência da economia açucareira na segunda metade do século XVII, teve sua economia voltada para a atividade de subsistência, representava um reservatório potencial de mão de obra” (p. 290).

¹⁸⁷ BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: DIFEL, s/d., p. 10.

*contraio os gostos de dissipação e de luxo, dos quaes deve emancipar-se in continenti. Dizei-lhe que cultive a terra e della, só della, arranque o necessário a sua subsistência; - que jamais limite a sua actividade, como até aqui, a três mezes de trabalho por anno.*¹⁸⁸

A imagem do patrão amigo, largamente utilizada no discurso patronal pela ACA, pretendia mascarar sua exploração e ganhar aliados entre os próprios trabalhadores para um melhor controle e exploração. Para o antigo empresário Jorge Street, “os capitalista brasileiros deveriam comporta-se como conselheiros e guias dos operários incapazes de gerirem suas vidas privadas autonomamente¹⁸⁹”. Logo, a educação seria uma ferramenta muito útil para impor certos valores e práticas desejáveis nos trabalhadores por meio da figura do patrão associada a uma espécie de um guia destes homens incapazes de gerirem suas vidas e seus provimentos sem o patrão. Contudo, “o que não temos é a compreensão nítida do trabalho, por falta justamente da necessária educação... para o cumprimento desse dever inerente ao homem”.¹⁹⁰

Tanto para impor uma nova rotina do trabalho como para afastar o trabalhador de organizações grevistas, de alguma tendência revolucionária contra a organização comercial, o patronato agiu no sentido de tirar os hábitos nômades do extrator, fixando-o na terra junto ao seringal, junto ao seu patrão para que este pudesse educá-lo, mostrando a melhor forma de trabalho.

Construindo um ambiente pacífico e rotineiro semelhante à de uma grande família, o patronato trazia para perto de si os trabalhadores, o que constringia suas iniciativas de protesto e as queixas mais calorosas ao mesmo tempo em que também facilitaria a incorporação dos empregados às novas técnicas de produção, impossíveis sem a intervenção direta do patronato no sentido de convencer e educá-los.

*Se o dono do seringal se der ao trabalho de ensinar a sua gente, e assim, pouco a pouco, formar uma turma de trabalhadores hábeis e desejosos de ahli localizarem... Tal alteração das condições de vida no interior fixaria o seringueiro os trabalhadores no interior. Modificaria do mesmo modo a vida nômade do seringueiro. Com uma população fixa seria mais fácil melhorar os methods de extracção de borracha, que até agora são irracionaes e nocivos às arvores.*¹⁹¹

¹⁸⁸ Associação Comercial do Rio Purus. In: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/09/1908.

¹⁸⁹ RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, p. 174.

¹⁹⁰ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/05/1915, p. 2-4.

¹⁹¹ Assinado por Sandmann. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/11/1908, p. 9.

O paternalismo acabou por definir não apenas uma técnica para mascarar o maior controle sobre o ambiente de trabalho e a própria vida dos trabalhadores como atuou no sentido de re-definir o *ser patrão* (o que é a figura do patrão) na relação com os empregados no mundo do trabalho. Pela ACA, fez-se um discurso que tinha na carência dos trabalhadores por proteção e garantia de emprego sua base de ação para o sucesso do paternalismo. Na auto-imagem assim construída,

*o industrial da borracha não é somente um industrial para obter o seu producto. É, em primeiro lugar, um verdadeiro colonizador. Um seringal é uma colônia, o seu proprietário precisa prover e prever a todas as necessidades... não tem somente como nas grandes fabricas, que administrar o trabalho. Deve multiplicar-se a sua actividade, precisa ser illuminada a sua intelligencia (...) Habitantes de uma selva inculta, confiados no patrão que prever e prover pella própria existência e do pessoal transformado em família.*¹⁹²

Então, o paternalismo agiu no sentido de passar para a classe trabalhadora a imagem do patrão como um pai, que protegerá sua casa (o seringal) e educará seus filhos (os empregados), corrigindo seus maus costumes e disciplinando-os quando necessário às indisciplinas (assim como todo pai). Transformando o ambiente de trabalho em uma grande família, o patrão estaria não só justificando seu controle e suas atitudes mais enérgicas sobre os “filhos mais rebeldes” como inibia as queixas mais fervorosas de protesto, através do aparente estreitamento dos laços no ambiente.

*O seringal é um pequeno mundo, e o seu patrão é o único commerciante, é o arbitro de todas as questões sociaes que surgem entre seu pessoal... de Empreza industrial e commercial que é o seringal, transforma-se a sua população espontaneamente em uma grande família, subordinada a um só chefe, com interesses comuns a defender.*¹⁹³

Também foram propostas a criação de escolas profissionalizantes para o trabalho no comercio como estratégias de melhoria da qualidade da mão de obra na cidade, através da qualificação em centros patrocinadas pelos patrões, que possibilitasse tanto ao setor extrativista como ao comercial e pudesse responder as exigências do mercado externo sobre a demanda de produtos de melhor qualidade para a indústria que utilizava a borracha como matéria prima, além da agilidade no cumprimento dos contratos comerciais. Pensada dessa forma, a Escola seria

¹⁹² Cf. Conferência do Dr. Carlos Chauvin. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/07/1914, p.3-4.

¹⁹³ Idem, p.4-5.

*dedicada a habilitar pessoal para o mercado... [Nela,] o curso do Sr. M. H. Wright, compreende: Historia da borracha e evolução do abastecimento; Origens botânicas da borracha e Methodos da Cultura; Evolução das plantações e dos capitães emitidos; Sangria das arvores e rendimento em borracha; doenças das plantas gommíferas; ainda conhecimentos antigos sobre a borracha bruta; Vulcanização; manufacturas físicas da borracha e Propriedades Chímicas e Phísicas da borracha vulcanizada... Devemos também ter as nossas escolas especializadas em borracha.*¹⁹⁴

O que se observava nas plantações asiáticas era uma produção racionalizada, eficiente, com trabalhadores treinados, baratos e com suporte logístico de instituições educacionais e financeiras, como o Ensino Gomífero de Londres que se prestava ao serviço de formar técnicos, gerentes e administradores, especializados em toda linha de produção da borracha para o exterior, além de estar voltado a atender as exigências dos países industrializados em termos de qualidade e demanda.

A criação de uma “escola de comércio”, que objetivava preparar os jovens trabalhadores para as exigências do capital no começo do século XX, também foi parte deste plano de qualificação da mão de obra da cidade. Em resposta as necessidades dos comerciantes de ter pessoal mais preparado para o atendimento e organização do trabalho nas casas comerciais de Manaus, a ACA bancou a criação destes estabelecimentos para formar uma geração de pessoal especializado que não existia em quantidade até então. Tratava-se de um

*exemplo do que se tem feito em outros Estados, com muita vantagem para os empregados da classe do commercio... para facilitar a mocidade deste Estado um acesso fácil a uma profissão que cada vez mais aumenta e propaga-se nesta região.*¹⁹⁵

Uma questão a ser analisada é o uso da tradição pelo patronato como meio impor a rotina do trabalho disciplinado numa sociedade acostumada a outro ritmo que não compreendia o processo econômico que se queria impor. Para Eric Hobsbawn por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácitas; tais práticas de natureza ritual ou simbólica visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição¹⁹⁶. Comumente estas ações eram aplicadas como estratégias de adestramento.

¹⁹⁴ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/10/1912, p. 1.

¹⁹⁵ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 05/12/1909, p. 6.

¹⁹⁶ HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002, p. 9.

Neste sentido a ACA tentou disseminar, através de escolas profissionalizantes de formação comercial e técnica, a prática do trabalho dedicado, contínuo e ordeiro como meio de ascensão social entre todos aqueles que se prestassem apaixonadamente a esta rotina, sem se associarem ao sindicalismo local ou aos hábitos cotidianos condenados pela elite. Discursos eram elaborados no sentido de justificar a qualificação mostrando a necessidade da adequação a prática do trabalho: *“O suor de tua fonte é a gota mágica que desperta a vida activa... Ara, lavrador, ara, que as folhas e flores que brotam serão bandeiras festivas da tua esperança e da tua liberdade”*.¹⁹⁷

Este tipo de discurso que exalta o labor como meio de ganho e de liberdade econômica da classe trabalhadora é uma construção ideológica característica das sociedades que experimentaram mudanças violentas no setor econômico e social, como Manaus entre 1880-1920, e que visando o fim de velhas tradições. Tal idéia visava eliminar os velhos costumes do povo com a assimilação de novos hábitos voltados ao desenvolvimento do setor comercial com a assimilação de uma rotina de horários e comportamentos¹⁹⁸.

A propaganda da borracha Amazônica no exterior acontecia em Congressos e Seminários tanto no exterior como no próprio país (ver Anexo I: eventos e exposições relacionadas à borracha). Algumas dessas exposições internacionais foram realizadas pela Associação Comercial do Amazonas e contaram com o apoio do Estado como, por exemplo, o Congresso Comercial, Industrial e Agrícola de 1910 que teve o auxílio financeiro do governador Antonio Clemente Ribeiro Bittencourt pela lei nº. 600.

A propaganda nestes eventos era realizada em duas frentes. A primeira era pelos Delegados da Associação, como vimos no capítulo 1, e a outra: *“Na Europa, o melhor de nossa propaganda está sendo feito pela Directoria do Serviço de Propaganda e Expansão Econômica do Brasil no Exterior”*¹⁹⁹.

¹⁹⁷ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/11/1914, p. 4.

¹⁹⁸ *“Organizações são também agentes controladores, tanto internos, sobre os membros da organização, como externo, atuando no meio ambiente organizacional relevante”*. FLEURY, e FISCHER (orgs). *Cultura e Poder nas Organizações*. São Paulo: ED. Atlas, 1989, p. 38. Elementos dessa cultura organizacional (devoção moral ao trabalho, dedicação, meticulosidade na execução de tarefas, honestidade) podem ser vistas na p. 42.

¹⁹⁹ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 05/11/1909, p. 1-3.

Os eventos eram divulgados entre os produtores Amazônicos através de Revistas Internacionais que chegavam a ACA por correspondência, pelo contato com os Delegados no exterior e por convites dos realizadores para eles se fazerem representar como expositores de seus produtos.

Uma vez que o Brasil não desempenhou papel relevante na dinâmica do Capitalismo mundial, até pelo menos 1918²⁰⁰, já que o papel do nosso país era a de produtor de um artigo de sobremesa, o café, e de outro, a borracha, para servir de matéria prima à indústria européia e norte americano, acabava desempenhando um papel menor na divisão internacional do trabalho. O objetivo dos congressos para a ACA era de atrair mais capital para a região, promover a harmonia da classe produtora e de vender uma boa imagem da elite local para fora do país.

As chamadas *economias viciadas*²⁰¹ como a brasileira, eram economias fornecedoras de matéria prima que não investiam em tecnologia, ficando a mercê das demandas dos países industrializados que as cativavam. Os congressos e eventos sobre a borracha eram um meio para atrair capital para as áreas fornecedoras do produto, como a Amazônia, aumentando desta forma seus negócios internacionais e possibilitando a conquista de novos mercados consumidores.

Como vemos na fala da Revista, tais eventos tinham muita importância, pois serviriam para a obtenção de fundos aos comerciantes da região: *“a exposição há de adiantar é em attrahir capitaes estrangeiros e a atenção dos capitalistas*²⁰²”.

Para promover a harmonia e estreitar os laços de solidariedade entre a classe patronal, os Congressos Nacionais eram realizados pela ACA nos períodos em que se fazia necessário exercer uma maior pressão sobre o Governo Federal para conseguir benefícios e elaborar estratégias frente à concorrência externa e a conseqüente diminuição dos lucros com as exportações.

A fim de acabar com os conflitos ou impasses corriqueiros entre comerciantes e produtores do ramo da borracha, estes congressos representavam um momento de

²⁰⁰ SINGER, Paul. *O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional*. In: FAUSTO, Boris (Org). *História da Civilização Brasileira*. Vol. 9. São Paulo: DIFEL, 1970.

²⁰¹ As economias fornecedoras de matéria prima não investiam em tecnologia, ficando a disposição das demandas dos países industrializados, que cativavam a economia desses países. Ver: SINGER, Op. Cit., p. 353.

²⁰² *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/09/1908, p. 2.

demonstrar para a sociedade política e para os dirigentes do nascente movimento operário que o patronato estava unido e forte em torno dos mesmos interesses, mesmo que isso não fosse tão verdadeiro:

*Sabíamos que o nosso Congresso não havia de redundar em num fracasso; mas que fosse o successo que todos presenciaram... nem nas previsões mais optimistas [sustentavam]... alcançaremos harmonizar os nossos interesses e juntos faremos uma muralha à competência que as indústrias extractivas asiáticas e africanas nos vêem fazendo com sua abundancia de capitães e sua facilidade de mão d’obra.*²⁰³

Antes de esgarçar as contradições, o discurso da ACA é pelo conagração:

*Pretendemos reunir nesta assembléia de trabalho e concórdia os interesses entrelaçados à indústria extrativa da borracha... Essas rivalidades não podem mais continuar... [tratemos] de vicularmos mais estreitamente os nossos interesses, de estudarmos e resolvermos em comum os problemas econômicos mais vitais, de collocar, em fim, os nossos productos extractivos, a nossa indústria, a nossa agricultura e o nosso commercio ao abrigo das surpresas e desfallescimentos.*²⁰⁴

Além do mais, os eventos internacionais eram uma chance dos produtores nacionais para mostrar aos consumidores a superioridade da borracha Amazônica em relação aos outros produtores, principalmente os asiáticos. Era uma demonstração que nossa borracha deveria ser a preferida na escolha como matéria prima da indústria para a fabricação de produtos de qualidade superior, apesar do seu preço um pouco mais alto. Deve-se, argumenta a ACA, esclarecer “os Governos estrangeiros, fabricantes e consumidores da superioridade e necessidade de nossa borracha, especialmente nos artefactos em que é exigida elasticidade, resistência e durabilidade”.²⁰⁵

Fora o aspecto econômico, que sempre impulsionava esses eventos principalmente na época de maior crise, essas exposições serviam para “vender” a imagem de uma elite amazônica forte economicamente, civilizada, moderna e atenta às novidades culturais e tecnológicas do século XX.

Aproximando Manaus, Belém, Rio Branco, e outras capitais do norte aos centros urbanos mais agitados do velho continente (como Milão, Londres e Paris), os congressos internacionais davam maior visibilidade e mobilidade ao patronato nos círculos

²⁰³ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 05-24/05/1910, p. 1.

²⁰⁴ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 05/07/1909, p. 1.

²⁰⁵ Assinado por Raphael Benoliel. Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/05/1914, p. 1.

financeiros mais importantes da Europa Ocidental. Vemos abaixo uma nota opinativa de um jornal francês, *Le Journal D'Agriculture Tropicale* acerca do mundo Amazônico:

*Em Manaus as cousas tomaram outros aspectos. Cidade moderna assaz confortável é servida por numerosos transportes fluviaes e marítimos; e sobretudo é o grande empório mundial da borracha. Dahir a certeza de sahir-se irosamente... A secção commercial tratou perfeitamente de redução dos fretes dos artigos alimentícios destinados aos seringueiros, dos novos meios de transportes, da melhoria das condições actuaes dos trabalhadores; encorajar a navegação para as zonas de producção actualmente quase inexploradas; desobstrucção dos rios, construcção de vias férreas, caminhos pedestres e linhas telegráficas... a redução dos fretes da producção e seu transporte só podem se realizados, parece-nos, pela ação coletiva dos Governos locaes e da União.*²⁰⁶

A necessidade de produzir a borracha do tipo fina era apontada pela ACA como sendo primordial para conseguir novos mercados consumidores e cativar os já existentes, aumentando então as vendas e sua credibilidade. A fina era um tipo de borracha com baixo teor de impurezas e, portanto de melhor qualidade, resistência e durabilidade, em relação à entre-fina, sendo a preferida em várias indústrias, como a de pneus, botas e roupas.

*É da mais urgente necessidade os productores melhorarem o fabrico da nossa borracha... homogênea e limpa... A competência que a borracha do Oriente está fazendo... é motivada em primeiro logar pella absoluta limpeza daquelle producto, e depois pella ausência de água... Convém do mesmo modo, para diminuir a porcentagem d'água no sernamby de caucho... deve ser sempre lavado e seccado, antes de ser enrolado...o que para nos representa a maior importância é a fabricação da borracha fina... a entre fina precisa ser desde já eliminada de nosso fabrico.*²⁰⁷

O que se viu, no entanto, era um percentual de fabricação do tipo fina muito abaixo daquele desejado pelo patronato comercial que tratava da exportação do produto. Conforme vemos na tabela 7, em 1916 o total de borracha fina produzida chegou a apenas 8% do total. As principais justificativas para esta contradição, segundo os donos de seringais, eram que os seringueiros a misturavam com sernamby²⁰⁸ para aumentar seus lucros, a baixa nas vendas que impossibilitava investimentos na qualidade e falta de pessoal capacitado para o beneficiamento.

²⁰⁶ *Le Journal D'Agriculture Tropicale*. In: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/07/1910, p. 2.

²⁰⁷ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/05/1911, p. 3.

²⁰⁸ "... A seringueira é sagrada para estimular-a a soltar o leite. Este primeiro leite que é desprezado, vae coagulando naturalmente pella arvore abaixo e no chão, e é está borracha que é qualificada de sernamby, producto impuro e de preço baixo". *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/04/1912, p. 1-2.

TABELA 7
Porcentagem de Borracha do Tipo Fina
sobre o Total:

Anos	Percentual
1910-1914	40
1915	10
1916	8

Fonte: *Revista da Associação Comercial do Amazonas* (1908-1919).

A crise que antes parecia ser mais visível para os trabalhadores com a diminuição dos salários, o aumento das jornadas de trabalho e o perigo diário de desemprego – sem falar na situação dos que estavam desempregados –, começou a bater nos portões dos chalés e das mansões em estilo inglês, ornadas com moveis de madeira de lei, tapetes e lustres luxuosos. Os barões da borracha estavam com os dias contados. A crise assombrava a todos e levava as constantes discussões sobre suas causas.

A estratégia de salvação da borracha segundo a burguesia amazonense estaria baseada em seus quatro pontos: a) a diminuição dos fretes e *capatazias* pelas empresas estrangeiras que controlavam o porto e transporte fluvial; b) a diminuição dos impostos de exportação de borracha pelo Governo Federal; c) na diminuição dos custos na produção, onde os donos de seringais continuavam com os mesmos métodos de extração e beneficiamento; d) convencer os trabalhadores a se dedicavam a fazer as roças e aceitarem ganhar salários mais baixos pelo mesmo tempo de serviço. Na fala do governador do Estado

*para melhorar a economia local devemos... aumentar o plantio de seringueiras... [fomentar] a adoptção de tariffas aduaneiras prefferenciaes, a ampliação da rede eléctrica... [criar] uma Empreza de propaganda da nossa borracha no exterior, [além de buscar a] melhoria do serviço radiographico.*²⁰⁹

Volta novamente a reivindicação de “*protecção do producto pello Governo Federal*”. A pauta incluía ainda:

Melhor transporte e comunicação, propaganda... trazer profissionaes inglezes para ensinar a melhor produzir e commercializar a

²⁰⁹ Discurso do Governador do Estado Amazonas, Dr. Alcântara Barcellar. In: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, Fevereiro-Março/1918, p. 1-4.

*borracha, criação de centros agrícolas, diminuição de tarifas e acabar com a burocracia alfandegária... melhorar a qualidade do produto... a discriminação nas taxas de importação de gêneros (por exemplo de lanças) do Sul.*²¹⁰

Para uma parcela dos membros da ACA, a causa da crise estaria na omissão dos donos de seringal que, cegos com os lucros dos últimos anos, não deram conta do aumento da produção asiática, não investiram na modernização da produção e na qualidade do produto para venda. Outros davam o crédito da culpa ao Governo Federal pelo seu interesse apenas nos impostos que arrecadava com as exportações do produto.

Em algumas falas presentes na Revista da ACA, o peso da responsabilidade pelo fracasso parece recair sobre os donos de seringais, instando-os a melhorar a qualidade e a quantidade de borracha, com a importação de novas tecnologias e uma maior ação sobre os extratores, os comerciantes de cidade estariam pressionando aquele setor da economia a diversificar seu processo produtivo acompanhando uma tendência já anterior de outros setores da economia do Estado, principalmente o comércio importador-exportador que visava superar técnicas arcaicas de produção e comercialização.²¹¹

Contra os seringalistas pesam duas recorrentes queixas, sendo a primeira a insistência na opção pela monocultura: *“Já é tempo dos proprietários de seringais se convencerem do grande valor do plantio de cereais e legumes. Os processos racionais e mecânicos não custam muito dinheiro”.*²¹²

Outra queixa é a de não terem percebido logo as ameaças que pairavam à produção regional, graças ao cultivo racional no Sudeste asiático.

*Seduzidos pelos lucros fáceis que nos proporcionava a borracha... vi-os com indiferença desdenhosa os ensaios da cultura em grande escala da nossa hevea nas possessões inglesas e holandesas do Oriente.*²¹³

Porém, a maioria do patronato preferiu lançar a culpa pela crise da borracha, do seu próprio descuido, ganância e desperdícios, sobre aqueles que estavam mais próximos do processo produtivo, ou seja, os extratores; aqueles que estavam “internados” na selva

²¹⁰ Revista da Associação Comercial do Amazonas, Março/ 1919, p. 5.

²¹¹ Da mesma forma também o Porto de Manaus, a Alfândega, a Intendência Municipal, a Armazenagem, o Mercado Municipal, passavam por um processo de modernização que compreendia sua organização interna, higiene, fluidez e horários fixos; os seringais andavam em descompasso com esse processo há algum tempo.

²¹² Revista da Associação Comercial do Amazonas, 05/10/1908, p.1.

²¹³ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/07/1911, p. 2.

sem saber direito o que acontecia na cidade, foram os trabalhadores dos seringais apontados pelo patronato como responsáveis, por não trabalharem o suficiente, preferindo a vadiagem e o comodismo ao trabalharem para melhorar a produção e qualidade da borracha:

*Uma esperança, porém, nos anima, é que esses denodados trabalhadores, que vivem internados em nossas florestas, escutem as nossas palavras e trabalhem em dobrado esforço... para que o aumento de produção e compense a diminuição do preço.*²¹⁴

Para o patronato, que praticava o máximo de arbítrio sobre as questões do trabalho, o seringueiro teria o dever de plantar o que consumia tirando do seu empregador mais esta despesa. Tal atitude tiraria, segundo o discurso dos comerciantes, o trabalhador da situação de fome por qual ele passava por conta do salário insuficiente para comprar os alimentos no Barracão, que muitas vezes seria gasto em bebidas²¹⁵ e diversões condenadas.

Mais uma vez, percebemos que o trabalhador era responsabilizado pela situação de miséria em que vivia. Considerado inferior e incapaz por não se enquadrar a uma atividade que não estava acostumado²¹⁶, muitos extratores acabavam sendo responsabilizados pelos seus patrões, sofrendo com o estigma de indolentes, por *não* quererem se emancipar dessa situação.

Na contramão do discurso patronal estava à fala dos trabalhadores que, a despeito de qualquer análise histórica tradicional, nunca estiveram passivos frente à ação patronal ou aceitando a exploração e a alienação imposta por uma estratégia burguesa que visava acima de tudo omitir suas reivindicações.

Fazendo uso de estratégias que visavam fracassar seus movimentos mais enérgicos de protesto para conseguir garantias de trabalho ou qualificando-os de indolentes no exercício da profissão, o patronato tentou colocar os trabalhadores à

²¹⁴ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/06/1915, p. 1.

²¹⁵ “O abuso de álcool é um fator predisponente de todas as moléstias e o determinante de muitas. Segundo uma nota que nos foi fornecida pelo digno presidente da Associação Comercial, no ano findo seguiram para o interior, desta cidade, 566 pipas de água ardente... a água ardente ida diretamente do Pará para o interior é o triplo da que é exportada daqui”. CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. *Climatologia Médica do Estado do Amazonas* (1909). Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1988, p. 76.

²¹⁶ Cf. DIAS, Op. Cit., p. 158.

margem do processo histórico de transformação de situando-os como meros coadjuvantes no teatro da *Belle Époque*.

Os trabalhadores entendiam a fala dos patrões como construções de uma dominação por vezes sutil, mas que visava prioritariamente aumentar a exploração e o controle de suas ações reivindicatórias, quebrando pela base seu processo associativo. Não havia dissenso na maioria dos trabalhadores da cidade a respeito dos patrões que não se preocupavam com o bem-estar de seus empregados, mas apenas com o aumento dos seus rendimentos. Na fala de um jornal de cunho operário percebemos que “pena que o commercio de Manáos, salvo poucas excepções, obrigue os empregados a trabalhar mesmo de portas fechadas nos dias de festa nacional²¹⁷”.

Segundo os líderes do movimento sindical, se havia uma crise que ameaçava a todos, ela existiria não por culpa dos trabalhadores, seja da cidade ou dos seringais, mas por causa da *acomodação* dos próprios patrões que ficavam a esperar a ajuda federal “cair dos céus”.

Vistos como burgueses endinheirados e bem acomodados atrás de mesas bonitas e residentes em casas luxuosas, a preguiça de que tanto acusavam os trabalhadores de ter por não fazer as roças, por não trabalhar além do tempo de serviço e até da falta de cuidados de higiene, era devolvida aos patrões que não se mexiam, apenas faziam discursos bonitos e projetos delirantes. Para os patrões,

*O problema da borracha é alta dependência do productor e do producto. A solução esta em não esperar pela ajuda do governo federal, mas em diminuir as despesas... um ou outro espírito de elite as conhece, [as propostas para salvar a borracha] raro, raríssimo são aquelles que executam conscientemente.*²¹⁸

Como vimos anteriormente, os seringais da Amazônia que até 1910 respondia por mais de 50% da produção mundial de borracha passaram aos poucos a sofrer com a concorrência do similar asiático no mercado internacional. Mesmo na África havia significativo fomento a produção de borracha, com resultados igualmente impactantes.

TABELA 8
Produção de Borracha no Congo

Ano	Quantidade (em Kg)
1886	18.000

²¹⁷ Tribuna do Caixeiro. Manaus, n. 03: Maio/1908, p. 2.

²¹⁸ Tribuna do Caixeiro. Manaus, n. 54: Maio/1909, p. 2.

1888	74.000
1890	124.000
1892	156.000
1894	338.000
1896	1.195.000
1898	2.113.000
1900	4.902.000

Fonte: MIRANDA (org). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola*: pp. 244.

A uma grande oferta de borracha oriunda principalmente do Ceilão e da Malásia, através da *Federated Malay States Rubber Co* (uma empresa de capital inglês) e também de outras regiões, como o Congo, na África, levaria a Amazônia a uma gradual perda de tradicionais mercados consumidores na Europa. Isso levou a diminuição do preço de venda do produto, aumentando os custos de transporte e produção já elevados por conta dos impostos e das dificuldades geográficas da região de selva.

As sucessivas quedas no preço da borracha registradas em 1910, se recuperando em Março do mesmo ano, além de outras quedas esporádicas nos anos anteriores de 1888, 1889, 1900, 1901, 1906, 1907 ²¹⁹ poderiam indicar que a nossa situação financeira não era tão estável como acreditava muitas pessoas enriquecidas com os altos lucros e que talvez por isso, acabaram fechando os olhos para uma possibilidade cada vez mais real. Num relatório do secretário da fazenda, doutor Antonio Picanço Diniz, relativo ao ano de 1909, apresentado ao governador do Pará, lemos claramente o indicio de uma crise anunciada:

A nossa situação econômica é mais precária do que parece. O nosso progresso mais aparente do que real. Somos um povo pobre e a nossa fortuna particular é instável. A nossa praça vive de credito que lhe dá a borracha... O commercio repousa em base inconstante e movediça... A menor oscillção do preço do nosso único gênero de exportação, desorganizar-se a vida do Estado, abrindo-se o déficit em nossa receita. ²²⁰

²¹⁹ WEINSTEIN, Op. Cit., p. 243.

²²⁰ Relatório do Secretario da Fazenda (1909). In: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/10/1910, p. 5.

A situação financeira do país que já não vinha boa piorou na década de 1910²²¹, dificultando a ação de qualquer projeto mais significativo de ajuda aos comerciantes do norte. Com a crise o movimento de produtos no Porto de Manaus caiu drasticamente, assim como a oferta de emprego no cais e em toda praça comercial.

A crise afetou a todos, mesmo em setores muito diferente daquele do extrativismo, mas que dependiam diretamente do capital que circulava vindo dos negócios com a borracha e dos extratores que chegavam à cidade para gastar seus rendimentos com mantimentos, bebidas e prostitutas.

Entre a elite poucos foram aqueles que souberam enfrentar a crise financeira e a diminuição de suas rendas, como corte de despesas, de pessoal e dos luxos que tinham se acostumados nas últimas décadas. O povo trabalhador que vivia da renda das casas de comercio ou de fornecer mantimentos para os seringais, ou ainda àqueles que dependiam indiretamente do pouco dinheiro que vinha com os seringueiros para ser gasto na cidade, todos estes foram os que primeiro sentiram os efeitos da convalescença econômica regional.

Certeza havia sobre as causas da perda da liderança Amazônica para os produtores estrangeiros que souberam produzir uma borracha barata e em grande quantidade, a um baixo custo de produção e de rápida colocação no mercado, fruto de um método racionalizado de extração e beneficiamento e de ajuste e controle dos gastos com mão de obra. Ou seja, tudo aquilo que o patronato local queria para sua economia foi conseguido nos seringais modelos e fora. Mas ao contrário da certeza da causa, os culpados não foram claramente definidos.

Contudo, na falta da definição dos culpados pela situação, que poderia estar na inércia das autoridades públicas (na sua ganância por mais impostos sobre as exportações) ou nos desperdícios e delírios modernistas de sua elite econômica (que se preocupou em embelezar os espaços urbanos, ajustando-o a um modelo de vida que não era compatível com a realidade local), a culpa como vimos ficou sempre a cargo dos

²²¹ *“O nosso commercio exterior acusou um decréscimo de 4% no seu volume. O volume da importação comparado com o anno de 1914 foi menor 19,5%... os fretes subiram 60% comparados com os de 1914... cada vez mais se acentuam os factos prenunciados de uma convalescença econômica”. Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/08/1916, p. 3.*

trabalhadores por sua ineficiência produtiva e de incapacidade de reação às demandas externas.

Acusados de indolentes por não aceitarem a imposição de um sistema de trabalho desproporcional com os rendimentos oferecidos e incompatíveis com sua rotina de vida ou, então de vândalos selvagens quando reagiam mais significativamente as imposições patronais para um maior controle no ambiente de trabalho e até para a mudança dos seus hábitos cotidianos, foram os homens e as mulheres desta cidade que mais sofreram com o peso da exploração econômica e com o estigma de classe inferior que seria, segundo a ACA, formada de gente medíocre, ignorante e suja.

No decorrer do processo de falência de vários estabelecimentos comerciais e de seringais na região Amazônica, houve o proporcional aumento no número de desempregados e daqueles que tomaram o caminho de volta para seus estados de origem, à procura de uma melhor condição de trabalho, não mais encontrada no Amazonas.

A queda na quantidade de navios chegados no Porto de Manaus, de negócios realizados e de capital circulante na cidade proporcionou um estado de penúria econômica não pior ao estado de miséria social da massa de desempregados do comércio e dos seringais que se somaram aqueles outros excluídos a muito tempo dos benefícios da venda da borracha e do dinheiro que passava pela sua praça comercial.

*Como era bello d'antes ver o nosso Porto de embarque e como é triste vel-o... era a alegria do trabalho... hoje é o fugir espavorido d'um Estado em decadência... começar a fazer alguma cousa de pratico, abandonando programas de difícil realização... pouco adaptáveis a nossa necessidade... O Amazonas precisa de imigração... devemos inibir, por todos os meios ao nosso alcance, esse êxodo que representa capital que vae e não se recupera.*²²²

Em 1914 começa a 1ª Guerra Mundial que parecia, a princípio, mais um conflito localizado, “comum” como todos os outros do século XIX. O seu desenvolvimento, entretanto, causou espanto e repúdio mundial pelo grande número de mortos e o volume de destruição material. A Europa estava sendo arrasada, suas plantações, a indústria, o comércio e todos os setores foram comprometidos. O grande emprego de carros de combate, soldados e equipamentos, resultaram em um aumento na demanda de borracha, para os países diretamente envolvidos no conflito, principalmente a Alemanha,

²²² Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/05/1915, p. 1-2.

França e Inglaterra, carentes de matéria-prima para a confecção de pneus, botas, uniformes e etc. Seria uma boa oportunidade para levantar os negócios, como a própria *Revista da ACA* reconhecia:

*Nunca se ofereceu a este Estado a ocasião tão oportuna como a actual em que a possibilidade de nossa borracha obter preço compensativo, em virtude da natural decida do cambio e posição dos mercados consumidores, para levar a aproveitar essa providencia para empregar na agricultura da melhoria de preço.*²²³

O que pareceu como sendo a luz no fim do túnel da crise para os comerciantes na Amazônia, só pareceu, pois a crise continuou. Mas por que durante os quatro anos de Guerra, as exportações de borracha não aumentaram nos principais Estados produtores do Brasil: Amazonas, Acre, Pará e Mato Grosso? Poucos meses depois, ficava a pergunta de quais seriam os motivos desta decepção que contrariou todas as expectativas. Queixas e lamúrias passam a compor a fala patronal:

*Com a Guerra desapareceram ou se retrahiram os mercados europeus consumidores de nossa borracha... Qualquer necessidadisinha do sul corre logo solícito o Governo Federal a prestar-lhe a mais carinhosa assistência... Quantos braços vão ser roubados ao trabalho europeu... como há de a Europa produzir... os Estados Unidos da América serão os novos mercados consumidores e fornecedores... os impostos da indústria nacional oneram o seu producto.*²²⁴

Com o decorrer da Guerra a tão esperada valorização da borracha acaba não acontecendo, como reconhecem os redatores da *Revista*: “*Contrariamente ao que tem sucedido a muitos outros productos, a guerra não deu uma chicotada nos preços da borracha*”.²²⁵

Poderemos apontar três motivos, a começar pelo bloqueio marítimo que a Inglaterra impôs aos navios sul-americanos que faziam o comércio de borracha para a Europa, com o objetivo estratégico de cortar o fornecimento deste produto para os países do eixo, que os obrigou a adquirir a borracha asiática contrabandeada, pela sua proximidade com a parte oriental da Europa; o segundo fator foi o espantoso crescimento da produção de borracha asiática, que acabou por eclipsar o produto Amazônico pela grande quantidade disponível no mercado da Europa, sendo maior que o aumento da demanda provocada pela Guerra; e por último, o fato de que os países envolvidos no

²²³ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/08/1914, p. 1.

²²⁴ Assinado por Luciano Pereira da Silva. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/12/1914, p.3-6.

²²⁵ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/08/1915, p. 3-4.

conflito que puderam negociar, preferiram a compra da borracha do tipo fina – de qualidade superior –, pela necessidade de um produto mais resistente e durável. E nesse período que ocorre aqui uma diminuição da produção desse tipo.

Indiferente aos problemas sociais da cidade, a fome, as doenças e a falta de moradias dignas para a maioria do povo carente e excluída dos benefícios da urbanização, a elite amazonense promovia festas e eventos badalados no Teatro Amazonas que serviu de palco para o desfile do luxo da moda parisiense representada nos vestidos das damas vaidosas da sociedade e de um patronato fútil que se mostrava símbolo de uma cultura estranha, de hábitos esquisitos e indiferentes à tradição local.

Lugar das peças européias trazidas a grande custo pelas companhias teatrais de fora do país, o Teatro Amazonas foi, na década de 1900, o centro mundano e político da alta sociedade amazonense²²⁶, entediada com tanta riqueza das exportações, mas sempre preocupada em imitar os gostos e a moda vista nos magazines importados de Paris.

Assim o Teatro Amazonas na época serviu para escamotear uma realidade muito diferente daquela mostrada nos grandes eventos públicos, nos cartões postais e na História contada por quem se propusesse a escrevê-la sob a ótica restrita do olhar burguês. Os trabalhadores ficaram atrás das cortinas, escondidos na sombra dos bastidores da encenação patronal no seu delírio utópico de tentar transformar Manaus num apêndice da França, ou em algo o mais próximo possível da civilização européia.

A necessidade de articular a Amazônia a uma economia internacionalizada sob a égide do capital suscitaram em Manaus dinâmicas novas, muitas vezes em forte antagonismo com os hábitos locais²²⁷. O patronato ignorou costumes sociais e práticas de trabalho de uma massa de trabalhadores que não estava preparada para a atividade extrativista em moldes capitalistas e nem entendia as novas normas de conduta nos espaços públicos que representavam seu lugar de vivência e de lazer bem anteriores a todo este fausto da borracha que durou de 1870 a 1910.

A cidade que se transformou para comportar sua elite enriquecida com o comércio externo, que se preparou para comportar hábitos estranhos e um modo de vida

²²⁶ DAOU, Ana. *Instrumentos e Sinais da Civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense*. In: *Revista da Fundação Oswaldo Cruz*. Rio de Janeiro: Setembro/2000, p. 883.

²²⁷ PINHEIRO, *Op. cit.* p. 104.

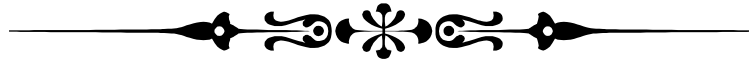
diferente daquele anterior ao período de redefinição dos espaços urbanos, foi também cenário de conflitos e estratégias de dominação ideológica.

Se de um lado tivemos um patronato que se organizava para articular um projeto de controle dos trabalhadores, do outro tivemos homens e mulheres que não aceitavam o aumento da exploração e as práticas institucionais de ajustamento social.

Seja por força das greves ou dos protestos populares o trabalhador reagiu contra as investidas patronais. Agindo á surdina dos grandes acontecimentos públicos da cidade, os trabalhadores articularam-se em torno de movimentos grevistas que, ainda timidamente no âmbito nacional, foram capazes de suscitar no patronato atitudes sutis de repressão, por vezes violentas com o objetivo de silenciar a voz daqueles que nunca souberam se calar para as injustiças e a cooptação.

CAPÍTULO 3

A AÇÃO PATRONAL FRENTE ÀS DEMANDAS DOS TRABALHADORES



A AÇÃO PATRONAL FRENTE ÀS DEMANDAS DOS TRABALHADORES

Quando o discurso patronal, vinculado pela Revista da ACA, alcança o trabalhador urbano suas preocupações e motivações parecem ser de outra ordem. Era preciso conter a crescente massa de desempregados e famintos que ameaçava a ordem pública e os estabelecimentos comerciais do centro, em protestos sociais cada vez mais freqüentes e perigosamente empolgantes contra a elite comercial de Manaus. Daqueles que mais sofreram com a crise das exportações de borracha, a partir de 1910, foram os trabalhadores pobres, desiludidos com o fim do período de prosperidade (com a fantasia burguesa), que, já sem esperanças, passaram então a compor as passeatas de rua e os movimentos grevistas, fossem eles de qualquer ideologia contra a dominação e exploração dos patrões.

Quando a Revista da ACA começa a ser veiculada já há um histórico de protesto popular, de lutas e greves operárias em Manaus. A Associação Comercial do Amazonas precisou elaborar uma estratégia de repressão às greves e a qualquer outra iniciativa mais acalorada de reação e protesto dos trabalhadores que ameaçasse o seu domínio econômico e político sobre a sociedade. Com o apoio das autoridades públicas, muitas vezes foi usada à ação policial como meio de conter a revolta daqueles que cansaram de ficar às sombras dos lucros e dos benefícios da modernidade de uma cidade que se mostrou artificial e bastante excludente para quem não participava dos mesmos círculos de influência e prestígio.

Os pobres urbanos em Manaus foram aqueles que sempre ficaram à margem da chamada “sociedade da borracha”. Ou seja, aqueles que não foram, mesmo no período áureo das exportações, e mais ainda no da crise, beneficiados com os lucros das vendas no exterior, o incremento do trabalho e nem com as melhorias no espaço físico da cidade. Mas, pelo contrário, estiveram expostos a doenças, a criminalidade, a falta de moradia e infra-estrutura e principalmente de melhores condições de trabalho e renda.

Estas centenas de pessoas não eram abastecidas regularmente pela rede de esgoto, iluminação pública ou transporte de bondes. Em sua maioria moravam afastadas

do centro comercial²²⁸ e das áreas mais prósperas, ocupadas pelas famílias dos ricos comerciantes, donos de seringal, banqueiros e outras autoridades locais, para qual a cidade foi sendo re-construída em sua volta.

O incentivo ao ingresso destes homens, desempregados e desiludidos com a situação econômica do Estado. No torno do movimento operário local partia dos sindicatos de trabalhadores e da imprensa operária amazonense que procurava aumentar sua base e ter maior capacidade de mobilização para conseguir pressionar o patronato e o poder público. A organização dos trabalhadores visava direcionar as insatisfações do segmento para o movimento.

Assim, a propaganda de incentivo ao movimento grevista, ao anarquismo e ao sindicalismo na cidade visava canalizar a revolta dos trabalhadores causada pela situação de penúria do comércio e de sua miséria pessoal, em torno de ideologias reformistas e contra a exploração patronal e a omissão do Estado. A crescente mobilização dos trabalhadores em torno de manifestações populares e das críticas pela Imprensa, começava a incomodar:

Deveis [operário] instigar e concitar os vossos irmãos do trabalho para que se congregue aos fracos dando-lhes força; aos tímidos dando-lhes coragem; fazendo-lhes compreender que a covardia é fraqueza... para uma Revolução Socialista Brasileira. ²²⁹

Além do mais, os jornais e sindicatos operários atuavam não apenas na conscientização dos trabalhadores, mas principalmente na sua “educação revolucionária”²³⁰ para que eles pudessem compreender melhor a ideologia e a prática anarquista e/ou socialista sem as distorções feitas pela política patronal contra estas ideologias (o que veremos adiante). A intenção era educar para mobilizar a categoria contra a instituição patronal e a omissão das autoridades. O jornal “A Lucta Social” instruiu os seus leitores que, “*O Anarchismo não é uma causa, mas uma consequência;*

²²⁸ Como comenta Ednéia Mascarenhas Dias, a rede de esgoto atendia apenas o centro da cidade. Op. Cit., p. 24. Veja-se a datação da instalação de alguns serviços públicos: Iluminação elétrica desde 1896; Viação Urbana pela *Manóas Railway Company* desde 1902; esgoto desde a década de 1890.

²²⁹ *Vida Operária*. Manaus, n. 6: 14/03/1920.

²³⁰ “*A conscientização via educação política do proletário, era suficiente para que se chegasse, via direta e espontânea, à insurreição popular, que levaria a derrocada do regime capitalista; só após essa revolução social os trabalhadores poderiam pensar, eles próprios, em reorganizar a sociedade, não se preocupando a priori como ela seria organizada, pois o operário, uma vez livre de toda autoridade constituída, base da exploração do homem pelo homem, saberiam como reorganizar-se*”. SFERRA, Giuseppina. *Anarquismo e Anarcossindicalismo*. São Paulo: Ática, 1987, p. 10.

não é a expressão da loucura política, mas sim a afirmação de uma condição de coisas que está destinado a transformação... é uma necessidade lógica inevitável da sociedade".²³¹

O maior engajamento de trabalhadores em movimentos grevistas e na sindicalização em Manaus coincide com a formação do proletário brasileiro entre 1880 e 1920²³². Contudo se no âmbito nacional teremos a plena formação da classe operária apenas entre 1920 e 1940, no Amazonas o que vimos foi um momento inicial de maior adesão e mobilização de trabalhadores que pareciam motivados mais pela fome e pela busca de uma vida menos miserável do que por uma alguma ideologia rígida de revolução social, embora tais idéias fossem discutidas e tivessem adeptos entre os operários e membros dos segmentos médios urbanos.

A Revista da Associação Comercial do Amazonas no início de sua primeira circulação (1908-1919) sustentava a intenção da organização patronal em fiscalizar estes chamados "grupos análogos", como mais veremos adiante. A instituição patronal local se propunha a fazer frente às demandas dos operários em torno de suas reivindicações, a fim de limitar suas ações e controlar seu movimento.

O objetivo era organizar a categoria patronal em torno da Associação Comercial como meio de gerenciar ações contra grupos e idéias revolucionárias que fossem entendidas como contrárias aos projetos econômicos da elite comercial amazonense e que pudessem de certa forma prejudicar o processo produtivo com a mobilização de trabalhadores em doutrinas consideradas perigosas.

Assim, a visão do patronato em relação ao Anarquismo e as outras doutrinas revolucionárias era a de movimentos fantasiosos, fora da realidade, que faziam acusações sem sentido visando apenas o desequilíbrio da atividade econômica: *"... enquanto essas imaginações doentes as divagam em pleno fetichismo econômico, surgem productores mais aptos e mais hábeis* ²³³". Para os patrões de Manaus, o Anarquismo tomado religiosamente não passava de uma ideologia que não se sustentava por si, era baseada em acusações falsas e desconexas acerca do mundo capitalista.

²³¹ *A Lucta Social*. Manaus, 24/03/1914.

²³² SINGER, Paul. *A Formação da Classe Operária*. 5ª edição. São Paulo: Moderna. 1998, p. 55.

²³³ Nota de um Comerciante ao jornal *Tribuna do Caixeiro*, n. 53. Manaus, Maio de 1909, p. 2.

Da mesma forma como a imprensa era usada pelos líderes sindicais para divulgar suas idéias libertárias e formar a consciência revolucionária na classe trabalhadora contra a exploração burguesa, mesma a imprensa era também usada pelas lideranças empresariais tanto como peça importante em termos de prestação de informações mais amplas, quanto em termos de influência do público sobre as razões e os pontos de vista empresarial²³⁴.

Em geral a grande imprensa foi usada pelos patrões para divulgar suas idéias e reclamações contra líderes sindicais e outras instituições particulares que prejudicassem a economia e seus interesses. Jornais como Tribuna do Caixeiro e Extremo Norte, passavam a divulgar notas de comerciantes, artigos e até Estatutos de outras Associações Comerciais (como a de Santo Antonio do Rio Madeira) para a sociedade como um todo.

A imprensa, portanto, não servia apenas como um veículo de comunicação e denúncias dos trabalhadores ou dos líderes sindicais, mas também do patronato e das suas associações comerciais como uma via de comunicação de seus interesses, idéias e doutrinas. O que importava era a comunicação com a categoria de comerciantes e com a integração à sociedade como instituição pública.

A fraqueza numérica do movimento operário local, dava-lhe apenas poucas possibilidades de fazer a pressão sobre o patronato através daquelas categorias que tivessem o maior peso na organização e funcionamento do corpo social. Da mesma forma a greve seria sempre liderada pelas categorias profissionais que tivessem maior importância no funcionamento do mecanismo social e econômico, sendo por isso, muitas vezes acompanhada por outros segmentos trabalhistas com menor relevância²³⁵.

Por este e outros motivos, como a falta de uma maior consciência de classe e a presença de uma forte repressão do Estado, podemos dizer as estas organizações operárias não gozaram de uma existência estável naquele período²³⁶. Neste ponto, os sindicatos representariam o agrupamento das causas de todos os trabalhadores contra as exigências patronais na tentativa de elaborar um discurso comum a todos os segmentos

²³⁴ Cf. CASTRO GOMES, Ângela de. *Burguesia e Trabalho. Op. Cit.*, p. 135.

²³⁵ AVELINO, Alexandre Nogueira. *Trabalhadores e Patrões: o discurso de suas organizações (1891-1920)*. Manaus: UFAM, 2005. Monografia de Curso de Especialização.

²³⁶ ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 34.

de trabalhadores da cidade como forma de maior atuação junto ao segmento dos patrões.

*É criar uma força capaz de resistir as exigências patronais... todos os operários que têm interesses idênticos ao do agrupamento... a sua ação não se limita a reclamação exclusivamente de seus membros; não é um agrupamento particularista, mas profundamente social.*²³⁷

A mobilização conjunta, unindo todas as categorias de trabalho, era apontada pelas lideranças dos movimentos operários como a melhor forma de fazer-se visível junto ao Estado e a instituição patronal. Mas para isso era importante “... desenvolver a consciência associativa²³⁸” entre todos os trabalhadores da cidade de forma a promover a coesão de ações e a uniformizar as falas.

A dispersão de alguns trabalhadores da organização sindical e mesmo sua omissão ou acomodação em relação às práticas dos patrões de aumento do trabalho e diminuição dos rendimentos, era algo a ser combatido dentro da categoria pelas lideranças este era o caminho para o sucesso no processo de formação de uma organização de trabalhadores que fizesse frente a instituição comercial. Como forma de,

*Promover a união de todos os membros salarizados da classe gráfica desta cidade e procurar por todos os meios modificar as suas condições... estreitar os laços de solidariedade com o operariado em geral, apoiando qualquer movimento reivindicador, não só de sua classe como de qualquer outra.*²³⁹

O que se tentou com os líderes do movimento sindical no Amazonas foi uniformizar o discurso dos trabalhadores em torno de uma ideologia revolucionária definida. A criação de vários sindicatos com a formulação de seus estatutos apontava para uma integração com o movimento operário nacional²⁴⁰. Reuniões e eventos eram realizados para definir estratégias de mobilização daqueles trabalhadores que, todavia, pareciam mais preocupados em sair da miséria do que em transformar a sociedade.

Para os trabalhadores, até mesmo para aqueles que não estavam tão engajados no movimento sindical local, havia a certeza de que os seringais não trariam prosperidade

²³⁷ *A Lucta Social*. Manaus, n. 2: 01/05/1914.

²³⁸ Estatuto da Federação Operária do Amazonas (1º Parágrafo). In: *A Lucta Social*. Manaus, 1914.

²³⁹ Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores Gráficos. In: *A Lucta Social*. Manaus, 1914.

²⁴⁰ O 1º Congresso Operário Brasileiro (em 1906) marcava uma maior tentativa de normalizar o movimento operário nacional. Evoluindo para a formação da Confederação Operária Brasileira (em 1908). Todos os sindicatos operários amazonenses, por sua vez, estavam em sintonia com os ditames da Confederação Operária Brasileira.

e a garantia de uma vida melhor como antes. Para aqueles trabalhadores da época, “É preciso buscar terra, deixando de parte a cegueira da phantasia dos seringais²⁴¹”.

Logo, a justificativa do patronato em diminuir os salários, aumentar a jornada de trabalho e diminuir os benefícios dos trabalhadores em torno da possibilidade de poder salvar a praça comercial e os seringais da falência, para os trabalhadores não passavam de mais uma falácia dos patrões para aumentar ainda mais seus próprios lucros, deixando-os na mesma miséria: “Desgraçadamente a nossa população entrega-se exclusivamente a outros labores [fala do extrativismo da borracha] deixando esquecida a agricultura que incontestavelmente é o mais forte continente progressista de um paiz”.²⁴²

Evidentemente que uma das críticas feitas pela ACA ao sindicalismo local era a de que eles estariam promovendo a dispersão dos seus trabalhadores da atividade de coleta da borracha e, por conseguinte prejudicando a já penalizada economia do Estado num momento em que era preciso aumentar a produção e diminuir os custos para concorrer com os asiáticos, conforme vimos nas falas do patronato nos capítulos anteriores.

Os motivos para se fazer greve era quase sempre os mesmos para os trabalhadores da cidade e das zonas de extração²⁴³, ou seja: os baixos salários pagos e as jornadas prolongadas de trabalho. Para os empregados, seus rendimentos eram insuficientes para comprar comida e manter suas famílias, ao passo que o aumento das horas de trabalho não compensava os rendimentos adquiridos.

Para muitos trabalhadores, os acidentes de trabalho, a falta de assistência médica e o ambiente de trabalho insalubre, causavam doenças e mortes que não era recompensado ao final do período de trabalho. Na falta de diálogo e de atenção dos patrões, a greve era quase sempre o único e melhor meio de reivindicar aumento salarial e diminuição das horas exercidas.

Um exemplo disso foi uma greve ocorrida em 1919 entre os motoristas, condutores e operários da construção civil (pertencentes à Associação das Quatro Artes) em reivindicação às 8 Horas de trabalho diário. Muitos trabalhadores passavam a se

²⁴¹ *Extremo Norte*. Manaus, n. 13: 01/09/1913, p. 3.

²⁴² *Paládio*. Manaus, n. 33: 10/06/1909, p. 1.

²⁴³ AVELINO, Op. Cit., *passim*: 1º capítulo.

mobilizar com o apoio de outras categorias em torno de praticamente os mesmos objetivos junto aos seus patrões.

Além de provocar divergências com os comerciantes da cidade quanto à questão das mudanças nos horários de saída dos vapores e a cobrança de taxas indevidas em seus vapores, a *Manáos Harbour* era alvo também de corriqueiras greves de seus empregados por aumento salarial ou mesmo o pagamento dos salários atrasados. Em duas greves ocorridas em Janeiro e Março de 1911 vemos que a ACA manteve-se apenas como mediadora entre as partes:

*A Directoria da Associação Commercial... pregou todos os seus esforços para ver se era possível estabelecer um accordo entre os grevistas e a Manáos Harbour Limited, que era a única a repellir as novas tabelas de diárias e salários... e apos alguns dias de inevitáveis conferências... prompticou-se a aceitar aquellas tabelas. Immediatamente os estivadores voltaram ao trabalho.*²⁴⁴

Contudo, estas greves representavam mais que manifestações de descontentamentos de funcionários das empresas portuárias buscando garantias de trabalho não cumpridas. Parecia haver entre a ACA e alguns líderes sindicais certos acordos pressionar estas companhias concessionárias para o cumprimento de seus contratos e acordos com os comerciantes da cidade.

Notas da Revista da ACA, como estas acima, sobre que os estivadores faziam greve para a *Manáos Harbour* fazer cumprir as novas tabelas diárias de salário, eram postas como uma forma indireta de diminuir o prestígio destas concessionárias junto à sociedade, facilitando a ação do patronato contra os freqüentes abusos contratuais feitos por estas companhias com os comerciantes de Manaus. As divergências entre estes dois segmentos do patronato eram constantes.

Para o patronato amazonense estas greves não passavam de uma baderna provocada por pessoas consideradas agitadores e preguiçosos. Entendidas assim, a ACA agiria de forma a classificá-las sempre como “agitações oportunistas”, que ocorriam em momento de crise na diminuição dos lucros do patrão, e que por isso, deveriam ser

²⁴⁴ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/01/1911, p. 05. Em outra nota pode-se ler: “Exigiam os grevistas o aumento de salários e certas garantias para o trabalho, além de certos e determinados dispositivos dos Estatutos da Associação Beneficente dos Estivadores recentemente organizada... a *Manáos Harbour* aceitou a tabela de salários”. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/03/1911, p. 16.

reprimidas em nome da garantia da retomada do crescimento econômico da Praça Comercial.

A Associação Comercial deixava a entender a necessidade de se punir aqueles que se lançavam nestes movimentos grevistas contra os empreendimentos comerciais de Manaus. Os que se aventuram nas greves, segundo a ACA, estavam em busca de aumentar ainda mais seus rendimentos, e estariam penalizando seus patrões com mais esta despesa. Os patrões deveriam então castigar os trabalhadores baderneiros que se prestavam a atrapalhar o processo produtivo e o crescimento da sociedade: *“Acabe-se com a indisciplina industrial e commercial, estabelecendo-se crédito apenas para os que trabalharem deixando-se os preguiçosos levar uma vida digna delles”*.²⁴⁵

Mas devemos entender que a atuação do patronato frente às greves operárias não ocorre apenas pelo lado punitivo, da demissão e das multas. Este relacionamento é dominado claramente por uma série de iniciativas que oscilam da mais dura e simples repressão até uma série de concessões face às reivindicações dos grevistas²⁴⁶. O que se queria de fato era depreciar as manifestações operárias enfraquecendo seu processo associativo.

A demissão muitas vezes era substituída por descontos nos salários, horas a mais de trabalho, multas e acreditamos até mesmo castigos corporais que puderam ter ocorrido como forma de punir aqueles grevistas. A greve para o patronato nunca era entendida como um ato reivindicatório por melhores condições de trabalho, elas sempre eram taxadas como ações de arruaça movidas por pessoas que queriam ter uma “vida mansa”, sem muito trabalho.

Em 1917, uma onda de grandes greves ocorreu pelo Brasil, chegando ao Amazonas. Foram realizadas pela diminuição da jornada de trabalho e marcaram um dos períodos mais ativos na história das organizações operárias, durante a Velha República²⁴⁷. O surto de greves de 1917 a 1920 estimulou a organização operária nacional, assim como a do próprio patronato.

²⁴⁵ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1912, p. 1-2.

²⁴⁶ CASTRO GOMES, Ângela de. *Burguesia e Trabalho*. Op. Cit., p. 133.

²⁴⁷ *“Em 1917, uma onda de grandes greves ocorreu pelo Brasil todo... Os anos de 1917 até 1920 marcaram um dos períodos mais ativos na história das organizações operárias, durante a Velha República, antes que o movimento operário fosse esmagado pelo Governo”*. HAHNER, June. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Editora Universidade de Brasília: p. 306.

Para a ACA, questões como diminuição no horário, melhoria das condições de trabalho e o aumento dos salários pagos eram pontos imponderáveis para a política patronal em relação à economia da região. Mesmo sob a alegação de não poder se sustentar com tão pouco rendimento em troca de uma dura rotina de trabalho semanal, os patrões pareciam entender de outra forma as reivindicações dos seus empregados.

Pelo menos no que se referia aos salários pagos aos trabalhadores, a idéia era de se manter o sistema flutuante de pagamento em lugar de se adotar o sistema fixo, como queria os empregados. O sistema de pagamento flutuante determinava os pagamentos conforme o rendimento de cada trabalhador no período de seu trabalho individual; ou seja: ganhava mais, quem trabalhava mais.

*Enquanto que pello regimen de salário prefixado, igualan-se as actividades e as energias humanas em uma recompensa pouco eqüitativa... o nosso regimen indígena, mixto de relações inspiradas simultaneamente pello commercio e pella indústria, é o mais apto para fazer sobressahir o trabalho e a atividade aliado a inteligência humana.*²⁴⁸

Tal política salarial adotada comumente pelos donos de seringal visava manter sempre equilibrada sua receita em virtude das oscilações no preço de venda da borracha exportada da Amazônia. Ao passo que o pagamento de um salário fixo poderia desequilibrar seus lucros nos momentos em que o valor de venda não compensava as despesas do patrão com a folha de pagamento.

Além do mais, havia a idéia de que para o patronato os trabalhadores ganhando mais pudessem ser facilmente levados a gastar esse chamado excedente em bebidas e com a prostituição, o que naturalmente atrapalharia o exercício de sua atividade no outro dia.

Para Jorge Street dever-se-ia “pagar salários baixos, pois os operários gastam em coisas fúteis ou inúteis²⁴⁹”. Por isso também se preferia adotar o sistema flutuante de pagamento, não incentivado o trabalhador a gastar em vícios condenados. Havia o pensamento de que qualquer benefício a mais na renda dos empregados poderia representar um incentivo a eles para a vadiagem.

²⁴⁸ Conferência do Dr. Carlos Chauvin. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/07/1914 p. 1-3.

²⁴⁹ In: GORENDER, Jacob. Op. Cit., p. 46.

O certo era que, ao final do período de trabalho, que poderia ser semanal, quinzenal ou mensal, o salário pago era quase sempre inferior ao esperado ou combinado desde o começo. Os descontos por multas pelas mais variadas causas e até a cobrança pelo uso das ferramentas, da moradia ou da alimentação dos seus funcionários, servia para o patrão pagar salários dissociados com a atividade exercida por seus empregados.

Em busca de uma identidade coletiva e de maior coesão da categoria o patronato amazonense agiu no sentido de construir um discurso que legitimasse as suas ações perante a sociedade e os seus trabalhadores por meio da exteriorização de um inimigo comum as duas classes, visado à superação do contexto desfavorável as exportações de borracha do Vale Amazônico.

O discurso de construção de um “inimigo comum” tal como elaborado pelo patronato em torno da indústria da borracha Amazônica através da Revista da ACA, era uma estratégia que visava criar um campo de coesão entre os interesses do patronato e as necessidades dos trabalhadores.

A concorrência asiática era apontada como a causa dos desempregos e da carência dos trabalhadores o que levava a situação de crise geral do comércio da cidade. Era necessário que os trabalhadores acatassem as determinações dos seus patrões contra o “perigo asiático” nocivo aos interesses de toda sociedade *manauara* e provocado pelo inchaço do mercado externo com uma produção astronômica de goma.

TABELA 9
Produção Asiática de Borracha
(valores em toneladas)

Ano	Toneladas
1905	145
1910	800
1912	28.000
1914	71.000
1915	107.000

Fonte: BURNS. *Manaus, 1910: retrato de uma cidade em expansão*. 1966, p. 15.

O discurso salvacionista da Revista da ACA dava destaque ao regionalismo, enfatizando não apenas a excelência das terras e das gentes do norte, como também

marcando o estranhamento entre o contexto regional e nacional. Numa primeira vertente, esse regionalismo assumia uma aura romântica, onde o elemento caboclo, a floresta, a abundância de recursos naturais e o amor do povo a sua terra serviam para a construção de uma identidade coletiva que enfatizava a igualdade entre as classes e destacava os seus valores comuns e a tradição de solidariedade.

Numa segunda vertente, o regionalismo assumia uma dimensão política, denunciando o descaso do governo federal para com os estados do norte: *“A União tem preconceitos com o norte, e a ACA, que esse tempo todo propôs soluções vem sendo ignorada pela União”*²⁵⁰. Isso era usado pela elite econômica local como forma de pressionar as autoridades estaduais para garantir benefícios financeiros como também para mascarar suas divergências com os trabalhadores *redirecionando* suas insatisfações.

Conforme Richard J. Blackburn através da história as classes dominantes têm sido capazes de legitimar a sua dominação invocando um inimigo comum ou fictício, como fonte de alguma ameaça iminente a toda a sociedade, facilitando a cooperação entre os segmentos do poder e justificando medidas de austeridade diante das classes subalternas²⁵¹.

Para a ACA, dizer que a crise, que a exploração dos patrões e mesmo a situação de penúria dos trabalhadores era causa da concorrência asiática, derivada de um contexto externo além da vontade ou da chamada ambição do patronato amazonense serviria para justificar práticas de endurecimento da rotina de trabalho, através da exteriorização dos seus motivos.

A *“revolta do território do Acre (1º de Julho de 1910)”*²⁵², que chegou a levar vários populares a protestarem contra o Governo local, chegando a tomar prédios públicos, representou um episódio da época em que o discurso de exaltação a economia e a preservação dos costumes regionais puderam suscitar mobilizações que estimulassem

²⁵⁰ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/11/1916, p. 1-2.

²⁵¹ BLACKBURNS, Richard James. *O Vampiro da Razão: um ensaio de Filosofia da História*. São Paulo: UNESP, 1992, p.301.

²⁵² *“No dia 8 do corrente foi restabelecido o regimen legal em toda a sua plenitude, tendo assumido as funções de prefeito o 3º vice-prefeito Capitão Miguel Teixeira... Ao Governo competente agora ser generoso para um povo que tão heroicamente tolera sem recriminação este regimen usurpador de prerrogativas e direitos que a todos os brasileiros é dado gozar... que elle acelere a votação de medidas que entreguem aos acreanos o gozo de direitos constitucionaes”*. Francisco Freire de Carvalho. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/11/1910, p. 3.

as autoridades do centro a tomar mais rapidamente atitudes favoráveis à ajuda e a proteção dos interesses dessas áreas periféricas.

Segundo a ACA, a revolta foi provocada pela massa de *despossuídos* da região que estaria cansada da miséria, da fome e dos abusos da *Manáos Harbour*, já que esta onerava ainda mais a sua borracha, provocando desemprego e falência de seringais. Por isso, os revoltosos tomaram o controle de instituições públicas da capital do território na expectativa de chamar a atenção do presidente da República para a situação calamitosa em que estavam com a desvalorização da vossa borracha. E com isso tentavam mudar a postura omissa da União em relação às economias do norte do país. Para a ACA

*o beneficiamento obrigatório da borracha federal é um dos maiores absurdos que se está praticando com aquele Território... nem a Alfândega, nem a Delegacia Fiscal, julgaram ainda o caso digno, ao menos, da mais simples controvérsia... a retenção da borracha acreana nos armazéns da Manáos Harbour Limited representa apenas um arbítrio de seus directores, permittido por uma mal entendida condescendência d'Alfândega... a exigência de uma sello proporcional, esse outro abuso, então ultrapassa os limites da verossimilhança... obrigam-nos a appellar para o novo e illustre Delegado Fiscal no sentido de cessar um estado de cousas que, parece incrível, permaneça... na nossa praça.*²⁵³

O golpe na verdade foi um protesto realizado pelos populares sob a direção da elite acreana, tendo a sua frente o mais rico seringueiro do Acre, na época o coronel Francisco Freire de Carvalho, que se valendo de um discurso regionalista, insuflou as massas (na maioria seringueiros) para conseguir vantagens próprias frente às autoridades estaduais:

*Appelando para os sentimentos liberais de nossos homens públicos, protestando contra o descaso dos poderes públicos para com o Acre, descrentes das promessas... não foi o nosso intuito humilhar o Governo impondo condições... queremos a sua soberania em todos os pontos do Território.*²⁵⁴

Para a ACA estava claro que a Amazônia era para o sul do Brasil um caso perdido. A sua fala voltou-se então, para a invocação do regionalismo com a valorização dos trabalhadores da cidade, da floresta, de seu folclore e de sua economia frente o restante do país como forma de anular as divergências internas entre trabalhadores e patrões. Esse discurso visava articular um consenso e por ele, conseguir o apoio de todos os

²⁵³ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 05/10/1909, p. 2-3.

²⁵⁴ Revista da Associação Comercial do Amazonas, 10/11/1910, p. 2.

seguintes da sociedade para ter do Governo Federal a ajuda aos produtores e comerciantes contra a concorrência internacional.

*Se a União quizesse ver o perigo que ameaça o seu segundo producto de exportação, e seguramente para o seu serviço de divida externa muito mais importante que o café, é de crer que já tivesse acudido com o seu auxilio... não é só o preço do nosso segundo producto de exportação que sofre maior depressão. O orçamento da União também se desequilibra na receita da borracha federal.*²⁵⁵

A mesma classe patronal que impunha limitações aos trabalhadores procurando determinar seu modo de vida e sua relação social mostrava-se inversamente limitada por uma situação nacional desfavorável as suas pretensões econômicas e políticas. Sentia-se diminuída por uma oligarquia tradicional de raízes profundas na estrutura política e social do país e por um quadro internacional no qual o imperialismo econômico “engolia” as economias periféricas para se expandir.

A justificativa da crise e, por conseguinte do aumento do número de desempregados e famintos no Estado, não estaria na ganância ou na incompetência dos produtores de borracha do Amazonas, como alegava muitos sindicatos de Manaus, mas num contexto nacional desfavorável ao investimento na produção Amazônica e na concorrência desleal da produção de goma principalmente na Ásia.

Conforme a ACA frequentemente divulgava em notas pela sua revista mensal, uma vertente de ação para equilibrar a economia da borracha no norte do país estaria em colocar em prática algumas medidas eficazes de ajuda financeiras e protecionistas pelo Governo Federal aos produtores e ao comercio exportador da região; além de outras já comentadas como a diminuição dos custos de produção, a sua modernização e qualidade.

No entanto o quadro nacional parecia desfavorável à implementação de quaisquer projetos mais contundentes por parte do Governo²⁵⁶ para amparar as praças comerciais do norte contra a avalanche asiática. Enquanto lá se via a produção crescer em passos largos na sua área cultivada e no capital investido, o que se refletia numa economia mais técnica e de volume maior que a Amazônica, a nossa sofria com técnicas arcaicas de extração e baixo investimento produtivo.

²⁵⁵ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/01/1911, p. 4.

²⁵⁶ O Déficit da União em 1911 era de 56.662.883\$899; Houve decréscimo do saldo positivo da Balança Comercial do país que em 1915 era de 22.886\$000 para em 1916 ser de 16.400\$000. Fonte: *Revista da Associação Comercial do Amazonas* (1908-1919).

TABELA 10
Área Cultivada e Capital Investido nos Seringais da Malásia

Anos	Área Cultivada (Acres)	Capital Investido (Libras)
1876-1896	50.000	50.000
1907	93.000	5.580.000
1916	500.000	113.083.000

Fonte: *Revista da Associação Comercial do Amazonas* (1908-1919).

Por isso, segundo o discurso patronal, a chamada agiotagem do patrão, acusada pelos sindicatos como uma prática contrária aos interesses dos trabalhadores, estaria justificada pela *necessidade exterior* de se fazer equilibrar as contas da empresa em torno de uma economia internacional muito oscilante, que nem sempre tornava possível manter os custos com os salários pagos aos seus funcionários e os lucros da firma.

Logo, era primordial que o patronato usar-se de medidas financeiras, como corte de salários, de benefícios e até demissões, para gerar algum capital circulante durante o período de diminuição do preço para a venda do quilo da goma. A justificativa dos patrões estaria sempre na necessidade de manter o empreendimento comercial e os empregos dos seus funcionários, embora sempre com remuneração baixa. A própria “agiotagem” do patrão aparece, nessas falas, como sendo

*em parte justificada pella necessidade de equilibrar a sua conta de lucros... A tariffa alfandegária realmente influi na alta do preço dos gêneros alimentícios... Devemos plantar outras culturas como o arroz, feijão, cacau... e baratear e melhorar os transportes... produzir somente a borracha fina e baratear a mão de obra, para competir com a asiática... o Governo Federal não deve poupar esforços para salva-la... diminuir os impostos... importar o trabalhador asiático.*²⁵⁷

O que se via de fato na política econômica do patronato, eram práticas especulativas no pagamento dos rendimentos aos seus empregados, que representavam sempre uma penosa despesa para eles. A intenção era diminuir ao máximo os custos com a mão de obra, investimentos em segurança e corte de benefícios para que mesmo em momentos de queda nos valores de venda o comerciante pudesse manter seus rendimentos num patamar positivo.

A contestação da crise nos jornais operários de Manaus aparecia como a *contra argumentação* dos trabalhadores ao discurso patronal para aumentar a extração da mais

²⁵⁷ Cf. Eloy de Souza. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/01/1914, p. 5-11.

valia na força de trabalho. Enquanto os patrões exteriorizavam a causa da diminuição dos rendimentos, da situação de pobreza e mesmo da perda de postos de trabalho, para os trabalhadores os patrões simplesmente mentiam apenas para aumentar a exploração, o que obviamente gerava greves e protestos cada vez mais freqüentes pela cidade.

*Os burguezes pançudos e encharcados de dinheiro querem nós matar de fome... o Zé Povinho é quem paga o pato, pois os malditos... além de explorarem escandalosamente, ainda acham pouco e agora inventam que a crise os arruína... fecham as portas de seus estabelecimentos, pouco se importam que os pobres morram a mingua, porque eles são ricos e nada lhes faltam.*²⁵⁸

Logo, fosse pela justificativa da perda de mercados e da queda do preço de venda da borracha por conta dos produtores asiáticos, ou então pela necessidade de equilibrar suas finanças por causa do aumento das despesas e dos prejuízos, o que poderia gerar desemprego e perda de renda aos trabalhadores, estas argumentações configuravam-se ao mesmo tempo para o patronato como uma forma de manter seus rendimentos num patamar aceitável e compatível com a manutenção de sua qualidade de vida, como também servia para possibilitar o acúmulo de algum capital para manter sua firma e o controle sobre seus empregados por meio de baixos rendimentos.

O tratamento mais rigoroso das autoridades públicas e do patronato para com os trabalhadores era justificado pela imagem preconceituosa e estereotipada sobre o seu cotidiano e costumes²⁵⁹. Eles eram entendidos pela elite como uma classe inferior, formada de indivíduos de hábitos rudes, desprovidos de conhecimento mais especializado, incapazes de exprimir sentimentos mais sofisticados e de produzir algo delicado e fino.

Para o patronato amazonense a melhor maneira de tratar aqueles homens grosseiros, acostumados à ignorância e a brutalidade, era através de uma “pedagogia da violência”, que direcionasse ações chamadas educadoras e inibidoras dos comportamentos considerados inadequados dentro do contexto da produção econômica e das relações sociais nos novos espaços urbanos.

²⁵⁸ *O Chicote*. Manaus, n. 13: 27/09/1913, p. 2.

²⁵⁹ “O pobre é uma ameaça pelo potencial destrutivo que se apresenta na forma coletiva... Dessa maneira, o pensamento político e o econômico se encontram com a presença efetiva das concentrações humanas para o trabalho no ponto em que se entrecruzam ainda com o saber sanitário do médico e do engenheiro”. BRESCIANNI, Maria Stella. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cidade: História e Desafios*: p. 27.

Discutindo o contexto paulista, Margareth Rago menciona a visão da elite cidadina acerca do universo social dos trabalhadores, descrevendo-os como uma população pobre, representada como animalidade pura, dotada de instintos incontroláveis, assimilada a cheiros fortes, a uma sexualidade instintiva, incapaz de elaborar idéias sofisticadas e de exprimir sentimentos sofisticados²⁶⁰. A justificativa do tratamento mais duro sobre os operários recaía sobre esta representação imagética do patronato de algo que não conheciam realmente.

Para a classe patronal era necessária a vigilância constante sobre os trabalhadores, tanto para evitar a sua associação em movimentos ideológicos revolucionários como na segurança dos estabelecimentos comerciais e na qualidade da produção econômica do Estado. Os patrões acreditavam que o trabalhador era um tipo rude e ignorante que não cuidava do seu próprio sustento e acabava prejudicando a economia do seringal com seu suposto vandalismo, por isso os discursos patronais buscavam desestimular tais práticas, asseverando

*que o extractor da borracha se convença da improficuidade dos processos de fraude que emprega infelizmente, com freqüência no fabrico... acarretam a borracha Amazônica um descrédito... É notório o verdadeiro vandalismo que impera em inúmeros seringas... sucessivos maus tratos e evidente desprezo que retribuem sua fecunda prodigalidade... Devemos ter em vista que os seringas precisam de repouso depois de continuadas safras... Por todas essas razoes me parece de bom aviso auctorisarmos o Governo a regulamentar o corte das seringueiras... cuidando da borracha desde o plantio methodico e persistente, até a fabricação esmerada e honesta.*²⁶¹

mas é evidente que se continuar a ser mal cuidada, e se seus extractores não lhe prestam os cuidados que ella mereça, não pode deixar de se sujeitar a uma depreciação... do descuido [ainda do extrator] de quem a colhe e beneficia, daquelles que devem ter sempre o maior interesse em valorizar a sua indústria.

²⁶²

Dentro do imaginário burguês, era certo que o extrator fazia fraude no fabrico para ter mais lucro junto ao patrão, e isso prejudicava a produção de borracha na Amazônia, favorecendo ainda mais o similar estrangeiro. Sua natureza mundana e sua

²⁶⁰ RAGO, Op. Cit., p. 175: "... o povo infecto e selvagem... torna-se objeto crescente de uma pedagogia autoritária, que pretende ensinar-lhe hábitos de higiene, de comportamento e de disciplina geral", p. 170.

²⁶¹ Mensagem do Governador do Pará João Coelho à Associação Comercial do Amazonas. In: *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/11/1909, p. 4.

²⁶² *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/01/1910, p. 5

predisposição a baderna e a agitação social incitavam a ACA a adotar uma estratégia de repressão e controle aos trabalhadores.

O controle do espaço de trabalho fazia-se como medida indispensável à manutenção da rotina produtiva da empresa como da sua ordem interna. No local de trabalho as figuras do capataz, bem como o fiel e o apontador geral, encarnavam a autoridade e o poder das companhias²⁶³. Além de assegurarem a não-quebra do ritmo de produção e personagens acabavam canalizando para si toda a insatisfação e repressão para com o patrão.

Como indivíduos, os empregados eram anulados de seu caráter humano em nome do estigma de da necessidade de um tratamento mais severo, proposto pelos patrões que percebiam neles pessoas merecedores de um relacionamento áspero e embrutecedor que limitasse suas ações e garantisse a reprodução do capital (o que de outra forma não seria possível).

A dicotomia existente entre o mundo da produção e do capital com a irracionalidade do amor tornou-se gênese do mesmo processo de “domesticação” dos atos tidos como brutais do trabalhador dos seringais como um modo de minimizar os efeitos da exploração do patronato.

Conforme Alan Macfarlane, o complexo do amor romântico pode ser visto como uma das compensações para a solidão e o isolamento de uma sociedade desigual e associativa²⁶⁴, onde no contexto dos seringais o elemento do amor serviria bem a intenção de conter sentimentos rebeldes e atitudes ásperas por parte daqueles homens isolados na plenitude da selva.

Os comportamentos nômades, rebeldes e até animaisos dos trabalhadores dos seringais eram canalizados para o ajuste em comportamentos amorosos através da vinda de mulheres para o ambiente solitário e monótono do seringal e da selva, como forma de levar alento e paz à um lugar propenso à loucura e a atos desesperados.

Segundo o discurso da ACA, outro problema causado pelo aspecto da suposta inferioridade mental e do estado primitivo dos trabalhadores dos seringais do Amazonas

²⁶³ PINHEIRO, Op. Cit., p. 110.

²⁶⁴ MACFARLANE, Alan. *A Cultura do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar: p. 161.

era o dos casos de brigas provocadas pelo isolamento e a solidão na selva²⁶⁵; sem distrações, e sem o que fazer de melhor nas horas vagas, acabavam por agi como bestas se matando por qualquer coisa.

Conforme Adélia E. de Oliveira os trabalhadores dos seringais viviam na miséria, com impaludismo e disenteria, sem distrações, isolados, com falta de mulheres, o que levava aos problemas de homossexualidade, carência de amor e de companhia²⁶⁶.

Para o patronato da ACA o problema seria resolvido da mesma forma como se acalmaria animais selvagens no cio: “... *A falta de mulheres tem sido a causa de muitos crimes*”²⁶⁷. Presumimos que acontecia o deslocamento de mulheres para as áreas de extração afim de “trazer amor” aquele lugar embrutecedor. Esquecia-se, por outro lado, a carência de comida, de lazer, de vestuário, de uma vida digna e prospera em nome de estereótipos e da má interpretação desses sujeitos esquecidos no inferno dos seringais, entregue á escravidão do extrativismo.

Naquele ambiente isolado do seringal, eram comuns casos de brigas, mortes e mesmo de homossexualismo entre os extratores. O fato de muitos irem para o seringal sem suas famílias, o próprio ambiente rústico e insalubre, contribuía para o isolamento daqueles homens que não dispunham de alternativas para aliviar suas dores, solidões e frustrações do trabalho.

Conhecedor disso o dono do seringal procurava meios de diminuir as tensões em um lugar que se naturalmente se tornava por vezes um “barril de pólvora”. Por isso, os seringueiros, no seu infortúnio, encomendavam aos patrões e estes aos aviadores, mulheres como encomendavam gêneros alimentícios, utensílios, roupas e etc.²⁶⁸.

Aquém de qualquer conceito mais humanista, podemos perceber que o gênero feminino no mundo dos seringais, cercado de homens rústicos e gananciosos, quase que sempre esteve associado a alguma coisa mais próxima de um utensílio doméstico,

²⁶⁵ “Solidão, isolamento, abandono, ausência de sociabilidade. Estas são algumas das marcas paradoxais do trabalho na selva”. HARDMAN, Francisco Foot. Op. Cit. p. 121.

²⁶⁶ Cf. OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. *Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII-XX)*. In: *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*. Belém: Número 1, 1988, p. 104.

²⁶⁷ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/04/1912, p. 3.

²⁶⁸ WOLF, Cristina. *Mulheres da Floresta: uma história (Alto Juruá, 1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 72.

descartável às vezes, do que de algo dotado de sentimentos que poderiam ser feridos e magoados com a exploração e banalização de seus corpos.

Sem fugirmos do contexto da época, não podemos deixar de lado à idéia do feminino sempre ou quase sempre ligado a noção de inferioridade não apenas física, mas também e até intelectual. A situação era mais visível e marcante quando nos reportamos a prostituição, pois aquelas mulheres, “de vida fácil”, eram ainda mais banalizadas no ideário masculino, mesmo entre homens públicos aparentemente mais letrados.

Para resolver tais problemas de brigas e homossexualismos nos seringais do interior do Amazonas, a mulher, prostituta e discriminada, tida até como mercadoria passível de controle nas contas dos donos de seringais, eram transferidas para as zonas de extração a fim de trazer mais alento àquele ambiente potencialmente perigoso:

*A policia de Manaus, por ordem do governador do Estado, fez requisição nos hotéis e cabarés dali de umas cento e cinqüenta rameiras. Com tão estranha carga encheu-se um navio com a missão de soltar, de distribuir as mulheres em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá... Amigaram-se todas, não faltou pretendente.*²⁶⁹

Esquecidos e cada vez mais afastados do centro da cidade, passando a morar em bairros com uma deficitária estrutura urbana, os trabalhadores urbanos da cidade de Manaus iam sendo empurrados pelos projetos modernistas de construção das vias públicas, das casas dos barões da borracha e de melhores dos canais para o escoamento da produção comercial.

Homens e mulheres que lutavam para assegurar seu modo de vida, seus costumes e tradições culturais ficaram alijados das decisões políticas e dos benefícios sociais e econômicos por uma elite que se preocupava em assegurar seus cargos e rendimentos.

O patronato atuava no sentido de garantir a máxima repressão das exigências operárias com a mínima perda de produtividade no trabalho. Por meio da disciplina e ordenação dos espaços físicos da cidade ou do controle e vigilância do cotidiano dos trabalhadores fora da fábrica, o patronato elaborou um *panótipo* (significa vigilância total do individuo) que compreendia a *higienização*, o policiamento e a repressão ao movimento grevista.

²⁶⁹ Idem, p. 72.

A cidade de Manaus no começo do século XX era um contraste social: centro do poder econômico da borracha e lugar de pobres e doenças. O Amazonas tinha índices populacionais bem menores às de São Paulo e Rio de Janeiro, mas já havia a preocupação de suas autoridades com a ordenação de seus espaços para uma massa crescente de desempregados, pessoas sem moradia e para os imigrantes. Para o ideal burguês de progresso da cidade, a pobreza era vista como perturbadora a uma pretensa harmonia.

TABELA 11
Dados Populacionais Brasileiros em 1912

Localidade	População
Brasil	22.215.000
São Paulo	3.397.000
Rio de Janeiro	968.000
Amazonas	279.000
Acre	65.000

Fonte: *Extremo Norte*, 01/02/1913.

A relação da elite com o espaço urbano era caracterizada não só por um projeto arquitetônico de embelezamento de suas vias e construções luxuosas, mas como estratégia de ordenação dos afazeres cotidianos e dos modos de vida entre aqueles que detinham o poder econômico e político e os pobres excluídos deste cenário. Ou seja, delimitando-se o espaço para a moradia, tornava-se mais fácil exercer o controle social sobre a prática de vida dos trabalhadores²⁷⁰.

Manaus seria o lócus por excelência do fazer civilizatório, com a constituição de elementos que representassem modelos de progresso e da presença do domínio humano sobre o selvagem e o antigo: a Igreja da Matriz como símbolo da chegada do poder civilizatório cristão; os Jardins como símbolo do domínio do homem sobre a natureza; o Teatro como centro de socialização da elite amazonense.

Os espaços seriam construídos e organizados segundo uma estratégia patronal que visava determinar e delimitar as relações de trabalho, o lazer, o convívio e até os lugares de protesto dos trabalhadores. Os espaços citadinos eram arrumados segundo as exigências do capital e as aspirações de sua elite.

²⁷⁰ DIAS, Op. Cit., p. 57.

Ao mesmo tempo a cidade incorporava as desigualdades, um “lixo social” que segundo o patronato deveria ser “varrido” pela construção imagética da cidade do fausto da borracha para os subúrbios distantes das avenidas e das praças do centro comercial e portuário de Manaus.

Escondiam-se os mendigos, as prostitutas, restringiam-se as festas populares de rua²⁷¹ numa tentativa de compor um quadro onde figurava apenas o luxo e o moderno em torno do sonho elitista; uma cidade que comportava os delírios burgueses de modelo europeu e de outro a miséria, a falta de higiene e os casebres da classe que vivia do trabalho.

No entanto, para colocar o modelo de “ordem e progresso”, houve um projeto de disciplina do espaço urbano, proibindo-se o banho nas fontes, controle dos alimentos vendidos, deslocamento da massa para a periferia derrubando casebres para conter as epidemias.

Manaus desde o período de ascensão da borracha e mais ainda no momento de crise, vinha aparecendo para sua população como uma cidade cara de se viver, principalmente para os trabalhadores pobres, seringueiros e imigrantes chegados para os trabalhos no seringal. O maior problema era a fome, causada nem sempre pela falta de dinheiro para comprar os alimentos, mas pela falta destes para venda.

Desde a sua estruturação, planejada para comportar e atender as demandas de sua elite de comerciantes e donos de seringal, políticos e altos funcionários, a cidade pouco oferecia ao homem simples sem *status*. Para aqueles que não eram apadrinhados e nem participavam dos mesmos círculos de influência e prestígio, a principal opção de sobrevivência era o trabalho braçal: no porto, nas catraias, na construção civil ou nos seringais²⁷².

²⁷¹ “As tradições culturais nas ruas em épocas bem demarcadas do calendário popular tornaram-se objeto de disciplinarização do poder”. SARGES, Op. Cit., p. 71. Ainda sobre Belém, a autora comenta que para colocar o modelo de “ordem e progresso”, houve um projeto de disciplina do espaço urbano, proibindo-se o banho nas fontes, controle dos alimentos vendidos, deslocamento da massa para a periferia derrubando casebres para conter as epidemias.

²⁷² “No entanto é preciso insistir no caráter complexo desse processo de modernização e que o preço do progresso ficou também marcado nas lutas e nas fisionomias dos marginalizados... uma cidade que é também sombria, pobre e conflituosa”. PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. Porto e Cidade: Manaus na Virada do Século XX. Manaus, Mimeo.

No projeto burguês de embelezamento do espaço urbano, o discurso da modernidade ganhava terreno como estratégia de legitimação da política de mudança na incorporação de novos costumes sociais e na mudança nas práticas de trabalho cotidianas. Em meio a uma população despreparada, confusa e cada vez mais reprimida pelas exigências de conduta nos novos espaços públicos ficava difícil entender à lógica de vida dos comerciantes.

Ou seja, a cidade configurava-se como o espaço de fazeres da elite politizada, socializada através do projeto modernizador do urbano. No qual era necessário mudar hábitos cotidianos e práticas de trabalho consideradas inadequadas ao novo ideário de vida que se propunha para Manaus no século XX. O moderno, a ciência, começava a ganhar uma outra feição, um outro uso, para o patronato em relação ao mundo do trabalho.

As tecnologias mudaram as relações de trabalho e a vivência dos homens. Para Edinéia M. Dias o urbanismo é ao mesmo tempo uma técnica de organização do espaço e uma estratégia política²⁷³, sob esta justificativa, o urbanismo agia como ordenador dos lugares de lazer, de festa, de comércio e até de protesto popular, com o objetivo de incentivar a circulação de mercadorias e de vender a imagem de uma cidade ausente de conflitos, de pobreza e de ignorância.

Como comentamos anteriormente, a estrutura de abastecimento de água, luz, coleta de lixo e saneamento básico limitavam-se ao centro da cidade, para as respeitáveis famílias abastadas de Manaus. Mas algo contribuía para um quadro desagradável para a elite que desejava transformar Manaus numa porta de entrada do capital e das tecnologias do século XX: eram as doenças infecto-contagiosas, os casebres insalubres e epidemias²⁷⁴.

Era preciso então erradicar estes males trazidos, segunda a ótica das elites locais, não juntamente com as mudanças urbanas, mas com a pobreza e a preguiça dos homens e mulheres da cidade; no imaginário *higienista* era importante combater as fontes de contágio localizadas nas promiscuidades dos cortiços, na área portuária ou em locais

²⁷³ DIAS, Op. Cit., p. 11.

²⁷⁴ “Manaus era uma cidade sadia até 1893”. CAMPOS, Op. Cit. p. 65-79.

onde inexistia a higiene²⁷⁵. Para as autoridades, as moradias de trabalhadores era o foco das epidemias e doenças que ameaçavam a ordem pública.

O processo de urbanização de Manaus realizado pelo ideário burguês, de embelezamento e modernização das vias públicas, configurou-se também como um meio de determinar as relações sociais no espaço citadino, limitando o convívio daqueles que não compartilhavam dos mesmos círculos sociais da elite, “levados” assim para os locais mais afastados do centro comercial.

Através da limitação dos lugares públicos destinados especificamente as manifestações cotidianas foi possível exercer um maior controle sobre os protestos populares restringindo sua ação e a relação dos trabalhadores com o patronato. O centro de Manaus era o lugar de excelência, neutro, acético, que deveria ficar livre dos protestos, das greves e das doenças da população tida pobre e ignorante.

Uma História que possa resgatar a formação desses bairros operários afastados das áreas centrais da cidade, do controle e da ordenação do poder público, como sendo lugares de construção de uma cultura do cotidiano do homem trabalhador, de pessoas simples que fazem da sua realidade de exclusão e trabalho o lugar de construção de sua identidade particular e de seus costumes ainda estar por ser mais bem escrita.

Pensar em uma História que seja inclusiva e não exclusiva e que pense o fazer cotidiano do homem comum que vive do trabalho em um mero “apêndice” da ação patronal sobre a sociedade, mas que se constitui como uma reação, um espaço, a dominação política e ideológica seria um norteador de uma nova história dos movimentos sociais de Manaus.

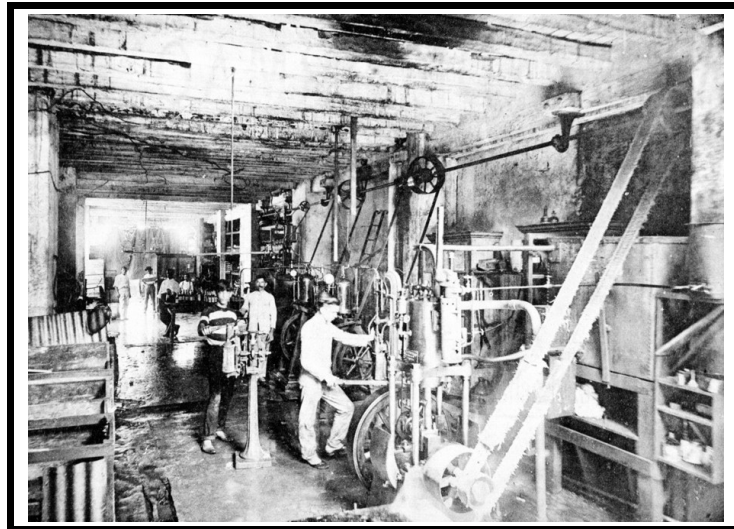
A qualidade da saúde do trabalhador no seu local de trabalho surgiu como uma preocupação do empregador, mas apenas no que se referia a conservação da eficiência produtiva da sua empresa. Os constantes afastamentos e até mortes dos empregados por doenças constituíam-se em perdas de “ferramentas” para o patronato que via sua capacidade produtiva comprometida ocasionando a si mesmo prejuízos.

A *higienização* do trabalhador aparecia como elemento de normalização e de transmissão de um ideário de harmonia social e de dignidade no espaço de produção. A

²⁷⁵ SARGES, Op. Cit., p. 63.

fim de diminuir os custos com remédios e os corriqueiros abandonos de postos de trabalho pelas doenças, o patronato fazia uso do processo de higiene no trabalho como meio de manter a produtividade de sua empresa. Contudo, nada se diz acerca das condições de trabalho oferecidas, seja nas fábricas, seja nas oficinas, que em Manaus contavam-se às centenas.

IMAGEM 6
ESPAÇOS DE TRABALHO EM OFICINAS DE MANAUS



FONTE: “Empresa de Águas Minerais Andrade Irmão & Cia”. *Anuário de Manaus, 1913*, p. 202.

Francisco Foot Hardman comenta que os higienistas no Brasil apareciam como resposta à propagação das enfermidades típicas do começo do século XX, que comumente causavam morticínio principalmente no trabalho executado na selva, por exemplo a coleta das drogas no extrativismo da borracha, mas que também apareciam como uma técnica de manutenção da qualidade e da rotina no ambiente de trabalho, assegurando a organização e a produção; a idéia patronal era de *sanear para produzir*.²⁷⁶

Para os sanitaristas os focos de contágio estariam localizados nos bairros operários de trabalhadores e pessoas humildes, que não eram servidos pelas redes de saneamento básico. Além dos bairros, havia as zonas portuárias e das prostitutas, onde se fazia o comércio do sexo, a jogatina, a bebedeira. Era preciso que o patronato agisse para conter a disseminação destas doenças por todo o ambiente da cidade e da atividade econômica.

²⁷⁶ “Foi dali, com suas instalações e equipamentos moderníssimos, que médicos sanitaristas se dirigiram seus combates aos males tropicais; foi dali, da meticulosidade científica dos relatórios, que saíram as paginas mais eficazes com vistas ao melhor rendimento do trabalho” (...) “O objetivo final parece imutável: *sanear para produzir... pouco a pouco, as técnicas de higiene e saúde pública, componentes indispensáveis da organização racional do trabalho*”. HARDMAN, Op. Cit., p. 170 e 177.

As autoridades passaram a exercer uma maior fiscalização sobre estas “zonas perigosas” tanto com o objetivo de conter epidemias como também de uma forma sutil vigilância sobre os agitadores e sindicalistas. Por exemplo, o porto era tanto visto pelos sanitaristas quanto pelas autoridades locais como o espaço privilegiado de manifestação das principais moléstias, daí a necessidade de se criar mecanismos de controle específicos para aquela área, como um serviço próprio de inspeção sanitária.²⁷⁷

Conforme a Associação Comercial, a causa desses males que afetavam a vida da sociedade, prejudicavam a economia da região, não estaria ligada diretamente a infortúnios da natureza, mas aos maus hábitos dos trabalhadores que não cuidavam do seu asseio, uma vez que *“a boa alimentação e o asseio dos extractores da seringa, modificariam imediatamente a reputação de certos rios hoje considerados muito doente...”*.²⁷⁸

Para o patronato o trabalhador também era culpado por adoecer e por isso de faltar ao seu trabalho, prejudicando a coleta no seringal e a conseqüente perda nos lucros por contas das despesas para sua melhoria ou mesmo para sua substituição, quando em caso de morte. Os patrões achavam que não eram a floresta, os rios ou as próprias condições de trabalho que adoeciam e matavam os trabalhadores, mas sua displicência com a higiene pessoal: com o seu vestuário, sua alimentação e outros cuidados básicos. Vemos abaixo:

*Trabalho de extração não é trabalho que dê febre... muito pelo contrário, as doenças nascem da má alimentação, por beber água impura, e principalmente pela falta de higiene... as mulheres não sabem preparar as comidas mais necessárias... se o serviço sanitário tomasse esse assumpto, talvez verificasse que os rios não são doentes, mas os homens indolentes.*²⁷⁹

O que preocupava mais os trabalhadores nesta discussão eram as doenças em si, como ilustram os dados estatísticos: de 1905 a 1913 houve em Manaus 1.386 óbitos por Febre Amarela, sendo que só em 1915 foram 299 mortes registradas por causa dessa doença; a Malária causou de 1910 a 1915, somente na capital do nosso Estado, 2.958 mortes; a Tuberculose registrou em 1910, 102 mortes e em 1915 foram de 147 (quase 40% de aumento).²⁸⁰

²⁷⁷ PINHEIRO, Op. Cit.

²⁷⁸ Cf. Ludwig Schwennhagen. *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1910, p. 8-12.

²⁷⁹ Idem, p. 3-4.

²⁸⁰ *Revista da Associação Comercial do Amazonas* (1908-1919).

Todavia estes números não pareciam causar comoção, muito menos culpa por parte do Estado e da elite comercial, a não ser uma preocupação pela perda de “peças” na produção devido a essas enfermidades que assolavam a região. Sobre quais eram consideradas as piores doenças para o trabalhador, segundo a ACA, lemos:

*O Congresso Comercial, Industrial e Agrícola, considerando serem a febre amarela e o paludismo os maiores inimigos do progresso e prosperidade do Amazonas, pede instantaneamente ao Governo Federal e dos dois Estados (Amazonas e Pará) a maior solicitude e boa vontade para o estabelecimento de um serviço completo e permanente de propylaxia destas duas doenças, e ao mesmo tempo a instituição de comissões medicas permanentes, que visitem continuamente os seringais.*²⁸¹

A cidade que se propunha ser um modelo de construção arquitetônica e de organização de suas vias e monumentos mostrou-se igualmente uma cidade excludente e doente. Quase no mesmo espaço onde convivia uma elite econômica fascinada pelos avanços tecnológicos do novo século, pelo luxo e os hábitos europeus, comportava também a pobreza e as doenças daqueles que estavam esquecidos pelas melhorias na infra-estrutura urbana e pelas políticas de educação para prevenção de pragas e contágios.

Ao mesmo tempo em que se discutiam técnicas de controle das epidemias e de regulamentação dos hábitos e dos vícios do povo pobre, apontado pelo patronato como “foco irradiador” desses males, havia uma outra discussão acerca do uso da ciência para melhorar a produção do Estado, colocando-a em um patamar superior. A alegação era tornar nossa economia mais competitiva e menos dispendiosa.

O que o patronato parecia querer era a “economia de braços”, isso era o que dizia os trabalhadores. De fato, para a ACA a modernização do processo de corte e beneficiamento da borracha poderia levar igualmente a uma maior eficiência produtiva como também a economia dos donos de seringais com a diminuição no número de extratores empregados, o que seria algo muito interessante num momento de crise por que todos passavam. Notícias de novos equipamentos para a lavoura da borracha chamavam atenção do patronato na *Revista*: “um alemão acaba de crear no Peru um instrumento de corte e sangria das heveas por meio da eletricidade. É um aparelho simples e engenhoso... virá economizar grandemente a aquisição de braços”.²⁸²

²⁸¹ MIRANDA, Op. Cit., p. 10-11.

²⁸² *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/05/1913, p. 4.

A ciência configurava-se como um meio de melhoria da produção borracha, do setor comercial e portuário da cidade de Manaus, tirando-o do atraso tecnológica tão reclamada pelo patronato há tempos, ao passo que também poderia ser uma estratégia de ação dos patrões frente às demandas operárias por aumento salarial e diminuição da carga horária. Como comenta Michelle Perrot, em um contexto externo, as inovações técnicas eram introduzidas para derrotar as reivindicações operárias, para controlar o processo de produção, a máquina tornava-se uma arma de dominação.²⁸³

Do outro lado, muitos trabalhadores argumentavam para a categoria que não era a ciência que os explorava e sim a ganância dos patrões já enriquecidos com seu suor, mas que de verdade queriam quebrar pela base sua ação de protesto e reivindicações junto a eles. Substituindo o homem pela máquina, o patrão agia de forma a constranger as ações dos trabalhadores.

Em torno do olhar operário sobre as tecnologias no mundo do trabalho, a maioria sabia que era notória a sua importância enquanto meio de melhoria das condições dentro da fábrica para o seu exercício com segurança, embora houvesse alguma preocupação com o fato das novidades poderem gerar desemprego. No entanto, a ciência, a tecnologia e o progresso, não eram, isoladamente, encarados como um mal: *“Não! A ciência não proclama e muito menos impõe a noção imoral do direito do mais forte. É preciso, pois, sermos unidos para sermos fortes; quem oprime o trabalhador não é a ciência, mas o patrão”*.²⁸⁴

Era preciso que o patronato convencesse os trabalhadores que as novas exigências tecnológicas faziam parte de algo maior e mais complexo que o ambiente da fábrica, que o seu local de trabalho, mas que faziam parte das determinações do capital internacional sobre a produção Amazônica, exigindo sua adequação às inovações tecnológicas da produção e do beneficiamento.

Contudo tal tarefa não era fácil, uma vez que estas determinações para uma maior produtividade e melhor técnica de comércio acabavam suscitando uma outra lógica de trabalho, um outro enquadramento das relações de trabalho, que os homens da região

²⁸³ PERROT, Op. Cit., p. 45.

²⁸⁴ *Tribuna do Caixeiro*. Manaus, n. 2: Maio de 1908, p. 1.

não estavam acostumados ou não viam razão de ser, já então acostumados com o modo secular de extração.

Até a construção do *Roadway* do Porto, terminada em 1906, a ligação dos navios e o cais eram feito pelas catraias e *alvarengas*. Após o período de modernização, a utilização das catraias pelo porto embora não tivesse sido totalmente excluída ficaram mais limitadas ao trabalho de travessia de populares nos inúmeros igarapés, ou à venda ambulante de refrescos e pães.²⁸⁵

Com a gradual modernização de toda a atividade econômica da região, o que acontecia era o temor de muitos trabalhadores. Despreparados para exercer as novas funções, de lidar com as tecnologias e a perda de profissões tradicionais, só fazia aumentar o desemprego e a aversão à ciência que roubava empregos e era usada como arma de pressão dos patrões.

Ao fim de todo o processo de discussões, reclamações e protestos ficou a certeza para os trabalhadores de que a modernização dos vários setores da atividade econômica e produtiva do Estado gerava lucros para os patrões e desemprego para eles. Estes sempre acharam que de uma forma ou de outra a tecnologia que tornava mais eficiente o trabalho, trazia melhorias para o cotidiano de muitos, era uma forma de economizar braços e de quebrar o poder de barganha dos trabalhadores para com os patrões.

Os mecanismos de repressão do movimento operário compreendiam formas sutis como diretas de repressão e exclusão de trabalhadores que fossem considerados inadequados ou “perigosos” a atividade econômica na Amazônia. O patronato pode formular estratégias de ação contra a organização dos trabalhadores com o objetivo de assegurar a manutenção de ordem pública e econômica e que os excluíssem das questões políticas.

Em muitos momentos a intenção da ACA era fazer frente aos movimentos operários nascentes. Desde a formulação de seu estatuto em 1908, a Associação Comercial do Amazonas se propunha “*a principio, representar os interesses da classe, servir os comerciantes e fiscalizar grupos análogos*”²⁸⁶, a questão de fiscalizar os chamados “grupos análogos” era uma forma indireta de se referir a incipiente

²⁸⁵ PINHEIRO, Op. Cit., p. 112.

²⁸⁶ Estatuto da Associação Comercial do Amazonas, 05/07/1908: artigo 42.

organização operária local, estranha aos interesses econômicos e normativos da instituição patronal.

Assim a ACA se colocava como instituição gerenciadora da política patronal em torna das questões econômicas e políticas relacionadas aos poderes estaduais e as concessionárias de serviço público (visto no capítulo 1), como também de fazer frente a contenção das manifestações de trabalhadores e seus protestos. Conter as reivindicações dos trabalhadores e fiscalizar suas ações estratégicas fazia parte do projeto patronal de exclusão política dos trabalhadores da cidade²⁸⁷.

A Associação Comercial, como representante dos interesses dos comerciantes e donos de seringal no Amazonas, se propôs durante todo o período a ser uma via gerenciadora de ações contra a insurgência daqueles trabalhadores que pudessem prejudicar a circulação de mercadorias e a própria produção comercial local.

Como instituição, a ACA atuava para elaborar estratégias que aumentassem o controle sobre os trabalhadores, inibindo suas ações, assim como fiscalizadora da organização operária em torno dos seus movimentos reivindicatórios contra a elite comercial.

A organização patronal amazonense precisava criar normas de conduta de seus associados de forma a unificar suas ações em torno da repressão e mesmo da exclusão dos empregados que fossem classificados como “inconvenientes” ou “inadequados” a política de controle e adestramento do espaço produtivo e das relações de trabalho nos seringais.

Para isso, primeiramente, era necessário definir regras de conduta para os patrões e conceitos sobre qual tipo de trabalhador a ser ajustado dentro das regras de conduta e eficiência no espaço de trabalho e convívio nos seringais. As discussões visavam definir políticas comuns de ação contra os trabalhadores considerados baderneiros, preguiçosos e revoltosos.

²⁸⁷ Kenneth Erickson menciona mecanismos de repressão da organização operária fabril; acreditamos que o patronato amazonense atuava no sentido de colocar em prática algumas dessas táticas de contenção da organização sindical como acordos com os líderes sindicais (nem sempre em sintonia com as reivindicações de sua base), demissões, punições e até prisões de funcionários: “*Para enfraquecer as organizações, os empregadores freqüentemente faziam acordos com os representantes das classes dos trabalhadores para a concessão de certos benefícios*”; “*... as autoridades procuravam neutralizar as organizações trabalhadoras despedindo, prendendo ou deportando seus dirigentes*”. ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979, p. 32-33.

Art. 1. O patrão que... admitir freguês ou extractor de gomma elástica expulso ou despedido de outro seringal, fica obrigado com principal responsável pelo seu debito ao patrão de cujo seringal tenha o freguês sahido.

Parágrafo 1: ...são considerados motivos justos: ser o trabalhador desordeiro, ou implantar a desordem, provocar rebeliões contra o patrão, beber, prejudique a árvore na extracção.

Art. 6: É prohibida a admissão de fregueses fugidos de outro seringal”.

Parágrafo 3: ...é considerado fugido aquelle trabalhador que não apresentar suas contas encerradas ao novo patrão.²⁸⁸

O estatuto da Associação Comercial de Santo Antonio do Rio Madeira nos evidencia uma norma de vigilância a ser adotada por todo patronato para com aquele tipo de: “*trabalhador desordeiro, ou implantar a desordem, provocar rebeliões contra o patrão, beber, prejudique a árvore na extracção.*”²⁸⁹

Então, o patronato se organizava contra os trabalhadores em torno de um texto normativo que procurava primeiramente excluir “peças ruins” da atividade econômica, e depois aumentar seu controle sobre a categoria, gerando um ambiente artificial de organização e disciplina para os donos de seringal (ou seja, acético de disputas ideológicas).

No presente estudo não teve acesso a qualquer tipo de listagem que contivesse nomes de trabalhadores considerados inadequados a rotina de trabalho ou mesmo “perigoso” a estrutura de funcionamento do seringal. Mas a existência deste tipo “listas negras” que constava o nome de trabalhadores considerados baderneiros ou associados a algum grupo reformista eram mais comuns do que pensamos. Nas indústrias de São Paulo as tais “listas negras” serviriam para afastavam os operários que pudessem atrapalhar a organização da empresa ou que não enquadrassem as suas normas internas²⁹⁰.

O patronato buscou na sua auto-identificação como suposta categoria protetora e guia de todos os trabalhadores uma forma de cooptá-los no sentido de inibir qualquer reivindicação de sua parte contra eles próprios ao mesmo tempo fazendo-os acreditar que a classe patronal atuaria sempre como a representante legítima e uma defensora de

²⁸⁸ Associação Comercial de Santo Antonio do Rio Madeira. In: *Extremo Norte*, 01/06/1914, p. 5.

²⁸⁹ *Ibidem*.

²⁹⁰ Apesar de não termos dito acesso a uma possível “lista negra de trabalhadores dos seringais de Manaus”, acreditamos, com base nas determinações do Estatuto da *Associação Comercial de Santo Antonio do Rio Madeira*, que deve ter havido algo pelo menos similar ao que ocorreu nas fábricas de São Paulo: “... *verdadeiras listas negras circulavam entre as empresas, afastando do mercado de trabalho elementos indesejáveis*”. HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Vitor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1991, p. 163.

seus interesses de todos os segmentos da sociedade, longe de qualquer influência revolucionária do sindicalismo regional.

O discurso paternalista era elaborado pela ACA como uma estratégia de mascarar as divergências com os trabalhadores, aproximando-os o patrão e da ideologia de trabalho. Da mesma maneira o patrão se aproximando do contexto dos trabalhadores seria mais fácil se articular no sentido de inibir suas ações e exercer maior controle sobre a categoria.

O patrão assumia dessa maneira a imagem de um tipo de pai, que cuidaria do trabalhador como um “filho”, educando-o, treinando-o e mostrando a ele o certo e o errado dentro das relações capitalistas de produção e no seu cotidiano – lazer, família, diversões²⁹¹. Assim como também o disciplinaria, como um pai que se preocupa em formar um cidadão, sensato e coerente, afastando-o dos vícios da vida mundana e principalmente das más influências que os sindicatos operários, em especial os revolucionários, fossem anarquistas, *anarcossindicalistas* ou comunistas, quisessem corrompê-lo com suas supostas “ideais fantasiosas” sobre os patrões.

Em Manaus, os gráficos se mobilizaram em torno do seu sindicato para decidir pelo estado de greve em 03 de outubro de 1914, motivado por questões salariais não cumpridas. No entanto, os dirigentes sindicais tiveram muita dificuldade para articular a categoria, apesar de ser uma causa comum visto que alguns trabalhadores parecia estar satisfeitos, ou acomodados, com aquela situação. A discussão acarretou no atraso da circulação do jornal *O Amazonas* naquele dia. Para os líderes do sindicato dos gráficos,

*A preparação da greve não foi o que deveria ser... porém o principal prejuízo foi a falta de compreensão dos deveres de nossos camaradas; foi só pela má interpretação da solidariedade... uma pequena parte da classe não compreendeu o seu papel.*²⁹²

Este caso nos evidencia o poder de barganha e sedução dos patrões sobre alguns trabalhadores através da prática de cooptação²⁹³. Alguns trabalhadores abandonavam o movimento operário pelas comodidades temporárias dos salários e de certos benefícios

²⁹¹ Para os patrões os trabalhadores da floresta eram, “*Habitantes de uma selva inculta, confiados no patrão que prever e prover pella própria existência e do pessoal transformado em família*” (*Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/07/1913, p. 5.

²⁹² *A Lucta Social*. Manaus, nº. 6. 01/11/1914.

²⁹³ AVELINO, Op. Cit., 2005.

conseguidos com os seus patrões. A questão gerava em torno das vantagens e acordos que o patronato fazia com os líderes sindicais e os trabalhadores no sentido de “quebrar”, inibir, seus protestos mais fervorosos.

O que faziam o Estado e o patronato, de um modo geral, para enfraquecer as organizações de trabalhadores era a politicagem de freqüentes acordos feitos diretamente com os representantes dos trabalhadores nos momentos de greve. Ali eram concedidos a estes benefícios para “calar” os seus protestos. Isso levava com freqüência a base da categoria dos trabalhadores a se queixar dos acordos entre o seu sindicato e o patronato, por entenderem que eles muitas vezes não atendiam as suas reivindicações mais necessárias, ou quando não, eram acordos temporários para “suavizar” o momento de rebeldia. Segundo os organizadores dos protestos,

*O nosso maior espanto é o de haver chegado ao nosso conhecimento, que existe no seio de nossa classe certos companheiros que, a passo de dinheiro, não trepidam em illequar, a boa fé dos incertos, propostas vias... compra de votos [apoiam candidatos da situação]... vendem-se.*²⁹⁴

Era comum vermos entre os trabalhadores, através de jornais, o seu descontentamento com os tais acordos entre o sindicato e o patronato e mesmo das divergências na liderança do movimento. Para muitos trabalhadores, os pelegos eram aqueles que traíam o movimento se vendendo aos patrões por vantagens, como uma renda maior, abandonando assim a categoria. É o que condena um importante jornal operário local: “*Porém se continuarmos sacrificando uns, para milionarizar seus cabedais, verá, então, dentro de cada espírito sofredor a lava da destruição infalível...*”.²⁹⁵

O sindicalismo é apresentado como o movimento de união da classe, mas fica evidente o reconhecimento de que há contradições entre os trabalhadores;

*Porque foi e é para esse fim que se funda uma sociedade operária [fala da Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil do Amazonas], é o que muitos infelizmente não conhecem, pois se conhecessem não trariam muitas vezes a discórdia ao seio da agremiação a que pertencem.*²⁹⁶

Quando a via de repressão das manifestações dos trabalhadores, através das punições e demissões, mostrava-se pouco eficiente para inibir ou conter os descontentes com a política de controle e incremento da produção econômica local, o patronato por

²⁹⁴ *Vida Operária*. Manaus, 27/06/1920.

²⁹⁵ *Vida Operária*. Manaus, 15/02/1920.

²⁹⁶ *O Constructor Cívil*. Manaus, 05/01/1920: nº. 1.

vezes recorreu à força policial como força direta contra os trabalhadores, fossem eles homens ou mulheres que estivessem envolvidos em tais protestos.

Na cidade o policiamento das vias públicas visava assegurar a circulação da atividade comercial dos bens de consumo e da elite econômica local, mas que representava também uma forma de preservação da ordem contra os malfeitores, os arruaceiros e desocupados. Era também uma forma de o patronato reprimir os movimentos de greve e toda qualquer manifestação dos trabalhadores e dos pobres contra as autoridades e a vida social.

Ou seja, está a serviço da preservação do bem público e da ordem social, o policiamento urbano existia para as autoridades e mais especificamente para o patronato como uma maneira mais dura para a conservação dos seus próprios interesses mantendo os revoltosos longe da atividade comercial do centro da cidade e da rotina pública.

Ao mesmo instante que as formas de vigilância e de controle fabril deixam paulatinamente de se manifestarem essencialmente pela repressão exterior e subjetiva da vontade do patronato, transferindo-se para o interior do processo técnico de organização do trabalho²⁹⁷, o policiamento ganhava a intenção da preservação do bem estar social da cidade, e não mera repressão às manifestações operárias que aumentavam continuamente.

A intenção de fato para a ACA era a preservação de seus patrimônios pessoas, dos estabelecimentos comerciais do centro, da área portuária e das vias de circulação dos bens de consumo e de capital, e não da conservação de uma harmonia social como se justificava o uso da força policial e das prisões contra as manifestações dos trabalhadores descontentes com a crescente situação de desemprego, fome e doenças por que passavam desde antes.

O objetivo do patronato amazonense era excluir da vida social e mesmo econômico aqueles trabalhadores, homens ou mulheres, que aticassem os outros a fazerem greve e protesto contra os bens comerciais e os patrões. Num projeto da ACA, datado de 1909, aquela renomada associação comercial pede a criação de uma Guarda Noturna para o policiamento da área comercial do centro²⁹⁸. O modelo é, em verdade, o de uma milícia particular:

²⁹⁷ RAGO, Margareth. *Op. cit.*, p. 26.

*Damos em seguida um pequeno projecto para a organização d'uma Guarda Noturna destinada ao policiamento do bairro commercial de Manáos... a Guarda Noturna é sustentada pelo commercio de Manáos, que, para isso, contribuirá com prestações mensaes.*²⁹⁹

Era evidente a necessidade de preservar o patrimônio e conter o ímpeto dos mais “empolgados” que se voltava contra a exploração e a autoridade dos patrões sobre a classe trabalhadora dentro e até fora do seu ambiente de trabalho. O policiamento, a fiscalização e controle não se limitavam à área central, mas em toda a parte dos estabelecimentos do capital na cidade. Existia o forte policiamento de toda a área portuária por uma policia especial – a policia do porto – sujeita ao controle da *Guarda-Moria* da Alfândega; A esse corpo policial competia não só coibir furtos e desvios de mercadorias submetidas a taxações fiscais, mas também zelar pela ordem interna.³⁰⁰

A falta de preparo dos policiais, a inexistência de leis específicas e do conhecimento dos seus direitos civis, eram motivos de freqüentes abusos cometidos por este policiamento contra manifestantes e outros trabalhadores que protestavam pela melhoria de sua condição de trabalho, emprego e por mais assistência das autoridades competentes.

Como menciona June Huhner sobre o contesto de São Paulo, no início do século XX, a policia se concentrou mais especificamente na repressão, reforçando o poder que os patrões exerciam sobre seus trabalhadores; Os policiais atacavam manifestantes, espancavam trabalhadores.³⁰¹

A ACA, com a conivência e/ou apoio dos dirigentes estaduais, das autoridades do município, pode empreender uma política de ação contra as demandas dos operários que contava com a repressão de uma policia mal preparada, deslocada de sua função e que na maioria das vezes esteve a serviço dos interesses das classes ricas. O que os patrões e

²⁹⁸ Áreas propostas para serem abrangidas pelo policiamento: Avenida Eduardo Ribeiro, Constantino Nery, Praça e Rua Terreiro Aranha, Saldanha Marinho, Rua Marcílio Dias, Guilherme Moreira, Dos Remédios, Dos Bares, Theodoreto Souto e Deodoro da Phenix.

²⁹⁹ *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 05/05/1909, p. 4.

³⁰⁰ PINHEIRO, Op. Cit., p. 111.

³⁰¹ HAHNER, Op. Cit., p. 286; Em um trecho anterior a autora comentava ainda sobre o contexto nacional que “as tropas federais freqüentemente protegiam as fábricas têxteis ou as estações férreas e patrulhavam as ruas durante as greves e os distúrbios... A policia ainda exhibia o comportamento violento e arbitrário... Mal pagos, mal treinados e desrespeitados, os policiais apresentavam padrões profissionais muito baixo”. Cf. p. 285.

os políticos queriam era dificultar ao máximo a reação dos trabalhadores e pobre urbanos, descontentes com sua persistente situação de desamparo e pobreza.

Não interessava ao patronato ter sobre suas costas o peso das reclamações dos trabalhadores que dia a dia incomodavam mais a pretensa harmonia pública e instável situação financeira da praça comercial de Manaus. Para os membros da ACA, estes protestos, estas greves, não representavam mais que a ação de desordeiros, desocupados, influenciados por ideologias revolucionárias “fantasiosas” da realidade; se tratava de manifestações direcionadas exclusivamente a prejudicá-los. Para os patrões da ACA, *“Acabe-se com a indisciplina industrial e commercial, estabelecendo-se crédito apenas para os que trabalharem, deixando-se os preguiçosos levar uma vida digna delles³⁰²”*.

Portanto, o patronato precisou elaborar um conjunto de ações que pudessem conter as demandas do movimento operário local que por isso ameaçava a ordem pública do comércio na cidade, disciplinando o espaço da produção e da convivência social. Era necessário que os patrões restringissem a ação de elementos considerados “perigosos” à organização fabril, alijando-os das questões políticas e do ambiente de trabalho.

Através da ordenação e redefinição dos espaços urbanos em Manaus, o patronato contou com o apoio das autoridades municipais para restringir os movimentos de protesto e de greve da massa de desempregados e pobres, na possibilidade de também melhor poder vigiar e inibir suas manifestações culturais, hábitos e modo de convívio nos bairros afastados do centro comercial (considerados promíscuos e focos de doenças).

A ACA configurava-se neste momento como uma instituição organizadora da ação patronal frente às demandas operárias, orientando uma estratégia de repressão e exclusão das propostas e reivindicações dos vários segmentos do trabalho em Manaus. O objetivo da instituição comercial era depreciar o discurso dos trabalhadores em torno da noção de preservação da ordem social e econômica e da harmonia entre as classes no trabalho, como garantia ao desenvolvimento da sociedade como um todo.

³⁰² *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 10/09/1912, p. 1-2. Ainda sobre o assunto, a A. do Rio Madeira comentava que *“são considerados motivos justos [para demitir tais baderneiros] ser o trabalhador desordeiro, ou implantar a desordem, provocar rebeliões contra o patrão, beber, prejudique a árvore na extração”*. Cf. Associação Comercial de Santo Antonio do Rio Madeira. In: *Extremo Norte*, 01/06/1914, p. 5.

Para isso, os patrões atuaram no sentido de afastar prender e punir aquelas pessoas consideradas pela elite comercial como baderneiros, preguiçosos e incompatíveis dentro da lógica patronal de funcionamento da atividade produtiva na cidade e nos seringais, para o seu bom exercício.

A dominação não é imposta, mas construída por elementos relativos ao cotidiano, uma vez que o poder econômico não determina em última instância a dominação o que seria antes disso uma criação de idéias para serem aceitas por todos e tidas como verdadeiras pela sociedade, de forma a tornar a realidade resultado de agentes externos, e não do seu processo interno.

Quando o canal da repressão, da punição e da prisão não foi tão eficiente, era preciso convencer os trabalhadores da eminência de aceitarem as determinações do capital como forma de assegurar seus empregos através da melhoria da atividade econômica da borracha, na expectativa de poderem ter uma renda um pouco maior e uma assistência na sua qualidade de vida menos miserável. O discurso do patronato visava cooptar e anular as ações dos trabalhadores que eram contra a exploração e a ordenação de suas próprias vidas.

Na visão de E. P. Thompson, as classes são constituídas por um conjunto de relações entre homens e mulheres e as condições materiais de existência e de exploração em que se inserem (...) só existe através de relações e de antagonismos, que moldam suas identidades³⁰³. Sujeitos que de uma forma ou de outra souberam agir em nome da preservação de seus interesses e direitos, da configuração de seu modo de vida e tradições, que no cotidiano de suas lutas e resistências fizeram-se sujeitos históricos de uma História que começa a ser recontada por nós.

³⁰³ BATALHA, Cláudio H. M. *Thompson Diante de Marx*. In: BOITO, Jr. Armando et all (Org.). *A Obra Teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações* São Paulo: editora Xamã/IFCH, 2002, p. 196.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Criada no período de ascensão da borracha Amazônica nas vendas para o mercado externo, a Associação Comercial do Amazonas precisou reformular seus estatutos no começo do século passado para nortear um conjunto de estratégias que pudessem responder a uma nova realidade socioeconômica diferente daquele do seu começo de muita prosperidade e de certa uma calma urbana.

Diante da crescente pressão dos comerciantes, dos donos de seringais, dos políticos, das concessionárias de serviço público e dos seus trabalhadores, o patronato que compunha os quadros dirigentes da *Associação* elaborou um discurso que tinha na união patronal e na uniformidade de ações políticas sua marca mais característica de ação na construção de um discurso legitimador de uma estratégia para salvar a borracha da concorrência asiática e da ordenação dos espaços urbanos na cidade de Manaus.

Se o patronato da *Associação* teve sucesso neste objetivo, o mesmo não poderia ser dito quanto às idéias de todo o segmento no Amazonas. Quando se referia a questões relacionadas a melhoria técnica da produção de borracha para exportação, da imigração de trabalhadores, do incentivo/critica a policultura no estado e mesmo se a crise era passageira ou não, o que verificamos através da Revista foram impasses e contradições que, se não foram suficientes para “desconstruir” a fala patronal, pelo menos dificultaram suas implementação.

Conforme Nietzsche o valor de uma coisa não reside no que com ela se alcança, mas no que por ela se paga³⁰⁴, e se os trabalhadores de Manaus conseguiram algo de bom neste período de crise e incertezas foi por sua luta, por manter posição frente às estratégias patronais que, por vezes, taxaram os trabalhadores de indolentes, incapazes, inferiores e até os responsáveis pela queda no valor de venda da borracha.

Diante daquilo que podemos verificar, percebemos que não houve qualquer mudança significativa na sociedade durante a expansão da borracha, haja vista o modelo

³⁰⁴ NIETZCHE. F. *Crepúsculo dos Ídolos*. s/ed. 1998.

de exploração que se assemelhava ao do Brasil no período colonial. Poucos enriqueceram e a muitos continuaram pobres, ainda mais depois daquele “fausto”, o cabloco ainda estava extraindo borracha, coletando castanha do Pará e outros produtos que pudesse ser vendido a algum longínquo mercado além mar.³⁰⁵

Com a certeza de que nosso estudo não esgota as discussões sobre a organização patronal e seu de “olhar” sobre o mundo do trabalho em Manaus, pensamos que muitas questões puderam ser respondidas ou/e melhor esclarecidas a este respeito, mas que justamente pela limitação de nossas fontes, de nosso enfoque e de nosso método, muita ainda há de ser visto e mesmo revisto sobre o tema afim de melhor entendermos as relações de trabalho no passado com o enfoque no presente.

Por fim deixamos uma frase que exemplifica o nosso entendimento a respeito daquilo que pensamos ser um trabalho que, dadas todas as suas limitações, pode com vontade e determinação olhar para passado e procurar pistas que nos mostrem que caminho poderíamos tomar para construir uma sociedade mais digna, solidária e principalmente justa:

*O limite da indolência está em fazermos apenas aquilo que julgamos serem nossas obrigações. Se quisermos galgar mais degraus na escadaria das realizações, é preciso fazer mais do que isso.*³⁰⁶

³⁰⁵ WEINSTEIN, Op. Cit., p. 93.

³⁰⁶ LEGRAND. *Caixa de Ferramentas*. Belo Horizonte: Soler, 2005.

FONTES



FONTES

I – Leis:

- Lei nº. 600, de 1º de Outubro de 1910: *“Autoriza o poder executivo a auxiliar com a importância de cinquenta contos de réis o Congresso Commercial, Industrial e Agrícola, que vae realizar nesta cidade em Fevereiro de 1910”*.
- Decreto Estadual nº. 3.333, de 04/08/1917: Que considera a ACA uma instituição de utilidade pública;
- Lei nº. 735, de Outubro de 1913: Que estabelece a construção de uma Usina de refinação de borracha em Manaus.
- Lei Federal nº. 2.543, de 05 de Janeiro de 1912: De Proteção e Amparo da Borracha Amazônica: *“...criar industrias de refinamento de borracha; assistência aos trabalhadores locais e estrangeiros; criar centros de produção alimentícia na região; discriminar e legalizar as posses de terras no Acre; incrementar os transportes e realizar exposições; ...acordos entre Estados para diminuir a taxa de exportação e importação; criar as estações experimentaes para melhorar a qualidade; isentar a importação de productos e maquinas destinado a extracção; instalações de hospitais perto dos núcleos agrícolas; incentivo a installação de industrias de pesca”*.
- Decreto nº. 2.863, de 24 de Agosto de 1914: Autoriza o governo a emitir, em notas do Tesouro Nacional, até a quantia de 250.000:000\$000.
- Decreto nº. 1.100, de 7 de Janeiro de 1915: Regulamenta o imposto de consumo sobre tabaco e bebidas alcoólicas.
- Decreto nº. 1.099, de 7 de Janeiro de 1915: Isenta do imposto de consumo os produtos alcoólicos fabricados no Estado do Amazonas e já existente no mercado.
- Decreto nº. 11.511, de 4 de Maio de 1915: Que regular o consumo sobre Biscoitos e Bolachas a Granel no Estado do Amazonas.
- Lei nº. 2.513, de 1912: De defesa da Borracha.
- Decreto nº. 2.415, de 28/06/1911: Torna-se susceptíveis de penhor agrícola, a goma elástica, a piaçava, a castanha, o cacau e a Eva mate
- Lei, de 05 de Janeiro de 1910: De Defesa e Amparo a Borracha.
- Decreto nº. 2.357, de 03/12/1910: Que restaura os fundos de garantia e resgate do papel moeda.
- Lei nº. 600, de 01/10/1909: Que autoriza a ajuda do Governo para a realização do 1º Congresso Commercial, Industrial e Agrícola.

- Decreto nº. 13.116, de 24/07/1918: Que autoriza a Manaus Harbour a emitir *warrant* sobre as mercadorias recolhidas em seus armazéns.
- Decreto nº. 2.895, de 24/08/1914: Que autoriza o governo a emitir notas do Tesouro Nacional.
- Decreto nº. 1.099, de 07/01/1915: Que regulamenta o imposto de consumo sobre o tabaco e bebidas alcoólicas.
- Lei Federal nº. 2.544, de Janeiro de 1912: Autoriza a redução dos fretes de importação de gêneros alimentícios em -40% e a saída de alguns vapores de Manaus..
- Imposto de Consumo e de Caixas de Borracha: De 1\$000 réis por caixa de borracha de qualquer procedência, exportada para fora do Estado.
- Lei nº. 644, de 1º de Dezembro de 1910: Autoriza o Governo Federal a auxiliar a Companhia de Navegação a vapor que a Associação Comercial do Amazonas organizará em Manaus.

II – Documentos Oficiais da ACA:

- Revista da Associação Comercial do Amazonas - ACA (1908-1919).
- Atas de Reunião da ACA (1903-1908).
- Telegramas de Correspondência da ACA.
- Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22-27/02/1910).
- Estatuto da Associação Comercial do Amazonas (1908).
- Estatuto da Federação das Associações Comerciais Brasileiras (1912).
- Estatuto do Sindicato dos Trabalhadores/AM (1914).
- Estatuto da Federação Operária do Amazonas (1914).
- Congresso da Associação Comercial de Santo Antonio do Rio Madeira/AM (1914).
- Notas da Associação Comercial do Rio Purus/AM (1908).
- Relação de Leis (1910-1918).
- Dados Estatísticos.

III – Periódicos:

- *O Mariauaense*, 1897.
- *Macoense*, 1901.
- *Tribuna do Caixeiro*, 1908.
- *Paládio*, 1909.

- *Extremo Norte*, 1913.
- *O Chicote*, 1913.
- *A Lucta Social*, 1914.
- *Vida Operária*, 1920.
- *O Constructor Cívil*, 1920.
- *Revista da Associação Comercial do Amazonas*, 1908-1919.

IV – Iconográficas:

- *Anuário de Manaus, 1913-1914*. Organizado por Heitor de Figueiredo. CD-ROM. Manaus: Governo do Amazonas/Secretária de Educação e Cultura (SEC).
- *Indicador Ilustrado do Estado do Amazonas (1910)*. CD-ROM. Manaus: Governo do Amazonas/SEC.
- *Amazonas Comercial (1948)*. CD-ROM. Manaus: Governo do Amazonas/SEC.
- *Manaus, a História em Imagens (1896-1920)*. CD-ROM. Manaus: Jornal A Crítica, 24/10/2003.

BIBLIOGRAFIA



BIBLIOGRAFIA

- AVELINO, Alexandre Nogueira. *Trabalhadores e Patrões: o discurso de suas organizações (1891-1920)*. Manaus: UFAM, 2005. Monografia de Conclusão de Curso de Especialização.
- BATALHA, Cláudio H. M. "História do Trabalho: um olhar sobre os anos 1990". São Paulo, *Revista História*, nº 21, 2002.
- BATALHA, Cláudio H. M. *Thompson Diante de Marx*. In: BOITO Jr. Armando ET ALL (org). *A Obra Teórica de Marx: atualidade, problemas e interpretações*. 2ª edição. São Paulo: editora Xamã/IFCH, 2002.
- BENCHIMOL, Samuel. *Manãos do Amazonas: memória empresarial*. Governo do Amazonas/UFAM/ACA, 1994. Volume 01.
- BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas: magia, técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- BERMAN, Marshall. *Tudo Que é Sólido Desmancha no Ar: a aventura da Modernidade*. São Paulo: Cia das Letras, 1997, p. 15-35.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Ed. DIFEL. Coleção Memória e Sociedade.
- BRESCIANNI, Maria Stella. *Cidade e História*. IN: OLIVEIRA, Lucia Lippi. *Cidade: História e Desafios*. s/l: editora FGV.
- BURNS, E. Bradford. *Manaus, 1910: retrato de uma cidade em expansão*. Manaus: Governo do Amazonas, 1966.
- BLACKBURN, Richard. *O Vampiro da Razão: um ensaio de Filosofia da História*. Tradução: Raul Ficker. São Paulo: UNESP, 1992.
- CAMPOS, Hermenegildo Lopes de. *Climatologia Médica do Estado do Amazonas (1909)*. Manaus: Associação Comercial do Amazonas, 1988. Coleção Hiléia Amazônica. Volume 07.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *A Dualidade de Poderes: introdução à teoria marxista de estado e revolução*. São Paulo: Brasiliense, 1984. Coleção Primeiros Vãos.
- CHESNEAUX, Jean. *Devemos Fazer Tabua Rasa do Passado? Sobre a História e os Historiadores*. Tradução: Marcos da Silva. São Paulo: Ática, 1995. Série Fundamentos.
- CASTRO, Edinéia Maria de. *A Questão Urbana na Amazônia*. In: SOLLER, Maria Ângela e MATOS, Maria Izilda. *A Cidade em Debate: século XIX e XX*. São Paulo: Marco Zero/AMPUH, 1994.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: O Cotidiano dos Trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2ª edição. São Paulo: UNICAMP, 2001.

- DAOU, Ana Maria. *Instrumentos e Sinais da Civilização: origem, formação e consagração da elite amazonense*. In: Revista da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: Setembro de 2000. Volume 01.
- DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo de. *Cotidiano de Trabalhadores na República: São Paulo (1889-1940)*. São Paulo: Brasiliense. Coleção Tudo é História.
- DECCA, Edgar de. *1930: o silêncio dos vencidos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- DEAN, Warren. *A Luta Pela Borracha no Brasil*. São Paulo: Nobel, 1989.
- DIAS, Edinéia Mascarenhas. *A Ilusão do Fausto – Manaus (1890-1920)*. Manaus: editora Valer, 1999.
- ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no Processo Político no Brasil*. Tradução: Cecília R. Lopes. São Paulo: Brasiliense, 1979.
- FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder: a formação do patronato político brasileiro*. 16ª edição. São Paulo: Ed. Globo. 2004. Volume 01.
- FAUSTO, Boris (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. 4ª edição. São Paulo: Editora Difel, 1985. Volume 01.
- FAUSTO, Boris (Org.). (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira: sociedade e instituições*. 3ª edição. São Paulo: Editora Difel, 1985. Volume 02.
- FLEURY, Maria Tereza Leme e FISCHER, Rosa Maria (Org). *Cultura e Poder nas Organizações*. São Paulo: Ed. Atlas, 1989.
- GORENDER, Jacob. *A Burguesia Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1881.
- GOMES, Ângela Castro. *A Invenção do Trabalhismo*. 2ª edição. Rio de Janeiro: editora Relume Damará, 1994.
- GOMES, Ângela Castro. *Burguesia e Trabalho: política e legislação social no Brasil, 1917-1937*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Trem Fantasma: a ferrovia Madeira - Mamoré e a modernidade na selva*. 2ª edição. Companhia das Letras.
- HARDMAN, Francisco Foot e LEONARDI, Vitor. *História da Indústria e do Trabalho no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Ática, 1991.
- HAHNER, June. *Pobreza e Política: os pobres urbanos no Brasil (1870-1920)*. Editora Universidade de Brasília.
- HOBBSAWN, Eric e RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- HOBBSAWN, Eric. *A Era do Capital (1848-1875)*. Tradução: Luciano Costa Neto. 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História Nova*. 5ª edição. Tradução: Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- LEGRAND. *Caixa de ferramentas*. Belo Horizonte: editora Soler, 2005.
- LOUREIRO, Violeta. *Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re) construir*. In: Revista Estudos Avançados, (45): 107-121, Maio-Agosto, 2002. Volume 16.

- MACFARLANE, Alan. *A Cultura do Capitalismo*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar.
- MATOS, Maria Izilda e SOLLER, Maria Ângela (Orgs). *A Cidade em Debate*. São Paulo: Olho D'água, 1999
- MIRANDA, Bertino (org). *Anais do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22-27/02/1910)*. Manaus: Ed. Associação Comercial do Amazonas, 1990. Coleção Hiléia Amazônica. Volume 01. Reimpressão Fac-similar 1911.
- NIETZSCHE. F. *Crepúsculo dos Ídolos*. s/ed. 1998.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. *Amazônia: modificações sociais e culturais decorrentes do processo de ocupação humana (séc. XVII-XX)*. In: Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi. Belém: Número 1, 1988. Volume 04.
- PERROT, Michelle. *Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Tradução: Denise Bottmann. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001. Coleção Oficinas da História.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto e PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte (Orgs). *Imprensa Operária no Amazonas*. Manaus: Edua, 2004.
- PINHEIRO, Luís Balkar Sá Peixoto. *Mundos do Trabalho na Cidade da Borracha, 1920-1945. Canoa do Tempo*. Manaus, nº 1, 2006, p.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *A Cidade Sobre os Ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925)*. Manaus: UFAM, 1999.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Folhas do Norte: letramento e periodismo no Amazonas (1880-1920)*. São Paulo: PUC, 2001.
- PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. *Porto e Cidade: Manaus na Virada do Século XX*. Manaus, mimeo., 2004. (texto inédito cedido pela autora).
- RAGO, Margareth. *Do Cabaré ao Lar: a utopia da cidade disciplinar (1890-1930)*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- REIS, Arthur Cezar Ferreira. *História do Amazonas*. 3ª edição. Rio de Janeiro: editora Itatiaia/Superintendência Cultural do Amazonas, 1998. Volume 145.
- SANTOS, Roberto. *História Econômica da Amazônia (1800-1920)*. São Paulo: editora T. A. Queiroz, 1980.
- SARGES, Maria Nazaré. *Belém: um olhar sobre a Paris dos Trópicos (1897-1911)*. In: SOLLER, Maria Ângela e MATOS, Maria Izilda. *A Cidade em Debate: século XIX e XX*. São Paulo: Ed. Marco Zero/AMPUH, 1994.
- SILVA, Sérgio. *Expansão Cafeeira e Origem da Indústria no Brasil*. 6ª edição. São Paulo: Alfa e Omega, 1985.
- SINGER, Paul. *O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional*. In: História da Civilização Brasileira. 1970.
- SINGER, Paul. *A Formação da Classe Operária*. 5ª edição. São Paulo: Atual/EUEC, 1998. Coleção Discutindo a História.
- SCHWARCZ, Lília. *O Espetáculo das Raças*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1993.

- THOMPSON, Edward. *As Peculiaridades dos Ingleses e Outros Artigos*. São Paulo: UNICAMP, 2001.
- THOMPSON, Edward. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WEINSTEIN, Bárbara. *A Borracha na Amazônia: expansão e decadência, 1850-1920*. Tradução: Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1993. Coleção Estudos Históricos.
- WOFF, Cristina. *Mulheres da Floresta: uma história (Alto Juruá, 1890-1945)*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999.
- DAOU, Ana Maria. *A Cidade, o Teatro e o Paiz das Seringueiras: praticas e representações da sociedade amazonense na virada do século XIX*. Rio de Janeiro: Museu Nacional, 1998.

ANEXOS



I – Eventos e Exposições Relacionadas à Borracha

- **Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (22-27/02/1910):** Em Manaus. Participação de comerciantes do Pará, Maranhão e Ceará.
- **Congresso Comercial, Industrial e Agrícola (07/09/1912):** Em Cruzeiro do Sul, pela Associação Comercial do Alto Juruá/Amazonas.
- **Exposição Nacional de Borracha (13-28/05/1913):** No Rio de Janeiro.
- **Congresso Industrial Seringueiro (1909):** No Território do Acre.
- **Exposição de Londres (14/09/1908):** Em Londres.
- **2ª Exposição de Borracha (Julho de 1911):** Em Londres.
- **Exposição Internacional de Borracha (10/08/1912):** Em Londres.
- **Exposição Internacional (24/06/1914 a 09/07/1914):** Em Londres
- **3ª Exposição Internacional de Borracha em Londres (23 de setembro a 03 de outubro/1912):** Em New York.
- **Congresso Internacional das Câmaras de Comercio (1913):** Em Boston-EUA.
- **Congresso Postal de Madrid:** Na Espanha. A realizar-se com o objetivo de estabelecer a taxa universal de um *penny* para a correspondência interna e externa de todos os países
- **3ª Exposição de Borracha em New York (Outubro de 1912):** Nos EUA.
- **Exposição Nacional de Borracha (13-28/05/1913):** No Rio de Janeiro.
- **Congresso de Defesa Econômica da Amazônia (15/08/1913):** Em Belém/Pará.
- **Congresso Comercial, Agrícola e Industrial:** Em Cruzeiro do Sul, no Alto Juruá/Amazonas.
- **Congresso de Defesa Econômica da Amazônia (15/08/1913):** Em Belém/Pará.
- **Assembléia Industrial e Comercial (04/06/1914):** Em Manaus/Amazonas.
- **Congresso Industrial de Santo Antonio (1914):** Em Santo Antonio do Rio Madeira/Amazonas.
- **6º Congresso Internacional das Câmaras de Comercio (Junho/1914):** Em Paris.
- **4ª Exposição de Borracha (Setembro/1914):** Em Londres.
- **5º Congresso Internacional das Câmaras de Comercio (1912):** Em Boston/EUA.

II – Cronologia

- **18/06/1871:** Criação da Associação Comercial do Amazonas.
- **05/07/1908:** A Revista da ACA começa a circular
- **Novembro/1909:** Criação da Associação Comercial do Alto Purus.
- **Novembro/1912:** Criação da Associação Comercial de Xapury.
- **Abril/1909:** Fundação da Sociedade Amazonense de Agricultura.
- **1876:** Chegada das primeiras sementes da seringueira no Ceilão/Ásia.
- **05/05/1909:** Organização de um projeto para a criação de uma guarda noturna destinada ao policiamento da área comercial de Manaus.
- **05/09/1909:** Aumento do preço da farinha importada para o Amazonas; a União entra como sócia do Lloyd Brasileiro com 2/3 das ações da empresa.
- **04/01/1910:** Concessão do Livre beneficiamento da borracha acreana.
- **10/05/1910:** O tenente coronel Candido Mariano Rondon fica incumbido de concluir a rede telegráfica Madeira-Acre-Manaus; fundação do Banco Mercantil; morre o rei da Inglaterra, Eduardo VII.
- **10/06/1910:** Criação de uma bolsa de Valores para a borracha em Manaus.
- **01/08/1910:** Fim do contrato da Amazon Stean Company Navegation com o Governo Federal, para a exploração de diversas linhas marítimas na região norte.
- **10/07/1910:** Formação de uma Liga dos Armadores em Manaus.
- **01/06/1910:** Rebelião no Alto Juruá.
- **08/06/1910:** Estabelecimento do regime legal no Acre.
- **10/11/1911:** The Amazon Stean Company Navegation suspende seus serviços de navegação para o norte do país.
- **Janeiro/ 1911:** Fim da greve dos estivadores.
- **10/02/1911:** Anuncio do adiantamento de empréstimos sob calção de borracha, pelo banco do Brasil.
- **Março/1911:** Criação da Inspetoria Agrícola.
- **10/05/1911:** Início da construção de uma estrada de ferro de Guiana Inglesa à Manaus.
- **Maió/1911:** Criação do Sindicato Agrícola do Amazonas.
- **10/08/1911:** Decisão em ultima instância na justiça, favorável ao livre beneficiamento da borracha acreana.
- **Agosto/1911:** Criação do Laboratório, em Manaus para certificar a qualidade da borracha dos seringais no interior do Estado.
- **Dezembro/1911:** Organização do Banco Agrícola do Amazonas.

- **Janeiro/1912:** Criação do Banco Hipotecário Agrícola.
- **Setembro/1912:** Instalação da Superintendência da Defesa da Borracha; melhoramentos na hospedaria dos imigrantes.
- **Junho/1913:** Expansão do sistema de radiografia do Brasil para a Europa e Américas.
- **1901:** Primeiras experiências radiográficas na Amazônia.
- **1913:** The Amazon Stean Company Navegation encerra suas atividades (com déficits mensais de 1.500 contos).
- **24/06/1915:** O Dia da Borracha em Manaus.
- **Fevereiro/1915:** Fracassa o projeto da Estação Experimental de Cultura da Seringueira no Estado do Amazonas.
- **Novembro/1915:** O Banco do Brasil concede empréstimos sob caução de borracha no Amazonas; o Governo federal diminui o direito de exportação da borracha em 12%.
- **Fevereiro/1916:** Fracassa o projeto da criação de uma Usina de Refinação de Borracha no Amazonas.
- **1908-1915:** Criação e Fim da *Confederação Operária Brasileira*.
- **1893:** Criação do Partido Operário Brasileiro.
- **1895:** Criação do Partido Operário Socialista.
- **1902:** Criação do Partido Socialista Brasileiro.
- **1880:** Criação da Associação Industrial.
- **1820:** Criação da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional.
- **1913:** Criação do Centro Industrial do Brasil.
- **1881:** Manifesto da Associação Industrial.
- **1896:** Iluminação Elétrica em Manaus.
- **1902:** Viação Urbana Manáos Railway Company
- **Década de 1890:** Rede de Esgoto em Manaus.

III – Ficha Técnica da *Revista da Associação Comercial do Amazonas*

- **Formato:** 31,5 cm x 20 cm.
- **Conteúdo geral:** anúncios informativos, artigos pessoais, informes, algumas notícias do meio político, estatísticas comerciais, cotação de gêneros de exportação, divulgação de eventos relacionados e conferências e propaganda.
- **Número de páginas:** média de 08 a 10 (podendo alcançar em algumas publicações a quantidade de 15 a 23).
- **Local da Publicação:** Tipografia Palais Royal. César, Cavalcanti e Cia. Manaus – AM.
- **Primeira Fase:** 05 de julho de 1908 a março de 1919 (total de 118 números).
- **Segunda Fase:** A revista volta a ser publicada em 1925, sob a direção do presidente da ACA, Joaquim Carneiro da Motta.
- **Periodicidade:** Até 10 de janeiro de 1917 (número 103) era uma publicação mensal. De fevereiro de 1917 (número 104-105) a março de 1919 (número 118) tornava-se bimestral, por motivo financeiro.
- **Imagens:** A partir de 05 de novembro de 1909 (número 17), a revista começa a publicar fotos em preto e branco nos seus artigos.
- **Dia de Publicação:** A partir de 10 de maio de 1910 (número 23), a revista passa a circular no dia 10 de cada mês, e não mais no dia 05.
- **Custos:** Anualmente era divulgado um relatório de custos de Revista, indicando receita e despesa. (Ex.: Receita: 4.220\$000; Despesa: 6.398\$000; Déficit: 2.178\$000. Ano III. Manaus, 10 de Março de 1911: número 33, p. 1).
- **Presidentes da ACA na 1ª. Fase da Revista:** 1908, Rafael Benoliel; de 1908 a 1911, W. Scholz; de 1911 a 1913, J. G. de Araújo; de 1913 a 1919, Luis Eduardo Rodrigues.
- **Direção da Revista em 1908:** W. Scholz, Armindo de Barros, Vicente Gomes de Araújo, Eduardo Pinto Ribeiro, Fortunato Soares de Amorim, W. Peters, E. Kingdom, Rafael Benoliel, E. Zarges, Evaristo Jose de Almeida, Elpídio Eloy de Holanda, Manoel Lopes Prado, Adelino S. Bastos, Arthur Fletcher, Luis Eduardo Rodrigues e Cláudio Mesquita.
- **Direção da Revista em 1910:** J. G. Mesquita, J. G. de Araújo, W. Gordon, Elpídio Eloy Holanda, E. Kingdon, E. Fernandes, João R. Braga, W. Peters e Luis Eduardo Rodrigues.
- **Tesoureiro até 1914:** João Rodrigues Vieira.
- **Autores de artigos mais freqüentes na Revista (entre 1908-1919):** Lourenço da Rocha Thury, J. P. Weleman (da Revista *Brasílian Year Book*), W. Scholz, Ludwig Schwennhagen, Luciano Pereira da Silva, E. Zarges

- **Uma nota sobre a criação da Revista:** *“O jornal que a Associação crear e fundar terá a denominação de Revista da Associação Comercial do Amazonas, será publicada mensalmente sob fiscalização do presidente, e direção dum redator chefe, nomeado pella Directoria. Sua distribuição será gratuita, o preço de sua venda avulsa será estabelecido pella Directoria”* (Revista de ACA, número 1: 05/07/1908, p. 02).
- **Preço:** Era distribuída gratuitamente na sua sede na Rua Guilherme Moreira, centro de Manaus/AM.
- **Definição de pauta:** Alguns artigos eram comentados pela direção da revista, em reuniões previas; em sessões pela manhã ou a tarde, antes da publicação mensal.
- **Localização do Acervo:** Há números da Revista em diversas instituições arquivísticas de Manaus. Uma coleção completa da revista encontra-se encadernada na Biblioteca Cosme Ferreira Filho, situado no primeiro piso da sede da ACA.